



# REVISTA MUNICIPAL

ANO XVI ~ NÚMERO 65 2.º TRIMESTRE DE 1955

PREÇÁRIO DA REVISTA

Preço avulso .....	12\$50
Números duplos .....	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números) .....	40\$00



DEPOSITÁRIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º  
Telef. 2 5711



CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa  
Rua Primeiro de Dezembro, n.º 120, 2.º — Telef. 3 2266/7

# REVISTA MUNICIPAL

N.º 65 ★ 2.º TRIMESTRE ★ 1955

COMPOSTO E IMPRESSO  
NAS OFICINAS GRÁFICAS  
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

# SUMÁRIO

DO N.º 65 ★ 2.º TRIMESTRE ★ 1955

## REVISTA MUNICIPAL

D I R E C Ç Ã O  
DR. JAIME LOPES DIAS

★

ASSISTÊNCIA GRÁFICA  
JOSE ESPINHO

★

D E S E N H O S D E  
JOSE ESPINHO  
MANUEL CORREIA  
ROSA DUARTE  
SEBASTIÃO RODRIGUES

★

CAPA DE FRED KRADOLFER



PRAÇA D. PEDRO IV

FOTO DE HORÁCIO NOVAIS

*O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL EM LISBOA*

*O COLEGIO BENEDITINO DA ESTRELA  
NO PRÍNCIPIO DO SÉCULO XIX (CONTINUAÇÃO)  
—FR. JOSÉ DE SANTA ESCOLÁSTICA MATTOSO*

*AS FESTAS DE LISBOA DE 1955*

*PRÊMIO JÚLIO CÉSAR MACHADO  
—RAUL LINO*

*ACONTECIMENTOS CIDADINOS*

*OS PREGÕES POPULARES DAS RUAS DE LISBOA  
—LUIS CHAVES*

*A V O Z D A C I D A D E*

*S E C Ç Ã O J U R I D I C A*

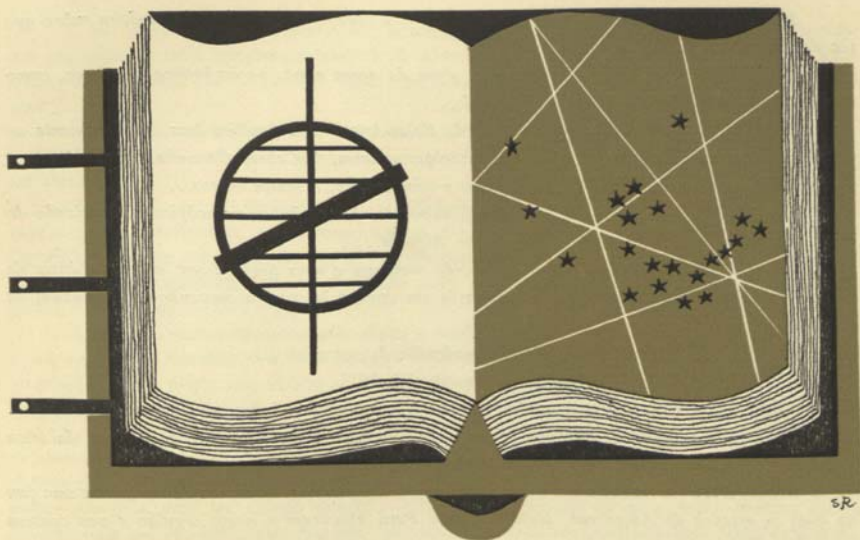
*B I B L I O G R A F I A*

*(HORS-TEXTE)—CAIS DO TEJO (LISBOA)*



OS ARTIGOS PUBLICADOS  
NA «REVISTA MUNICIPAL»  
SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES





# O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL EM LISBOA

VISITA OFICIAL DO EX.<sup>MO</sup> SENHOR DR. CAFÉ FILHO

## BREVE INTRÓITO DE SAUDAÇÃO E BEM-QUERER

*BRASIL!... Bizarra e sonora palavra esta a que nenhuma alma portuguesa é insensível. Vocábulo áspero e belo que, para uns, é «passado» transmutado em épicas glórias e grandezas; para outros, «pretérito» de odisséias sublimes a cavalgarem na lenda e na poesia e, para tantos mais, ontem como hoje — e agora verdadeiramente — simples compartimento, independente e vasto, desta realidade magnífica, imperativa e indiscutível, que é a COMUNIDADE LUSITANA alicerçada por todo o orbe.*

*BRASIL!... Verde e dourada presença para o Coração Português!! Verde, que é a luz da esperança, do anseio, do instinto de Império que palpita no subconsciente de todos os lusos das duas margens da ribeira atlântica... Dourada, da cor do metal precioso que inda agora é símbolo e valor que impele os homens para diante e neles fomenta o espírito de competição tão amado dos lusitanos de sempre...*

BRASIL!... Palavra ardente e gritante, como a coloração granadina da madeira rubra que lhe deu origem...

BRASIL!... Sangue do nosso sangue, alma da nossa alma, nação branca e morena, como morenas e brancas são as gentes de Portugal...

BRASIL!... Sinónimo de História e de Belas-Artes, cuja fonética traz, infalivelmente ao nosso espírito a imediata afloração dos nomes, tão portugueses, de Cabral, Caminha, Sousa, Nóbrega, Vieira, «Aleijadinho», Bonifácio, Castro Alves e tantos mais, e tantos outros...

BRASIL!... Réplica elevada a grande expoente, projecção cinemascópica e sonorizada do microcosmo tão querido que vai do Minho ao Algarve...

BRASIL!... Repetição de toponímias, de costumes e usos portugueses; a mesma ânsia de «mais e melhor» da gente portuguesa, traduzida em igual falar com acompanhamento musical de uma sinfonia de Vila Lobos...

BRASIL!... 8 516 037 quilómetros quadrados de superfície!...

BRASIL!... 53 645 000 habitantes na actualidade!...

BRASIL!... Lusitânia imensa ancorada sob o dossel terso onde tremeluz o Cruzeiro do Sul...

BRASIL!... Geografia ciclópica de savanas e montes, de rios-mares e cachoeiras, de selva e civilização onde os homens são bons e seguem Cristo...

BRASIL!... Pátria soberana e forte, federação de interesses humanos de horizontes sem fim na qual os estados de Amazonas, Mato Grosso e Pará provocam o nosso orgulho e nos causam pasmo...

BRASIL!... Mosaico verdejante riscado a ouro onde a vista procura, carinhosamente, o recorte airoso dos estadozinhos de Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e Igaçu...

BRASIL!... Terra amável e febril das grandes metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo!...

BRASIL — PORTUGAL IMPÉRIO!... Comunidade Lusitana, Estados Unidos do Bem-Querer, cujo registo de nascimento só há pouco foi escriturado nas páginas de um tratado célebre, mas que de há muito era sabido e festejado...

BRASIL!... O Povo de Lisboa, desta cidade marinheira que, no dizer do nosso Poeta comum, «de entre todas é princesa» e o seu Município tanto Vos amam, tanto Vos admiram que só Vos desejam progressos e venturas para acréscimo da Vossa glória e para maior honra de Portugal!

\*

6 O processo de confraternidade lusitana, que arquiva páginas admiráveis de «João do Rio», de Malheiro Dias e de tantos outros portugueses e brasileiros ilustres, instaurado pelo Bom Senso contra as duas pátrias lusitanas por delitos de amor e saudade, iniciado neste século e julgado em primeira instância por Epitácio Pessoa e António José de Almeida, em 1922, na qual obteve sentença histórica favorável e a apensação do fervoroso aplauso popular dos dois povos irmãos (tão expressivamente manifestado no momento do homérico triunfo das asas nacionais sobre o Atlântico Sul e durante a visita do Presidente português ao Rio de Janeiro) subiu, lentamente, ao longo de trinta e três anos ao Supremo Tribunal da Amizade e acaba de ter o seu epílogo, em apoteose magnífica, com a recente visita a Portugal de Sua Excelência o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, sr. dr. João Café Filho.

E foi, precisamente, no mesmo dia, quatrocentos e cinquenta e cinco anos depois daquele em que, pela primeira vez, os marinheiros de Alvares Cabral avistaram terras do país que viria a chamar-se o Brasil (22 de Abril de 1500) que chegou a Lisboa o supremo magistrado da nação irmã.

Tendo atravessado o Atlântico em avião, o sr. dr. Café Filho embarcou, no dia imediato, em Casabranca, no cruzador brasileiro «Almirante Tamandaré» no qual fez o resto do percurso até Portugal.

Nesse dia — dia de feriado oficial — a cidade de Lisboa despertou em festa e, apesar da manhã pouco prometedora, os acordes marciais das bandas de música e de clarins à testa das formações militares a caminho do Terreiro do Paço e das ruas do percurso assinalado para a passagem do cortejo presidencial, provocaram na alma do Lisboaeta um tal espírito de euforia como nunca, neste século, se vira igual.

Reservado, excessivamente materialista, o habitante da Capital não é com facilidade que se entrega a grandes manifestações. E só no facto de haver tido a preciência da transcendência histórica do acontecimento a que iria assistir se poderá encontrar explicação para o seu ruidoso regozijo. É que, inteligente e cultivado, o Lisboaeta sabia que o visitante ilustre que ia esperar não era um chefe de Estado de uma qualquer nação amiga que vinha à sua cidade em visita diplomática de cortezia, a consolidar afectos ou a procurar vantagens. Não; de maneira nenhuma. Ele sabia perfeitamente a significação de tal visita. Ele tinha a noção clara que tal visitante não era um estrangeiro mas, sim, um insigne estadista quase-português chefe de uma nação lusitana que o Destino quis independente, mas que ele, Lisboaeta, praticamente considera sua, como dos brasileiros ele quer que a sua cidade seja considerada. Enfim, era o Presidente da República do Brasil e o povo, só por isso — dado que ainda mal o conhecia — já antecipadamente, lhe abria o coração... Era, na verdade, o «Brasil» que vinha até Portugal!..

Por tal motivo, muito antes do momento previsto para o desembarque de Sua Excelência no Cais das Colunas, já o Terreiro do Paço era um oceano de gente a rodear os cinco mil soldados ali formados em guarda de honra. E se na rua assim acontecia, nas janelas dos ministérios, em cima da estação do «Sul e Sueste» e pelos telhados das vizinhanças, compactos cachos humanos garantiam não haver em volta da vasta praça um lugar vago. E essa mesmíssima densidade humana se verificava na Rua Augusta, Rossio, «Restauradores», Avenida da Liberdade, «Marquês de Pombal», etc., até à auto-estrada, a meio da qual fica o ramal que leva a Queluz, e em cujo palácio nacional iria residir o Chefe de Estado brasileiro.

#### A CONCENTRAÇÃO DE EMBARCAÇÕES EM SÃO JULIAO DA BARRA

No Rio Tejo, ao mesmo tempo, espectáculo parecido ao da terra se constatava.

Nas imediações de São Julião da Barra, a pouco e pouco, desde manhã cedo se concentravam embarcações de todos os tipos, embandeiradas e apinhadas de gente buliçosa e satisfeita. Desde o pequeno bote de uma só vela dos pescadores ribeirinhos até aos cargueiros «Rita Maria» e «Monte Brasil», em representação da frota comercial, sem esquecer o «Sam Tiago», o «Celeste Maria» e o «Vila do Conde», estes da pesca do bacalhau, todos os modelos e tonelagens ali estavam amplamente representados. E enquanto tal concentração naval se ia fazendo, na margem norte, aqui e além, centenas de pessoas aguardavam, impacientes, a passagem do «Almirante Tamandaré».

O tempo continuava a prometer chuva, pois que aquele céu azulíneo, que é factor de turismo no mês de Abril em Portugal, apresentava-se coberto de nuvens negras que em nada contribuíam para a festa. Apesar disso, o entusiasmo a bordo das dezenas de embarcações era tão exuberante que se apercebia de terra.



Tal espectáculo marinho era, na verdade, digno de ver-se e, tanto assim, que os automóveis, aos milhares, ao longo da estrada marginal Lisboa-Cascais andavam num corropio, a afirmarem que os seus passageiros tudo queriam observar.

Em determinada altura, a escolta aérea, constituída por oito «Neptunos» e quatro «Hell-Divers» da Base do Montijo, sobrevoou a ruidosa concentração naval a baixa altura. Isso significava que o «Tamandaré» já havia approado ao Tejo e, por esse facto, a expectativa geral redobrou...

E efectivamente, algum tempo depois, começava a divisar-se o cruzador brasileiro a navegar lentamente, magestosamente, na esteira do «Nuno Tristão» e ladeado, respectivamente a bombordo e a estibordo, pelo «Tejo» e pelo «Vouga» e logo seguido pelo contratorpedeiro «Dão», os quais constituíam a escolta de honra da Armada Portuguesa a qual era superiormente comandada pelo sr. almirante Nuno de Brion, tendo como chefe do seu Estado Maior o sr. comandante Guilhermino Martins de Carvalho.

Mais atrás, na estira da formação, navegavam os paquetes «Santa Maria» e «Moçambique», repletos de convidados das respectivas empresas e que a três milhas da costa haviam ido esperar o Presidente Café Filho.

Ao chegarem a São Julião da Barra, os navios de guerra abrandaram a marcha e, então, a bordo das embarcações a agitação, a euforia daqueles milhares de portugueses começou a deixar transparecer um tamanho estado de emoção patriótica que não é possível descrever o que naqueles momentos se passou.

Cruzada a barra, as baterias do forte de São Julião principiaram a atoar os ares com o fragor dos seus constantes disparos, enquanto, a bordo dos barcos, bandas de música tocavam, estrealjavam milhares de foguetes, sereias silvavam, tudo isto no meio de indiscritível alarido das tripulações e passageiros, vitoriando e acenando, como nunca se vira igual. Foi verdadeiramente o delírio, e aquela homenagem sincera e inesperada transformara-se numa tão grande apoteose que havia quem chorasse e risse ao mesmo tempo... A emoção apossara-se de portugueses e brasileiros, e a mais alto subiu ainda, quando Sua Excelência o Presidente do Brasil surgiu, primeiro ao portaló do cruzador e, depois, a uma das torres, agitando uma bandeira verde-rubra e a corresponder, com acenos, às saudações da multidão que não se cansava de dar «vivas» ao Brasil e ao seu Chefe de Estado.

#### EM CORTEJO NAVAL, RUMO AO TERREIRO DO PAÇO

Os cinco navios de guerra continuaram subindo o rio, logo seguidos das dezenas de embarcações que se tinham concentrado na barra do Tejo. Visto de terra, aquele cortejo naval oferecia um belo efeito, porquanto as embarcações embandeiradas cobriam mais de uma milha.

A bordo, as bandas de música continuavam a alegrar o ambiente, tocando consecutivamente marchas festivas e, aqui ou além, ouviam-se alto-falantes em ruidosa competição com elas... Lógicamente, o entusiasmo decrescera pela distância a que, agora, seguia o «Tamandaré» mas, apesar de tudo, neste ou naquele barco continuavam a ser vitoriados, a plenos pulmões, os nomes do Brasil, de Portugal e dos seus chefes.

A medida que o «Almirante Tamandaré» ia subindo o rio, as baterias da Frente de Defesa Marítima de Lisboa — Reduto «Gomes Freire», «Raposeira 1» e «Raposeira 2» — salvavam ao pavilhão presidencial brasileiro hasteado no cruzador.

8 Eram precisamente 10.15 horas quando um «gasolina» acostou ao cruzador brasileiro e, pela escada de portaló, subiram a bordo os srs. almirante Américo Tomás, ministro da Marinha português; embaixador do Brasil em Lisboa, sr. dr. Heitor Lyra e todos os componentes da comitiva portuguesa que iam colocar-se às ordens do Presidente Café Filho.

Entretanto, no espaço, então mais liberto de nuvens, 32 aviões de jacto da Base Aérea da Ota riscavam o céu a velocidade meteórica...

Na margem do rio, de longe em longe, o povo formava pequenas multidões e não havia uma fábrica, uma casa, ou um palácio que não ostentasse bandeiras...

Frente a Belém, o espectáculo ganhou mais beleza. A histórica torre, cartaz de Lisboa, alvinitente e linda, aumentava, aos nossos olhos, a sua expressão simbólica com a passagem junto a si dos descendentes de navegantes e colonizadores que, à perto de cinco séculos, ela tem visto partir para terras de Vera Cruz...

No Forte do Bom Sucesso, a dois passos do padrão célebre, a artilharia começou salvando ao pavilhão presidencial brasileiro arvorado no «Tamandaré». E, no rio, as sereias acompanhavam aquela homenagem, não se calando um momento. E todo o colorido e ruidoso cortejo naval logo foi surpreendido — precisamente quando o Presidente do Brasil passava diante do vetusto Mosteiro dos Jerónimos — por uma revoada de velas brancas de dezenas de barcos de desporto de todos os tipos que, saindo da sua doca privativa, manobravam, lestantemente, na direcção ao cruzador brasileiro. E aquela afirmação de juventude marinheira por certo calou fundo no espírito do sr. dr. Café Filho, porquanto a história da sua pátria começou no exacto momento em que, há 455 anos, daquele mesmíssimo sítio do Restelo largaram as naves de Álvares Cabral...

Ali, em terra, ao longo da muralha, a multidão era mais densa. E o acenar dos braços, o esvoaçar de lenços e o irrequietismo de todos, garantiam que, também aquela gente, se deixara apossar pela emoção.

Tejo acima, até ao Terreiro do Paço, o espectáculo humano era sempre igual. Porém, agora, mais contínuo e mais belo, devido ao pano de fundo do casario encastelado nas colinas e ao Sol que, finalmente, fizera causa comum com os lisboetas, ofertando-lhes luz e calor para aquela recepção triunfal.

## O DESFILE, EM SAUDAÇÃO, DE CENTENAS DE EMBARCAÇÕES

Depois de descrever um vasto círculo, saudado pelos marinheiros do navio-escola «Sagres» e pelos educandos da fragata «Dom Fernando» empoleirados nas vergas, o cruzador brasileiro parou, por fim, no chamado quadro dos navios de guerra, ancorando a uma centena de metros do Terreiro do Paço. Atrás dele, alinharam, seguidamente, os quatro vasos da Armada portuguesa que o haviam escoltado desde o mar alto e, mais além, fundearam os paquetes que, igualmente, o tinham ido esperar. E enquanto tudo isto sucedia, milhares de foguetes e morteiros estoiravam no ar, ao mesmo tempo que, em vagas sucessivas, esquadrilhas de aviões passavam a baixa altura em voo rasante. E ao roncar forte dos aviões e estralejar dos foguetes, juntava-se o som cavo das salvas de artilharia dadas pelo «Sagres» e pelas baterias dos fortes de Almada e do Alto do Duque.

Em seguida, as embarcações que, desde São Julião da Barra, haviam seguido o «Almirante Tamandaré» e que, por alturas de Alcântara, tinham abrandado a marcha, começaram a desfilar entre o cruzador e o Cais das Colunas, numa última manifestação de respeito e amizade ao mais alto magistrado do Povo Irmão.

O espectáculo ganhou, mais uma vez, foros de apoteose. E durante muito tempo pequenos barcos de todos os tipos, engalanados, silvando, e pejados de gente que não se cansava de agitar lenços e de vitoriar, desfilaram em homenagem ao Presidente Café Filho enquanto que, cirandando junto a terra, embarcações de desporto, a remos e à vela, em evoluções constantes, afirmavam de novo a presença da juventude marinheira.

Em terra — como já se disse — a multidão era uma enorme mancha escura que se estendia ao longo da margem, que se debruçava das janelas e equilibrava nos telhados. Enfim, em toda a parte onde fosse possível fincar os pés e ver a chegada havia gente. Até no lodaçal, que a maré baixa tinha posto a descoberto, de calças arregaçadas e sapatos na mão, se viam homens e rapazes que melhor lugar não tinham conseguido... E, no meio desta mancha escura, sobressaía a cor granadina do pavilhão erguido no Cais das Colunas para a recepção, ladeado de um e outro lado por um vistoso renque de bandeiras dos países, e no qual as mais altas autoridades da nação já haviam tomado lugar.

Por volta das 11.30 horas iniciaram-se a bordo do «Tamandaré» os preparativos para o desembarque. As salvas pareciam, agora, mais contínuas, disparadas à cadência de vinte tiros por minuto. De novo, em formações impecáveis, aviões a jacto passavam, como meteoros, em voo rasante, enquanto se distinguíam, de terra, os acordes do hino nacional brasileiro tocado pela charanga do «Tamandaré», logo seguidos pelos «vivas» da ordenança naval dados pela marinhagem perfilada de proa a popa do cruzador. Em dada altura a figura do sr. dr. Café Filho surgiu no alto da escada do portaló. E no momento exacto em que o Presidente começou a descer, para tomar lugar no «gasolina» que, ao fundo da escada o aguardava, a artilharia de bordo salvou também.

### O MOMENTO HISTÓRICO DO DESEMBARQUE

Logo que a vedeta se pôs em movimento em direcção ao Cais das Colunas, a expectativa geral recrudescedeu e imediatamente cinco mil foguetes e morteiros subiram nos ares e encheram o ambiente com as suas explosões festivas. Um bruháá de satisfação percorreu a multidão e os silvos das sereias, o som cavo e constantes da artilharia dominavam por tal forma os espíritos que a emoção era geral. Contudo, aqui e além, lenços brancos eram agitados com frenesim, enquanto «vivas» ao Brasil e a Portugal, erguidos por alguns e repetidos por muitos, se inscreviam, como uma legenda, na magestade daquela recepção triunfal.

Vivia-se, alfim, o momento histórico sobremaneira transcendente em que, pela vez primeira, um presidente do Brasil ia pôr pé, oficialmente, em terra portuguesa.

O Tratado de Amizade e Consulta recentemente firmado pelos dois países ia ser sublinhado com a projecção internacional daquela visita e, por esse motivo, o instinto político do povo electrizara de tal modo aquela massa humana que durante minutos ela só denotava uma preocupação: ver o visitante ilustre...

Porém, quando o «gasolina» se aproximou do cais, para a manobra de atracação, e os milhares de olhos debruçados da muralha puderam contemplar o sr. dr. Café Filho, os aplausos não se fizeram esperar, ouvindo-se uma prolongadíssima salva de palmas, entrecortada por «vivas» entusiásticos, ao mesmo tempo que uma revoada de lenços brancos, agitados nervosamente, provocavam os primeiros sorrisos e os primeiros acenos de agradecimento do Presidente.

Diante do pavilhão, do lado virado ao rio, viam-se todos os membros do Governo; Sua Eminência o Cardeal Patriarca, D. Manuel Gonçalves Cerejeira; o pessoal superior da Embaixada do Brasil, generais, almirantes e muitas outras entidades. E um pouco à frente, encontrava-se Sua Excelência o Presidente da República, general Craveiro Lopes (que envergava uniforme de gala e ostentava ao peito o colar da Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul) acompanhado pelo sr. Presidente do Conselho de Ministros, prof. dr. António de Oliveira Salazar e por diversas altas individualidades.

No cais, de um e outro lado, filas de cadetes da Escola Naval, alinhavam-se em garbosa e apumada guarda de honra.

Ao aproximar-se a «vedeta» presidencial, o Chefe de Estado português, seguido da pequena comitiva que junto à tribuna o rodeava, desceu, lentamente, a suave escadaria do cais atapetada de veludo granate, até quase à sua extremidade.

Logo que pôs pé em terra, Sua Excelência o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, que se apresentava de fraque, calça de fantasia e chapéu alto, recebeu imediatamente os cumprimentos dos srs. comandante Newton da Fonseca e Santiago Ponce, respectivamente capitão do Porto de Lisboa e comandante da Polícia Marítima, os quais se perfilavam de um e outro lado do desembarcadouro. E, de seguida, visivelmente satisfeito, o sr. dr. Café Filho avançou ao encontro do sr. general Craveiro Lopes que, depois de o saudar militarmente, com ele trocou um solene e demorado aperto de mãos, ao mesmo tempo que se olhavam notoriamente comovidos para logo, num irresistível impulso, se abraçarem num forte amplexo de mútuo respeito e simpatia.

A comoção que se apossara dos circunstantes era geral, porquanto aquele abraço, se revelava recíproca simpatia entre dois homens ilustres, traduzia publicamente, também, a amizade sempre sincera e sempre proclamada da irmandade entre os dois povos lusitanos das duas margens da ribeira atlântica. Por toda a parte, o silêncio era dominador, a indicar claramente que toda a gente: elementos oficiais e povo, viviam plenamente a emoção daquele momento histórico. Em muitos olhos afloravam lágrimas, lágrimas de contentamento...

O sr. dr. Café Filho, de expressão sorridente e sem qualquer espécie de afectação nas maneiras, modo de ser que a todos logo cativou, cumprimentou, em seguida, o sr. Presidente do Conselho com o qual trocou novo e demorado aperto de mãos e novo e muito cordeal abraço. E depois de cumprimentar os ministros portugueses dos Negócios Estrangeiros e da Marinha, respectivamente os srs. prof. dr. Paulo Cunha e almirante Américo Tomás; o chanceler brasileiro, sr. dr. Raul Fernandes, dias antes chegado a Portugal; e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sr. tenente-coronel Salvação Barreto, o Presidente da República do Brasil teve um sorriso de simpatia para a massa humana que se debruçava de um e outro lado da muralha e que, agora, o aclamava delirantemente.

Momentos depois, ambos os chefes de Estado, o sr. dr. Café Filho à direita e o sr. general Craveiro Lopes à esquerda, subiam, vagarosamente, os degraus do cais até à tribuna entre alas de cadetes da Armada em continência, espadas nuas e ao alto, seguidos das individualidades já referidas e do sr. ministro da Marinha do Brasil, sr. almirante Amorim do Vale, e das personalidades das comitivas, brasileira e portuguesa, do ilustre visitante que, após ele, haviam desembarcado.

Tornou-se notado, com visível agrado geral, o à vontade como os dois presidentes conversavam, enquanto se dirigiam para o pavilhão.

### O IMPONENTE DESFILE MILITAR DE FORÇAS MOTORIZADAS

Pouco depois, os dois chefes de Estado tomavam lugar nos grandes cadeirões que lhe estavam destinados na tribuna, do lado do Terreiro do Paço.

Subiram, então, nos mastros de honra, as bandeiras nacionais do Brasil e de Portugal, enquanto cinco mil soldados da guarnição militar de Lisboa que, na vasta praça — como já se disse — em impecável formatura, constituíam a guarda de honra, com admirável sincronização de movimentos, apresentavam armas em continência. Nesse momento, a Banda da Marinha executou o hino nacional brasileiro findo o qual, a Banda de Caçadores n.º 5, tocou «A Portuguesa»,

11  
Terminada a breve cerimónia da execução dos hinos, iniciou-se o desfile militar. Ambos os presidentes se conservavam de pé.

O Sol surgira, finalmente, em todo o seu esplendor. Sol forte, intenso, de Primavera portuguesa, a inundar de luz aquele belo Terreiro do Paço da Ribeira e a arrancar reflexos metálicos da floresta de baionetas aceradas que se estendia de lés a lés.

Sob o comando do sr. brigadeiro Joviano Lopes as tropas começaram a desfilar, em continência, frente à tribuna. Tais forças eram integradas pelas unidades motorizadas do Governo Militar de Lisboa, reforçadas, para o feito, com algumas outras do novo Exército Português.

E durante meia hora, a grande velocidade, em alinhada formação a duas colunas, a revelar o excelente treino dos condutores, passaram frente à tribuna presidencial, na direcção oeste-leste, centenas de viaturas de combate, desde a simples motocicleta aos mais pesados tanques, sem esquecer «jeeps», carros de assalto, auto-metralhadoras, artilharia antiaérea, carros de transmissões, pombais automóveis, etc., etc. Pela primeira vez surgiram aos olhos do público trinta e seis novos obuses automotores de grande calibre, os quais pelo seu desmedido tamanho e poder de fogo causaram sensação. Todo aquele material era a expressão de um exército novo posto ao serviço de uma política de paz que só nas armas, infelizmente, encontra garantia.

O desfile que, como já dissemos, demorou meia hora, foi deveras apreciado pelo nosso illustre hóspede que, por esse motivo, dirigiu cumprimentos aos sr. ministro da Defesa Nacional.

Logo a seguir à passagem dos últimos carros, ouviu-se, na praça, um toque «a sentido» e imediatamente se escutou de novo o hino do Brasil e, de contínuo, o hino nacional português. Os dois chefes de Estado descansaram, então, uns instantes, enquanto o cortejo presidencial começava a ser organizado.

#### LISBOA RECEBE, APOTEOTICAMENTE, O PRESIDENTE CAFÉ FILHO

Enquanto o regimento de cavalaria da Guarda Nacional Republicana, de grande uniforme, capacetes encimados de penachos brancos, que, durante todas as cerimónias se havia conservado em formatura ao longo das ruas norte e oriental do Terreiro do Paço, se movimentava para dar escolta de honra aos dois Chefes de Estado, um grande automóvel descoberto veio até junto da tribuna e, nele, após breves cumprimentos aos circunstantes, tomaram imediatamente lugar, lado a lado, os presidentes, sentando-se o sr. dr. Café Filho à direita do sr. general Craveiro Lopes.

Organizado o pequeno cortejo de automóveis que transportava as comitivas, o comandante da escolta, sr. tenente-coronel Pires Monteiro, foi colocar-se à estribeira da viatura presidencial. E ao som dos hinos nacionais dos dois países irmãos, com as tropas em continência, o cortejo pôs-se em marcha na direcção do Arco da Rua Augusta e sob uma revoada de aclamações.

Descrever o que, depois, naquela rua se passou, impossível se torna, sem amesquinhar a verdade.

Milhares de bandeiras dos dois países e de outras nações amigas, tarjas garridas com as cores nacionais portuguesas e brasileiras, decorações caprichosas em diversos edifícios comerciais, entre os quais o da «Casa Africana» se salientava pelo bom gosto, legendas de saudação, e sobretudo, e acima de tudo, uma multidão rumorejante que inundava os passeios e, em autênticos cachos humanos, se debruçava de janelas, varandas e varandins: eis o cenário crepitante de altas emoções patrióticas que a Rua Augusta apresentava.

No preciso momento em que a cabeça do cortejo, constituída por uma secção de motociclistas da Polícia, de grande uniforme e luva branca de canhão alto, irrompeu sob o arco, todos os olhares convergiram naquela direcção, — e principiou o delírio... Os mais nobres sentimentos da alma popular lisboeta, horas seguidas refreados pela demorada espera, explodiram numa tamanha apoteose de aplausos como jamais se vira igual.

O cortejo avançava lentamente. Atrás dos automóveis das comitivas, um esquadrão da Guarda Nacional Republicana e após este, em carro aberto, iam os Chefes dos Estados do Brasil e de Portugal. Depois, ainda, seguiam os automóveis com o sr. general Leonel Vieira, Governador Militar de Lisboa, com os seus ajudantes, chefe e subchefe do Estado-Maior, srs. tenente-coronel Daciano Barros e major Sotto Cardoso.

E, por último, a fechar o cortejo, os dois restantes esquadrões da cavalaria da Guarda Nacional Republicana, com bandeira e respectiva fanfarra, cujos acordes marciais contribuíam, sobremaneira, para o esplendor do conjunto.

Assim que o automóvel presidencial entrou naquela artéria, a jornada triunfal que, horas antes, tivera início em São Julião da Barra, alcançou ali o seu mais alto momento de consagração popular.

Fosse pelo que fosse, talvez pela intimidade do local, apertado entre prédios altaneiros, talvez porque, ali, se tivessem juntado alguns milhares dos mais emotivos lisboetas, enfim, fosse pelo que fosse, ao longo de toda a comprida Rua Augusta, a alma e o coração portugueses abriram-se de par em par, totalmente, para oferecerem ao Brasil, tão dignamente representado pelo sr. dr. Café Filho, toda a ternura e todo o entusiasmo de que — ao que parece — só de séculos são capazes...

Palmas, «vivas», serpentinas, flores, toneladas e toneladas de quadradinhos de papel verdes, rubros e amarelos, música a jorros, a emoção popular provocada por tão querida visita já não sabia como revelar-se. O Presidente Café Filho, de pé, no automóvel, uma pequena bandeira portuguesa na mão, sorria visivelmente impressionado, e ora agitava os braços, ora acenava para um e outro lado, a agradecer tão vibrante manifestação de carinho pelo seu país. Em determinada altura, o povo rompeu os cordões de polícias e rodeou o carro. Viu-se, então, o Presidente estender a mão aos primeiros que conseguiram abeirar-se da viatura, mão logo apertada por dezenas de outras mãos que tudo faziam por merecer aquela honra de tocar, enfim, no Brasil que, Sua Excelência, aos olhos de todos encarnava, naquele Brasil imenso, sangue do nosso sangue, alma da nossa alma, onde todo o português tem um parente ou um amigo... Em certo momento, uma senhora de idade, decerto uma das muitas que desde manhãzinha ali permaneciam sentadas nos seus banquinhos portáteis e que, sem saber agora ao certo que fazer, mais choravam que aplaudiam, conseguiu, milagrosamente, chegar-se ao automóvel presidencial — e logo se viu o dr. Café Filho cumprimentá-la, desvanecido e profundamente emocionado, olhos razos de água, depois de aceitar as flores que ela lhe ofereceu e de ouvir as palavras que ela lhe disse. Mais adiante, sem se perceber como, pois muitas eram já as pessoas que, obedecendo a um irresistível impulso corriam a rodear o automóvel, viu-se o Presidente do Brasil, sempre sorridente, sempre extraordinariamente simpático, a agitar na mão esquerda, em vez de uma, duas pequenas bandeiras portuguesas, enquanto com a dextra acenava e apertava as mãos que se lhe estendiam em cumprimento... No fim da rua, de lado a lado e à altura dos segundos pisos, via-se uma enorme faixa branca com os seguintes dizeres: «SALVÉ BRASIL: PORTUGAL INTEIRO TE SAÚDA!».

No Rossio, Praça dos Restauradores e Avenida da Liberdade, vistosamente decorados para o efeito, e onde se alinhavam os estandartes de todas as associações lisboenses e formações militares, legionárias, da Polícia e G. N. R., as aclamações continuaram ininterruptamente.

Na Praça do Marquês de Pombal, onde novo mar de gente se concentrara, o entusiasmo, à passagem do cortejo, subiu de tom outra vez, sendo, ali, o Presidente Café Filho alvo de estrondosas ovações populares.

Depois, ao longo da Rua de Joaquim António de Aguiar, junto ao Parque de Eduardo VII, o entusiasmo e o aplauso dos lisboetas não arrefeceu um instante, recebendo, já na Avenida de Duarte Pacheco, o sr. dr. Café Filho as manifestações de respeitoso carinho de milhares de pessoas dos bairros de Campolide e Amoreiras que, ali, o aguardavam, enquanto centenas de automóveis e motocicletas dos sócios do Automóvel Clube de Portugal, do Moto Clube de Lisboa, do Vespa Clube e Lambretta Clube, que também ali esperavam o carro presidencial para o acompanharem até Queluz, faziam soar, ruidosamente, as buzinas...

Naquela última artéria, a escolta de cavalaria da G. N. R. cedeu o lugar a uma outra integrada por motocicletas e «jeeps» da mesma corporação.

E feita a rendição em breves momentos, o cortejo, agora acrescido de centenas de viaturas particulares, prosseguiu, em maior velocidade, na direcção da auto-estrada, a meio da qual fica o ramal que leva a Queluz, e em cujo palácio nacional — como se disse — o Presidente do Brasil iria a residir durante parte da sua breve estadia entre nós.

O espectáculo da cavalaria de uniformes azuis e de capacetes encimados de penachos brancos, em afirmação de tradição e beleza, terminou ali. Mas, nem por isso, o cortejo perdeu o seu aparato solene, porquanto o ruído dos motores e o dinamismo das máquinas também tinham grandeza naquela manhã triunfal.

#### VISITA OFICIAL AO PRESIDENTE DA REPUBLICA

As 15.30 horas do mesmo dia da sua chegada a Portugal, o sr. dr. Café Filho, seguido das suas comitivas, saiu do Palácio de Queluz até onde, horas antes, o sr. general Craveiro Lopes o havia acompanhado, para se dirigir ao Palácio de Belém, residência oficial do Chefe de Estado português, a fim de retribuir cumprimentos.

Constituído um pequeno cortejo de automóveis, a que uma formação militar motorizada dava escolta de honra, o ilustre visitante chegou a Belém algum tempo depois, sendo aguardado, no largo fronteiro ao palácio, por centenas de populares que, mais uma vez, o ovacionaram calorosamente. Deverá dizer-se, contudo, apesar deste relato abranger exclusivamente os factos ocorridos no termo do concelho de Lisboa, que, em Queluz, do mesmo modo que em Lisboa, também o povo dispensou ao ilustre estadista brasileiro, tanto à chegada, como a sua partida para Belém, manifestações do maior respeito e simpatia.

A entrada do palácio, encontrava-se formada uma guarda de honra, com bandeira e banda de música, para as devidas homenagens, as quais foram prestadas ao som dos hinos nacionais dos dois países. E, no Pátio das Bicas, alas de soldados da Guarda Nacional Republicana, de grande uniforme e sabres desembainhados, postavam-se em continência.

O insigne visitante foi, então, introduzido na Sala Dourada, onde o sr. general Craveiro Lopes o esperava, acompanhado de todos os membros do Governo e do pessoal das suas casas.

O novo encontro foi muito cordeal, trocando-se afirmações de mútua amizade, em nome das duas nações, e acentuando-se os elos de irmandade existentes entre os dois povos lusíadas.

Passando, seguidamente, à Sala Azul, o Senhor Presidente da República condecorou, então, o Chefe de Estado visitante com a Banda das «Três Ordens», distinção que o sr. dr. Café Filho agradeceu, considerando tal homenagem uma das honras mais sensíveis ao seu coração de brasileiro.

14

Na Sala do Conselho, para onde passaram em seguida, os dois presidentes conversaram alguns momentos, após o que, regressando à Sala Dourada, ali se despediram, saindo o sr. dr. Café Filho do palácio no meio do cerimonial da praxe.

## VISITA À ASSEMBLEIA NACIONAL E CÂMARA CORPORATIVA

De Belém, e acompanhado de toda a sua comitiva, o Presidente do Brasil dirigiu-se, em cortejo, para o Palácio de São Bento, sede das câmaras de deputados e corporativa.

Em frente do magestoso edifício da Assembleia Nacional havia formado, pouco antes das 16 horas, um batalhão de infantaria da Guarda Nacional Republicana, com bandeira e respectivas bandas de música e de corneteiros, a fim de prestar guarda de honra.

E faltavam, precisamente, cinco minutos para o início da sessão conjunta das duas câmaras, quando o cortejo presidencial chegou a «São Bento».

Nesse momento, a guarda de honra apresentou armas e a banda de música tocou os hinos brasileiro e português.

Aguardado, à entrada pelos presidentes e secretários das duas câmaras, constituiu-se seguidamente um pequeno cortejo, integrado por aquelas individualidades e pelo pessoal superior de ambas as instituições que acompanhou o ilustre visitante ao andar principal. Abriam esse cortejo, contínuos de grande uniforme e, ao longo da escadaria, postavam-se soldados de cavalaria da G. N. R., também em uniforme de gala.

Chegado ao primeiro andar, o ilustre estadista descansou alguns momentos na Sala Dourada, depois do que o pequeno préstito entrou na sala das sessões, com toda a assistência de pé e no meio de uma prolongada salva de palmas.

O salão, decorado com plantas ornamentais em todo o redor do hemicycle, com os deputados e procuradores trajando de cerimónia, as suas tribunas e galerias pletóricas de convidados vestidos a rigor, e entre eles muitas senhoras, oferecia um aspecto deslumbrante de grande solenidade.

O sr. dr. Café Filho que, no entretanto, fora conduzido ao lugar da presidência agradecia, sorridente, com breves inclinações o respeitoso e festivo acolhimento que lhe dispensavam, ao mesmo tempo que, junto a si, tomavam lugar os srs. conselheiro Albino dos Reis e prof. Marcelo Caetano.

O sr. presidente da Câmara dos Deputados, em nome do Chefe de Estado brasileiro, considerou, então, aberta a sessão, após o que pronunciou algumas frases de saudação antes de, igualmente em nome daquele, conceder a palavra ao sr. prof. Lopes de Almeida, da Universidade de Coimbra, que, em representação da Assembleia, proferiu um notável discurso.

Representando a Câmara Corporativa, falou depois o sr. dr. Júlio Dantas que produziu, igualmente, um notável discurso de saudação entrecortado de belos efeitos literários e que, como o anterior, a assistência muito aplaudiu.

E serenados que foram os aplausos, ergueu-se para falar o Sr. Presidente da República do Brasil a quem, de novo, foi tributada grande e efectiva ovação.

Em voz quente e firme, primorosamente articulada a revelar primores de oratória a que Portugal se desabitou, Sua Excelência bordou interessantes considerações acerca da transcendente missão dos parlamentares, da fraternidade que une os dois povos irmãos e do valor que, para ambos, passava a representar o tratado de amizade e consulta recentemente assinado pelos governos português e brasileiro e que aquela assembleia já havia ratificado como, antes, já o tinham feito as câmaras de representantes do Brasil.

Interrompido de quando em quando por prolongadas salvas de palmas, o discurso do insigne estadista calou fundo no espírito da assistência que, no final, não se cansou de o aplaudir.

Encerrada a sessão, o sr. dr. Café Filho, retirou-se, com o mesmo cerimonial da entrada, sendo acompanhado até ao portão pelas entidades que, antes, ali o haviam aguardado.

Todos os discursos foram publicados, na íntegra, pela Imprensa e radiodifundidos, para todo o Mundo, pela rede de emissores portugueses.



## RÉCITA DE GALA EM «SÃO CARLOS»

Tudo o que Lisboa tem de mais representativo, na política e nas artes como nas letras, no comércio como na indústria, se reuniu, no dia da chegada, à noite, no célebre Teatro Nacional de São Carlos, para assistir ao espectáculo de gala em honra do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Na plateia e nos camarotes, o negro das casacas e o tom escuro dos uniformes esmaltados de condecorações casavam-se, harmoniosamente, com as cores claras dos vestidos das senhoras em cujos peitos centilavam jóias em profusão. Totalmente repleta, aquela sala magnífica, e de tão gloriosas tradições artísticas vivia mais uma noite de elevado esplendor.

Pouco passava das 21.30 horas quando, de súbito, o salão mergulhou numa leve penumbra para logo surgir feérico de luz, no momento preciso em que os srs. dr. Café Filho e general Craveiro Lopes assomaram no camarote presidencial. Nesse momento a orquestra, que o maestro Freitas Branco regia, executou o hino do Brasil e, logo depois «A Portuguesa» que toda a assistência, de pé, escutou respeitosa.

Terminados que foram os últimos acordes, a sala irrompeu numa calorosa e demoradíssima ovação ao Presidente visitante e que este agradeceu, inúmeras vezes, sempre sorridente. E nessa manifestação de simpatia, a assistência englobou também o sr. general Craveiro Lopes que, à esquerda daquele, denotava verdadeira satisfação.

Ao lado dos Chefes de Estado, sentavam-se os srs. ministros das Relações Exteriores e da Marinha do Brasil e os srs. ministros da Presidência do Conselho, prof. Costa Leite (Lumbrales) e da Marinha. Um pouco atrás, estavam os componentes das comitivas presidenciais.

Num camarote, ao lado, encontrava-se a esposa do sr. Presidente da República Portuguesa, acompanhada de várias senhoras.

A Récita foi constituída pela ópera *Cenerantola*, de Rossini, peça lírica com que, integralmente, se preencheu o espectáculo.

No final, toda a assistência, de pé, voltou a ovacionar demoradamente o sr. dr. Café Filho, envolvendo nos seus aplausos, como de início, o Chefe de Estado português.

## VISITA A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Tendo recebido, no dia 23, de manhã, os jornalistas, aos quais fez interessantes afirmações de comunhão luso-brasileira, Sua Excelência o Presidente do Brasil visitou, à tarde, a Câmara Municipal de Lisboa, onde lhe foi dispensada respeitosa e afectuosa recepção.

Na Praça do Município, frente aos Paços do Concelho, haviam alinhado duas companhias do Batalhão de Sapadores Bombeiros, de grande uniforme, com terno de clarins, bandeira, guiões e banda de música, em vistosa guarda de honra. E, ao redor da praça, comprimiam-se centenas de populares, desejosos — mais uma vez — de manifestarem o seu apreço pelo ilustre estadista e a sua amizade pelo Brasil.

Com o palácio da Municipalidade embandeirado com os pavilhões das duas nações irmãs, vendo-se, ao alto, entre quatro bandeiras: duas de cada país, o esquadrelado estandarte alvi-negro da Cidade; com a imponência daquela guarda de honra de «Soldados da Paz» e com a presença da multidão, o ambiente tinha, verdadeiramente, dignidade e grandeza.

16 Acompanhado pelo sr. general Frederico Vilar, seu oficial às ordens, o Presidente Café Filho chegou de automóvel aos Paços do Concelho às 17 horas, precisamente. Noutros carros, seguiam-no o sr almirante Amorim do Vale, ministro da Marinha brasileiro e o sr. comodoro Quintanilha de Mendonça Dias; o sr. dr. Augusto de Castro e o sr. comodoro Duarte Silva e outras entidades, entre as quais o pessoal superior da Embaixada e do Consulado Geral do Brasil.

A CHEGADA AO TEJO  
DO CRUZADOR QUE CONDUZIU  
O PRESIDENTE CAFÉ FILHO



OS PRESIDENTES CRAVEIRO LOPES  
E CAFÉ FILHO, NA TRIBUNA  
DO TERREIRO DO PAÇO



DESFILE DAS FORÇAS MOTORIZADAS  
EM FRENTE DA TRIBUNA  
PRESIDENCIAL





O PRESIDENTE  
CAFE FILHO,  
A GRADECE  
AS MANIFESTAÇÕES  
DO PUBLICO  
DE LISBOA



CAFE FILHO,  
APRESENTA  
CUMPRIMENTOS  
A CIDADE  
DE LISBOA  
NOS PAÇOS  
DO CONCELHO

FESTA DE  
HOMENAGEM  
AO PRESIDENTE  
DO BRASIL,  
NO CASTELO  
DE S. JORGE



UM ASPECTO DO  
FOGO DE ARTIFÍCIO  
VISTO DO CASTELO  
DE S. JORGE





O DR. OLIVEIRA  
SALAZAR COM  
O MINISTRO  
DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES  
DO BRASIL  
E O PRESIDENTE  
CAFÉ FILHO  
NA DESPEDIDA  
NO AEROPORTO



O PRESIDENTE  
CAFÉ FILHO  
DESPEDE-SE DO  
CHEFE DO ESTADO  
NO AEROPORTO  
DE LISBOA

Junto ao portão do palácio, aguardavam o Chefe de Estado visitante os srs. tenente-coronel Salvação Barreto e escritor Luís Pastor de Macedo, respectivamente presidente e vice-presidente da Câmara Municipal, dois representantes da Vereação e diversas individualidades.

No momento em que Sua Excelência se apeou, a banda de música tocou o hino nacional brasileiro e, em seguida, «A Portuguesa». E trocados que foram os primeiros cumprimentos, entre calorosas aclamações populares, a guarda de honra desfilou, galhardamente, em continência perante o sr. dr. Café Filho.

Formou-se, então, um pequeno cortejo, levando à frente dois antigos servidores do Município trajando uniforme de gala, que, solenemente penetrou nos Paços do Concelho.

O interior do palácio estava belamente decorado, numa louvável afirmação de invulgar bom gosto. Na escadaria principal, atapetada de cor granate e ladeada de plantas ornamentais, abriam alas agentes da Polícia Municipal de grande uniforme e, no primeiro patamar, em curiosa evocação histórica, viam-se três «pagens da cidade» empunhando, o do centro, um pendão encimado por uma caravela de filigrama onde esvoaçavam dois corvos vivos, símbolos, uma e outros, da heráldica cidadina. E com os grandes candelabros da galeria profusamente iluminados e os salões de portas abertas, de par em par, todo o conjunto era deveras espectacular e estava à altura das melhores tradições da Cidade.

Chegado o cortejo ao primeiro andar, o sr. dr. Café Filho foi, então, conduzido ao gabinete da Presidência, onde o sr. tenente-coronel Salvação Barreto lhe apresentou os vereadores. E depois de ali descansar uns momentos, passou ao salão nobre, no qual se encontravam todos os funcionários superiores do Município e numerosos representantes das várias actividades cidadinas.

A apresentar as saudações da Edilidade, proferiu, então, o presidente da Câmara Municipal as seguintes palavras:

*Como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tenho a maior honra e a mais viva satisfação em receber, nestes Paços do Concelho, o Chefe da grande Nação brasileira, nossa irmã pelo sangue, pela tradição e pela história, e em dirigir a V. Ex.<sup>a</sup>, em nome do povo da capital, os mais calorosos e sinceros cumprimentos de boas-vindas.*

*É V. Ex.<sup>a</sup>, senhor Presidente, recebido aqui, não apenas pela administração responsável do Município de Lisboa, mas também pelos representantes de todas as actividades particulares. Será, porventura, esta a única ocasião, durante a sua estada em Portugal, em que V. Ex.<sup>a</sup> deixa de estar assistido pelo elemento oficial e se encontra directamente junto do povo deste país. E digo deste país, porque neste momento a cidade de Lisboa, como autarquia primaz, representa todas as autarquias nacionais.*

*Parece-me dispensável, em face do justificado e espontâneo entusiasmo com que a cidade acolheu o seu tão ilustre hóspede, acentuar com palavras vãs o significado transcendente deste acto e a importância excepcional desta solenidade. De resto, V. Ex.<sup>a</sup>, senhor Presidente da República brasileira, está nesta casa como em casa própria, dado que, para todos os brasileiros, Lisboa é terra brasileira, como o Rio de Janeiro, para nós outros, portugueses, foi, é e será sempre, estou certo disso, terra portuguesa, e da melhor. E as águas que beijam os cais das nossas duas cidades não poderão nunca ser um obstáculo ou uma separação, antes se têm mostrado um motivo constante de aproximação e de amizade.*

*Desejo recordar, neste momento de alegria plena, de satisfação entusiástica para todos nós, que, há 455 anos, do Tejo e muito próximo do local onde V. Ex.<sup>a</sup> ontem desembarcou, largaram as naus de Pedro Álvares Cabral para que se escrevessem uma das mais belas páginas da nossa História, tão cheia de belas páginas, aquela de que surgiu para os mais altos e mais nobres ideais uma Pátria moça, orgulho do mundo moderno, por nós criada, ao calor do nosso amor e do*

nosso heroísmo, com extremos de carinho, mas a que o génio próprio soube depois dar uma feição individualizada e inconfundível. Vive nos brasileiros de hoje a sensibilidade portuguesa de outrora, tão forte agora como no passado histórico comum. Foi disso exemplo para nós inesquecível a vossa reacção vibrante em face da agressão ao território de Goa, dando-nos, com uma solidariedade pronta e vibrante, a certeza absoluta de que é o mesmo ainda o sangue que gira nas nossas veias.

Representante egrégio dessa Nação admirável, que é o nosso mais belo motivo de conforto e de esperança, como ramo querido da árvore multisseccular que nos abriga, V. Ex.<sup>a</sup> não é para nós um hóspede e muito menos um estrangeiro. E, por assim dizer, um lisboeta da Outra Banda do Atlântico, que veio de passeio ao Terreiro do Paço e entrou, por direito familiar, nesta casa que é de todos os lisboetas, quer o sejam pelo nascimento ou pelo coração. E nós só temos de agradecer a honra insigne com que nos distinguiu e a inesquecível prova de estima que a Lisboa outorgou, ao subir as escadarias da sua Câmara Municipal.

E oxalá este gesto de V. Ex.<sup>a</sup> seja e prelúdio de uma mais íntima fraternidade de relações entre Lisboa e as grandes cidades do Brasil, cuja convivência tanto apeteçemos e desejamos.

Senhor Presidente: Muito e muito obrigado, em nome de todos os lisboetas!

Em resposta, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil disse:

Sr. Presidente, Srs. vereadores — Ao agradecer a VV. Ex.<sup>as</sup> as boas-vindas com que acabo de ser acolhido de modo tão honroso e cativante, as minhas emoções reflectem ao mesmo tempo a presença da moderna Lisboa e as magníficas tradições do seu passado. Desde que visitei esta cidade pela primeira vez, há três anos, a simpatia que por ela já sentia, através do conhecimento da sua história criou raízes e adquiriu o fervor que só o contacto directo proporciona.

Como se não bastassem tantas outras afinidades que nos ligam, portugueses e brasileiros temos mais este traço de identidade em nosso destino comum: possuímos duas das mais belas capitais do Mundo. Dir-se ia que um senso poético presidiu à formação de ambas. Se fossem bem investigadas as razões que inspiraram os colonizadores portugueses na escolha de um local tão rico de encantos para fundar o povoado que é hoje a capital do Brasil, não seria absurdo concluir que, entre os motivos estratégicos ou de outra espécie, deve ter prevalecido um imperativo sentimental. Aqueles conquistadores heróicos estavam habituados ás formosuras de Lisboa e pretendiam suavizar a nostalgia da sua linda cidade criando outra que lhes recordasse as belezas deixadas aqui, à margem do Tejo.

Em Lisboa, as reservas de atracção e lirismo não estão apenas nas graças de que é fértil a sua natureza e nas paisagens que o engenho do homem produziu e enriqueceu. Elas sobressaem igualmente das próprias páginas de suas crónicas milenares. As origens da cidade compõem um romance excitante, em que a verdade e a lenda rivalizam no mesmo esforço glorificador. Um sorriso de sabedoria e cepticismo acolhe a velha fábula em que Ulisses aparece como fundador de Lisboa, mas a ficção amável perdura no coração de todos quantos amam Portugal, a prevalecer como um símbolo de ancianidade respeitável.

Sr. Presidente, Srs. vereadores: Estou deveras penhorado pelo gesto de VV. Ex.<sup>as</sup>, manifestando os sentimentos de uma hospitalidade tão afectuosa e envolvente. Em meu nome e no do Brasil, que represento nesta feliz e honrosa missão, quero deixar consignada a expressão do mais sincero reconhecimento.

18 Ao receber as homenagens da Câmara Municipal de Lisboa, no recinto deste edificio histórico, sinto-me como se estivesse num prolongamento do meu país. Pois a união de nossas duas pátrias é de tal modo sólida e profunda que, respeitada a soberania de ambas, bem se pode dizer que os portugueses são os brasileiros da Europa, como os brasileiros desempenham o papel de portugueses da América.

Demorados e quentes applausos acolheram as últimas palavras do sr. dr. Café Filho, a quem, em seguida, foram apresentadas muitas das personalidades reunidas no salão para assistirem àquele histórico acto.

Seguidamente, o Presidente do Brasil assinou o «Livro de Ouro» do Município, o qual regista as assinaturas de todos os chefes de Estado e altas personalidades que têm visitado a Câmara Municipal de Lisboa e que já ostentava a do Presidente Epitácio Pessoa, sendo, portanto, o sr. dr. Café Filho o segundo Chefe de Estado brasileiro a deixar nele a sua firma. O referido livro foi igualmente assinado pelo sr. ministro Amorim do Vale.

E depois de ter sido servido um beberete, o illustre visitante retirou-se, com o mesmo cerimonial da entrada.

#### O BANQUETE NO PALÁCIO DA AJUDA

Nesse mesmo dia, à noite, o sr. Presidente da República ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um banquete em honra do Chefe de Estado brasileiro, banquete que decorreu num ambiente da maior solenidade.

Depois de lhe haverem sido dispensadas, à entrada, todas as honras militares, foi Sua Excelência o Presidente do Brasil recebido pelo sr. general Craveiro Lopes que, depois dos cumprimentos, o conduziu a um dos salões do palácio onde lhe apresentou os representantes diplomáticos acreditados em Lisboa e as restantes individualidades expressamente convidadas para o banquete.

Presidiram os dois chefes de Estado.

Aos brindes, o sr. Presidente da República pronunciou um brilhante discurso a que o Chefe de Estado brasileiro respondeu com outro de elegante recorte literário. Ambos os discursos foram radiodifundidos para todo o Mundo e publicados, na íntegra, pelos jornais dos dois países.

Seguiu-se uma recepção a que compareceram dois mil convidados: autoridades civis e militares, escritores e jornalistas, professores e homens de ciência, artistas, grandes nomes da Indústria e do Comércio, etc., etc., enfim, tudo o que Lisboa tem de mais representativo nas mais diversas actividades da sua vida social, intelectual e económica.

Findo o banquete, o sr. dr. Café Filho, levando pelo braço a esposa do Chefe de Estado português, e o sr. general Craveiro Lopes a esposa do sr. ministro das Relações Exteriores do Brasil, senhora de Fernandes, dirigiram-se à antiga Sala do Trono onde, durante algum tempo, receberam os cumprimentos dos convidados à recepção.

Em determinada altura, os dois presidentes retiraram-se, continuando, porém, a festa a qual se prolongou até de madrugada.

#### VISITA A COIMBRA, AO PORTO E A GUIMARAES

Em 24, Domingo, acompanhado pelo sr. Presidente da República, por diversas altas entidades e pelas suas comitivas, partiu Sua Excelência o Chefe de Estado brasileiro para Coimbra, em combóio especial.

Tendo saído de Queluz às 9.50 horas, por entre o applauso dos habitantes daquela localidade, os dois presidentes chegaram ao Luso pelas 12.56 horas, sendo muitíssimo vitorizados em todas as estações e apeadeiros do percurso e tendo a aguardá-los, naquela estância terminal, elementos das forças vivas da região, bandas de música e muito povo que lhes dispensaram festiva recepção.

Do Luso dirigiram-se, em automóvel, para o Buçaco, em cujo Hotel-Palácio se hospedaram. E de novo, em toda a extensão do trajecto, onde havia uma aldeia ou um simples povoado, a gente de Portugal lá estava a afirmar ao mais alto magistrado brasileiro quanto a sua pátria é amada pelos portugueses de qualquer grau de cultura ou condição social.



Do Buçaco, seguiu o sr. dr. Café Filho para Coimbra, aonde chegou pelas 17.30 horas, a fim de, na respectiva Universidade, receber a mais alta homenagem que aquela pode dispensar a nacionais e estrangeiros, ou seja: o doutoramento *honoris causa*.

Está fora do âmbito desta publicação, descrever em pormenor o que ali se passou, mas não se resiste à tentação de dizer que a cerimónia se revestiu da maior solenidade, que Sua Excelência, o nosso Chefe de Estado, honrou-a com a sua presença, que a ela assistiram ministros e altas individualidades portuguesas, que a Coimbra se deslocaram expressamente por tal motivo, e que a Academia e o povo coimbrão excederam-se em manifestações de carinho pelo Brasil e pelo seu simpatiquíssimo Presidente. Os estudantes, principalmente, sobre cujas capas o sr dr. Café Filho entrou e saiu da Universidade (honra maior que os escolares não avezam prodigalizar) com as suas aclamações tipicamente académicas, os seus «vivas» e o seu juvenil regozijo, nem um só momento deixaram de expressar ao ilustre estadista brasileiro o seu amor, a sua dedicação, a sua sincera ternura pela Pátria-Irmã.

Sempre na companhia do sr. general Craveiro Lopes, o Chefe de Estado brasileiro chegou, no dia imediato, ao Porto, onde ambos foram recebidos apoteoticamente, tendo visitado, pela tarde, a cidade de Guimarães, berço da Nacionalidade portuguesa e, consequentemente, da nação brasileira.

Pelo motivo já referido, não nos compete registar o que naquelas cidades se passou, mas, se se disser que a recepção popular que o bom povo minhoto tributou ao sr. dr. Café Filho ultrapassou tudo o que ocorreu na Rua Augusta, em Lisboa, teremos dito uma verdade que, de maneira nenhuma, se poderia deixar de mencionar.

E tanto à ida, como no regresso ao Porto, as populações das terras por onde os dois presidentes passaram vibraram em manifestações de carinhoso respeito e simpatia a traduzirem extraordinário patriotismo e a mais viva e sincera amizade pelo Brasil.

No dia 26, terça-feira, pelas 12.20 horas, ambos os Chefes de Estado tomaram lugar num combóio especial, na estação de São Bento, com destino a Queluz, onde chegaram cerca das 5 horas da tarde.

E se a partida do Porto se fez no meio das calorosas homenagens de uma vibrante multidão de muitos milhares de pessoas, também em todo o percurso as manifestações populares não deixaram de surgir em quantas estações e apeadeiros por onde o «expresso» passou em grande velocidade... É que a gente portuguesa das povoações marginais da Linha do Norte não queria deixar de afirmar ao Presidente do Brasil, pela primeira vez, ou uma vez mais..., mesmo fugazmente, no rápido instante da passagem do combóio, que as Terras de Vera Cruz constituem para ela — para toda, sem excepção — algo tão querido ao seu espírito como o seu próprio torrão natal.

De históricas jornadas triunfais, se poderão chamar, verdadeiramente, aqueles dias da visita dos srs. dr. Café Filho e general Craveiro Lopes ao centro e ao norte de Portugal.

### RECEPÇÃO A COLÓNIA BRASILEIRA

20 Nesse mesmo dia 26, pelas sete horas, visitou Sua Excelência o Chefe de Estado brasileiro a embaixada do seu país, onde recebeu as saudações dos seus compatriotas residentes no nosso país.

Encheram-se os salões do palácio da Rua de António Maria Cardoso de uma assistência elegante de naturais do Brasil, descendentes de portugueses em esmagadora maioria, desejava de render as suas homanagens ao supremo magistrado da sua pátria.

No átrio e na escadaria, viam-se fusilheiros navais do cruzador «Almirante Tamandaré», de dolmanes vermelhos e capacetes brancos, em aprumada guarda de honra. E o ambiente, nos salões, era de expectativa e afectuosidade, uma vez que os elementos da colónia brasileira, porque vivem perfeitamente integrados no meio social português e só têm a uni-los afinidades de origem, raramente se encontram...

O sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil chegou acompanhado pelos ministros srs. dr. Raul Fernandes e almirante Amorim do Vale e pelos oficiais brasileiros e portugueses das suas comitivas.

Muito acarinhado pelo público que, defronte do palácio, enchia os passeios, Sua Excelência era aguardado à entrada pelo embaixador sr. dr. Heitor Lyra, sr. ministro Câmara Canto e por todo o pessoal daquela representação diplomática. Depois, já no andar principal, foi vivamente aclamado pelos seus compatriotas e, em seguida aos cumprimentos que lhe foram apresentados pelos representantes da Câmara de Comércio Luso-Brasileira, dirigiu-se para uma das salas, sempre no meio de aclamações, sendo saudado em primeiro lugar pela princesa Dona Maria Teresa de Orleans e Bragança.

Serenadas os ovações, efectuou-se o desfile de apresentações, cerimónia demorada, durante a qual se ouviram as mais cortesias, ou mais afectuosas, expressões de simpatia.

#### FESTA FOLCLÓRICA, NO CASTELO DE SÃO JORGE, E FOGOS DE ARTIFÍCIO

Esse memorável dia 26 não foi encerrado com a cerimónia a que acabamos de fazer referência, pois que terminou com uma festa folclórica no recinto do Castelo de São Jorge e com uma deslumbrante queima de fogos de artifício, no Parque de Eduardo VII e no Jardim de São Pedro de Alcântara, em honra do ilustre hóspede.

A essa festa oferecida pelo Secretariado Nacional da Informação, assistiram Suas Excelências os dois Chefes de Estado, estando o sr. general Craveiro Lopes acompanhado por sua esposa, ministros brasileiros e portugueses e mais de trezentos convidados, entre os quais se viam muitas personalidades de relevo na vida lisboeta.

Apesar da noite se apresentar basto agreste, facto que no alto do morro do Castelo se tornava mais notado, a primeira parte da festa decorreu na esplanada ao ar livre e foi preenchida por números de dança e canto do Grupo Folclórico Mirandês, de Duas Igrejas, com o seu tocador de gaita de fole, os seus tradicionais pauliteiros e respectivos acompanhantes com as suas pitorescas vestimentas trasmontanas; pelo Grupo de Bailados «Verde Gaião», organização oficial de dança, que apresentou as coreografias de sabor popular «Muro do Derrete» e «Ribatejo» e pela «Suíte n.º 1», de Rui Coelho, executada pela Orquestra Sinfónica Nacional.

Todos estes números foram muito aplaudidos, principalmente pelo sr. dr. Café Filho e pelas individualidades brasileiras que seguiram com extraordinário interesse o espectáculo, mostrando-se especialmente encantados com a dança de ressaibo guerreiro dos «pauliteiros».

Terminada que foi a primeira parte da festa, deu-se início à queima de fogos de artifício no Parque de Eduardo VII, para o que ambos os Chefes de Estado e convidados se deslocaram para junto do Restaurante do Leão a fim de, daquele local, melhor poderem observar a exibição da afamada arte dos pirotécnicos minhotos.

Nessa altura, poucos minutos antes das onze e meia, já a Avenida da Liberdade e a Praça do Marquês de Pombal e imediações eram, verdadeiramente, um mar de gente. E o mesmo sucedia em todos os pontos altos da cidade de onde se enxerga o Parque de Eduardo VII e São Pedro de Alcântara...

Precisamente às 23.30 horas, no meio da expectativa geral, da parte cimeira do Parque, junto às colunas erguidas para ladearem a estátua a Nun'Álvares Pereira, subiram no espaço seis foguetões que inundaram o céu com as cores nacionais do Brasil e de Portugal...

Depois, foi um deslumbramento... Trovoadas de explosões sucediam-se consecutivamente, sem a menor pausa, e o céu de Lisboa passou a ser uma apoteose de luz e cores... Estrelas, sois, meteoros, flores, serpentes luminosas, revoluteios, raios, vulcões policromos, em catadupas, em cardumes, em revoadas de luz e cor: eis o que, durante meia hora, os olhos de milhares e milhares de lisboetas viram, plenos de surpresa e de alegria. E aquele espectáculo maravilhoso que se ficou a dever aos pirotécnicos de Viana do Castelo, Lanhelas e Ponte da Barca, durante o qual foram queimadas quinze mil peças de fogo de artifício, terminou com um fecho sensacional: as bandeiras brasileira e portuguesa, enormes e faiscentes, em singular magia, e os dísticos «VIVA O BRASIL!» e «VIVA PORTUGAL!» estampados no quadro negro da colina de São Pedro de Alcântara.

Terminado o fogo, os presidentes e convidados entraram no Restaurante do Leão onde foram servidos vinhos do Porto e da Madeira e cantados fados e entoadas canções alentejanas por um coral de Serpa.

#### VISITA AO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS

No dia 27, pela manhã, o Presidente Café Filho passeou, de automóvel pela cidade, merecendo-lhe especial interesse os bairros da Lisboa-Nova e alguns monumentos que directamente se prendem à História comum das duas pátrias irmãs.

E porque à ingrata profissão de jornalista o ligam anos e anos de combate pelos seus ideais políticos, com o exercício apaixonante daquele nobre ofício, o que o levou a considerar-se, durante a conferência de Imprensa em Queluz, ainda jornalista e a tratar «de colegas», os que se lhe dirigiam, Sua Excelência o Chefe de Estado brasileiro, numa cativante atitude que profundamente sensibilizou todos os homens de letras portugueses, desejou visitar a sede do Sindicato Nacional dos Jornalistas, acto que o programa da sua estadia entre nós não previa.

Assim, para aquele efeito, o sr. dr. Café Filho, acompanhado dos srs. dr. Monteiro de Castro, dr. Ózeas Monteiro, dr. Raimundo de Brito, dr. José Jobim e major Nóbio de Mendonça, componentes da sua comitiva, deslocou-se à sede da referida instituição, na Rua da Luta, ao «Chiado», sendo alvo, à sua chegada, dos aplausos de centenas de populares — quase tudo gente modesta e entre elas muitos vendedores de jornais — que, propositadamente, ali o aguardavam.

22 A sala principal do Sindicato era pequena para a numerosa assistência de jornalistas, muitos dos quais acompanhados das esposas e filhos, que ali se haviam reunido e entre os quais se viam, também, algumas individualidades ligadas à Imprensa, como os srs. dr. Adolfo de Andrade, presidente do Grémio da Imprensa Diária e Joaquim Paços de Arcos, chefe do Serviço de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros. As instituições de Previdência da classe, igualmente ali se encontravam representadas: a Caixa de Reformas, pelo sr. comandante Galeão Roma e a Caixa de Previdência de Profissionais da Imprensa de Lisboa (Casa da Imprensa) pelo jornalista José Salsa. E conjuntamente com alguns directores de quotidianos lisboetas, honrava ainda o Sindicato com a sua presença o distinto jornalista sr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Tendo entrado na sala principal do Sindicato no meio de uma calorosa salva de palmas, momento de emoção para todos os presentes e até mesmo para o ilustre visitante, que se mostrou muito sensibilizado, este foi, então, saudado pelo presidente da instituição, o jornalista Alfredo Gândara, que se encontrava rodeado pelos seus colegas da Direcção, com um discurso de que destacamos as seguintes passagens:

*Na minha comoção não encontro palavras para exprimir o desvanecimento dos jornalistas portugueses, pelo excelso presente de amizade que V. Ex.<sup>a</sup>, sr. Presidente da República do Brasil, lhes quis oferecer, com a grandeza e a bizzarria da sua ampla e aberta generosidade. Não tem preço nem medida a glória que, neste momento, enobrece e exalta o officio que V. Ex.<sup>a</sup>, como Chateaubriand, orgulhosamente sempre declara ser o seu.*

*A visita de V. Ex.<sup>a</sup>, sr. Presidente da República do Brasil, tem alcance transcendente, não apenas no significado de rara e preciosa homenagem, não apenas no afervoramento da reciproca afeição das duas pátrias — afeição de que Herbert Moses tem sido operoso artifice —, mas na história das relações de dois povos que têm a mesma raiz e aos quais está reservado o mesmo destino. Não mais deixará de recordar-se que um Presidente do Brásil, e, para mais, um Presidente que se chama João Café Filho, interrompendo um programa compacto de festas e pompas, em que se desentranha espontâneamente, radiosamente, a terra portuguesa e reevocando o «seu» honradissimo e brilhantissimo passado de grande jornalista, veio ao alcôçar dos trabalhadores dos jornais portugueses, para lhes trazer a afirmação da sua estima e dar magnânimamente a este Sindicato a confirmação de cidadela espiritual da fraternidade luso-brasileira.*

*Um sentimento já está a elaborar-se nas nossas almas, esse sentimento que se resume numa palavra, tesouro exclusivo e inviolável do nosso idioma e fonte prodigiosa de incoerciveis virtualidades criadores — a palavra Saudade.*

*Este momento já acompanha o bater dos nossos corações! Ele marcará para sempre o ritmo do nosso amor ao Brasil, poderoso e forte.*

Em resposta, o Presidente do Brasil proferiu, de improviso, estas palavras:

*Senti-me, ao pisar a terra de Portugal, como se estivesse na minha própria Pátria. Aqui, neste Sindicato, neste solar, sinto-me como se estivesse na casa da minha própria familia. Ascendi a Presidente da República do Brasil e fui instrumento desta visita a Portugal, que é de fraternidade e de aproximação entre as duas nações irmãs.*

*Quero conservar do meu contacto com a Imprensa a minha melhor recordação dos momentos que vivi neste lindo País. E que sejam os jornalistas os encarregados de estreitar ainda mais os laços de fraternidade entre o Brasil e Portugal.*

Uma prolongada ovação traduziu o agradecimento dos jornalistas pelas palavras proferidas pelo insigne estadista brasileiro, a quem, seguidamente, Alfredo Gândara, extraordinariamente comovido, pediu licença para lhe colocar na lapela o distintivo de jornalista profissional português, porquanto — disse — a direcção do Sindicato, em sessão especial, resolvera nomeá-lo sócio honorário da instituição. E nova e calorosa salva de palmas sublinhou a declaração do presidente do Sindicato, a que se seguiu a imposição da insígnia.

Posto isto, Sua Excelência demorou-se em franca palestra com os jornalistas e, antes de se retirar, dignou-se endereçar uma saudação à Imprensa das províncias ultramarinas portuguesas, com uma citação especial à do Estado da Índia, e recordando a todos que tivessem sempre presente a gloriosa unidade espiritual Portugal-Brasil.

## INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE OURIVESARIA

Pouco depois da sua visita ao Sindicato dos Jornalistas, o Presidente do Brasil inaugurava uma riquíssima e deslumbrante exposição de peças antigas de prata e ouro, na Fundação «Ricardo Espírito Santo», instalada — como se sabe — num palácio das Portas do Sol.

Aguardado pelo sr. Presidente da República, ministros, e muitas altas individualidades, o Chefe de Estado brasileiro chegou à referida instituição precisamente ao meio-dia, acompanhado do sr. ministro da Marinha do seu Governo e dos restantes membros da sua comitiva.

Saudado com os aplausos de centenas de pessoas — gente humilde dos bairros de Alfama e do Castelo — que, minutos antes, à sua chegada já haviam ovacionado o seu Chefe de Estado, o sr. dr. Café Filho, conjuntamente com o sr. general Craveiro Lopes, iniciou a visita à exposição, seguidos ambos de dezenas de convidados, no meio dos quais se viam algumas figuras do corpo diplomático e muitas senhoras do escol lisboeta.

Durante a visita, o sr. ministro da Educação Nacional, prof. Pires de Lima, ofereceu ao sr. dr. João Café Filho uma fotocópia de uma carta de lei de D. João VI, documento curioso em que o soberano procurava a conciliação entre os portugueses a fim de evitar a independência do Brasil, e o sr. dr. Manuel do Espírito Santo Silva, presidente da Fundação instituída por seu irmão, ofertou a ambos os Chefes de Estado, com os catálogos do certame, valiosas encadernações do século XVIII.

A saída, voltaram a repetir-se as aclamações populares.

## BANQUETE NO PALÁCIO DE QUELUZ

Na tarde desse mesmo dia 27, no cenário maravilhoso do Palácio da Pena, em Sintra, o sr. Presidente do Conselho de Ministros ofereceu uma brilhante recepção em honra do Chefe de Estado brasileiro.

A tal festa, que teve um cunho de elevada distinção, concorreram dezenas de convidados brasileiros e portugueses, vendo-se entre estes muitas personalidades de relevo e muitíssimas senhoras.

E as comemorações desse dia foram encerradas com um banquete seguido de recepção oferecido pelo Chefe de Estado visitante em honra do sr. Presidente da República, no Palácio de Queluz, e que, ao mesmo tempo, foi também de despedida.

Ao banquete, que reuniu cento e setenta pessoas, presidiram os dois Chefes de Estado.

Momentos antes do início do banquete, o Chefe de Estado português foi condecorado, na presença de todos os convidados, com as Grã-Cruzes das Ordens de Mérito Militar, Naval e Aero-náutico dos Estados Unidos do Brasil, insígnias que o Presidente Café Filho lhe entregou em três magníficos estojos. E, aos brindes, o Chefe de Estado brasileiro pronunciou um notável discurso a que o sr. Presidente da República Portuguesa respondeu com um breve improvisado e que a Rádio e a Imprensa divulgaram com o merecido relevo.

Ao jantar seguiu-se, como se disse, uma recepção.

Mais de mil convidados ali compareceram, sendo recebidos, na ante-sala do Directório pelos dois Chefes de Estado e distribuindo-se seguidamente, pelas lindas salões e jardins daquele palácio que foi residência de reis. O Presidente Café Filho convidara o escol lisboeta e ali se viam, conjuntamente com artistas e figuras ligadas à vida brasileira, grandes nomes da aristocracia portuguesa e estrangeira, da alta-finança, da banca, do comércio e da indústria, altas patentes das Forças Armadas, oficialidade do «Almirante Tamandaré», etc., etc. Dançou-se animadamente e à uma hora da noite foi servida uma fina ceia. A festa acabou de madrugada.

## POVO DE LISBOA DESPEDE-SE DO PRESIDENTE DO BRASIL

No dia seguinte, de manhã, a população de Lisboa voltou a agitar-se patrioticamente, deslocando-se em massa para as ruas de percurso assinalado para a passagem do Chefe de Estado visitante a caminho do Aeroporto, de regresso à sua pátria.

Assim, desde Queluz ao Aeroporto da Portela, num trajecto superior a vinte quilómetros já antes das 10 horas da manhã havia milhares de pessoas, desejosas de dizerem adeus ao Presidente e de, por seu intermédio, enviarem o seu abraço, a sua ternura, o seu coração ao Brasil.

Nessa altura já ao longo de todo o percurso a expectativa invadira os rostos e a multidão, perfeitamente consciente do acto que ia viver, silenciosa e calma, parecia ter já saudades daquele homem simpático e extraordinário afável que durante uns dias se habituara a admirar e a ver como um governante seu.

Esse trajecto era o seguinte: estrada Queluz-Ajuda, autoestrada, Avenida de Duarte Pacheco, Rua de Joaquim António de Aguiar e Praça Marquês de Pombal, Avenida de Fontes Pereira de Melo e Praça do Marechal Saldanha, Avenida da República, Avenidas de Miguel Bombarda e de António José de Almeida, Avenida do México e Praça de Londres, Avenidas de Roma e de João XXI, Praça do Arceiro e Avenida do Aeroporto.

Aqui e além, centenas de crianças das escolas, de coloridos bibes, bandeirinhas nas pequeninas mãos, demonstravam o seu irrequietismo e as mais velhas decerto sabiam bem porque estavam ali...

Rara seria a janela do percurso de onde não pendia uma colcha ou uma bandeira, e em todas se viam principalmente senhoras.

As dez horas estava completada a formatura das tropas que em alas duplas, se alinhavam da Praça do Arceiro ao Aeroporto, a qual foi passada em revista pelo general Governador Militar da cidade e, a esse tempo, já eram inúmeras as individualidades civis e militares que se encontravam na aero-estação a fim de apresentarem os seus cumprimentos de despedida ao Chefe de Estado brasileiro.

### A CAMINHO DO AEROPORTO

Minutos antes das dez, entraram no Palácio de Queluz os srs. general Afonso Botelho, comandante geral da Guarda Nacional Republicana, com os seus ajudantes, e os oficiais às ordens do Presidente. Entretanto, ocorria ali um facto revelador da extrema gentileza do ilustre estadista para com o pessoal que o servira durante a sua permanência naquele palácio. Sua Excelência, tendo pedido que se reunissem no átrio dos seus aposentos, todos os servidores: criados, moços de cozinha e cozinheiros, motoristas, etc., a um por um estreitou a mão e agradeceu com palavras afectuosas, despedindo-se, a dedicação com o que tinham servido. Antes, porém, condecorara o conservador do palácio sr. Ventura Porfírio, com a Ordem da Instrução do seu país, a quem agradeceu, ao mesmo tempo, o zelo que demonstrara no exercício do seu cargo durante a sua estadia naquela residência oficial.

Terminadas aquelas despedidas, o sr. dr. Café Filho saiu do palácio, sendo surpreendido pelas aclamações das pessoas da localidade que o aguardavam para lhe tributarem uma última manifestação de simpatia. Palmas, «vivas» ao Brasil, gritos de «boa viagem», uma criança que lhe oferece flores: eis a atmosfera de carinho que rodeou o Presidente, até ao momento de tomar lugar no automóvel que o levaria ao Aeroporto.

Por toda a parte, ao longo do trajecto, as aclamações foram praticamente constantes, tendo adquirido grande expressão popular nas Praças do Marquês de Pombal do Marquês de Saldanha e de Londres e muito principalmente na Avenida João XXI, onde, como no dia da chegada na

Rua Augusta, as manifestações ganharam foros de delirante apoteose. Estrondosas ovações, flores, toneladas de quadradinhos de papel com as cores nacionais dos dois países, serpentinhas e... muita emoção em todos os corações: eis a despedida popular que o povo de Lisboa quis dispensar ao ilustre visitante.

E se até ali, já se haviam verificado episódios de grato affecto pelo Brasil e pelo seu Presidente (como aquele ocorrido na Avenida de Fontes Pereira de Melo em que um grupo de vendedoras do mercado próximo fez com que o carro presidencial parasse para oferecer um grande ramo de flores ao sr. dr. Café Filho) na Avenida de João XXI, as notas de dedicação e saudade ultrapassaram tudo o que se poderia supor. Sua Excelência, debruçado da janela e visivelmente emocionado, correspondia, acenando e sorrindo, até que, em dado momento, obedecendo a um irresistível impulso, tomou a difícil e incómoda posição que, num carro fechado, representa aparecer com o tronco todo fora da viatura. Logo o povo se deu conta da perigosa posição em que o Presidente seguia, — sempre sorridente, acenando, ora com o chapéu, ora com o lenço, a agradecer os aplausos — e as aclamações redobram.

Mais «vivas», mais gritos de «boa viagem», mais *confetti*, mais bandeirinhas agitadas nervosamente, mais lenços brancos em «adeus», mais ternura, mais emoção e o cortejo segue, lentamente, na direcção da Praça do Arceiro, onde as aclamações continuaram.

À entrada da Avenida do Aeroporto, via-se uma enorme faixa de pano com os seguintes dizeres: SENHOR PRESIDENTE! LEVE AO BRASIL O CORAÇÃO DE TODOS OS PORTUGUESES!

E logo que o carro presidencial entrou naquela artéria, onde o Governador Militar de Lisboa com o seu Estado Maior se incorporou no cortejo, ouviu-se um toque de clarins e as forças apresentaram armas, em continência, tocando as bandas militares, à passagem do mais alto magistrado da Nação Irmã, o hino brasileiro.

#### O MOMENTO DA PARTIDA

A esse tempo, já se encontravam na aero-estação os srs. Presidente da República, Núncio Apostólico, Cardeal Patriarca, Presidente do Conselho de Ministros, membros do Governo, presidentes das câmaras de representantes, diversas figuras do Corpo Diplomático, dirigentes da «União Nacional», altas patentes do Exército e da Armada, presidente do Instituto de Alta Cultura, etc.,

Todo o edifício se encontrava engalanado com bandeiras das duas nações e tanto no seu interior, como no exterior, milhares de pessoas de todas as condições sociais viviam momentos de grande expectativa.

Nessa altura, esquadrilhas de aviões militares evoluíram no espaço, em arriscados vãos de exibição, a demonstrarem a muita perícia e extraordinário arrojado dos seus pilotos.

Eram 11.10, quando se ouviu a marcha de continência tocada pelos clarins. Então, o sr. Presidente Craveiro Lopes, rodeado por todos os membros do Governo, acerrou-se da entrada, a fim de receber o seu venerando hóspede.

Momento de grande emoção. Palmas, «vivas» e o acenar de lenços da multidão que, na colina sobranceira à avenida, junto à estação, se comprimia para a homenagem de um último «adeus» de despedida.

Uma bateria de artilharia iniciou uma salva de vinte e um tiros. E o Presidente Café Filho, depois de escutar o hino brasileiro e os primeiros acordes de «A Portuguesa» e de se inclinar diante da bandeira nacional da guarda de honra, dirigiu-se para o sr. Presidente da República que o cumprimentou gentilmente.

Trocados os primeiros cumprimentos com os circunstantes, os presidentes entraram na estação, encaminhando-se para a pista, sobre uma passadeira de veludo e entre aplausos e «vivas» das centenas de pessoas que ali se encontravam. Ao mesmo tempo que bandos de filiadas da «Moidade Feminina» debruçadas das galerias com as suas blusas verdes, os seus guiões, e a sua natural vivacidade, traduzida em ovações constantes afirmavam a presença do Portugal de amanhã...

Junto da estação, via-se já um quadrimotor da «Panair», tendo, a um lado, a respectiva tripulação sob o comando do piloto sr. Cerqueira Pinto, e do lado oposto, uma fila de casais de todas as províncias do Continente e da Ilha da Madeira, com os seus trajes regionais e segurando letras de verdura e flores que, erguidas haviam de constituir expressiva frase de saudação.

Terminadas que foram as despedidas, os dois presidentes encaminharam-se para a porta da pista, junto da qual se demoraram alguns instantes em animada conversação. Nesse momento, os pares trajando ao modo das várias províncias portuguesas, ergueram as letras de verdura e flores. E viu-se, então, o Presidente Café Filho soletrar, sílaba a sílaba, aquele conjunto alfabético de difícil leitura e, ao inteirar-se da mensagem que ele significava, a sua face contraiu-se, deixando transparecer bem quanto ela o sensibilizara. A mensagem era esta: «LEVE AO BRASIL A SAUDADE DE PORTUGAL».

O sr. dr. Café Filho despede-se, então, dos membros do Governo e de outras altas individualidades ali presentes. Cerimónia breve mas que não teve, apesar disso, antes pelo contrário, uma fria significação protocolar. E durante a mesma os membros da comitiva presidencial e o sr. ministro das Relações Exteriores do Brasil, com as respectivas esposas, vão subindo para o quadrimotor.

Aviões de jacto passavam, nessa altura, sobre o aeroporto, sibilantes, velocíssimos, em duas espectaculares formações que desenhavam no céu, vistas de terra, as iniciais do Brasil e de Portugal: um «B» e um «P»...

O Presidente brasileiro despede-se, por último do sr. Presidente do Conselho — um forte aperto de mão logo seguido de afectuoso abraço. Um silêncio respeitoso envolve esse momento solene. O momento da partida chegara.

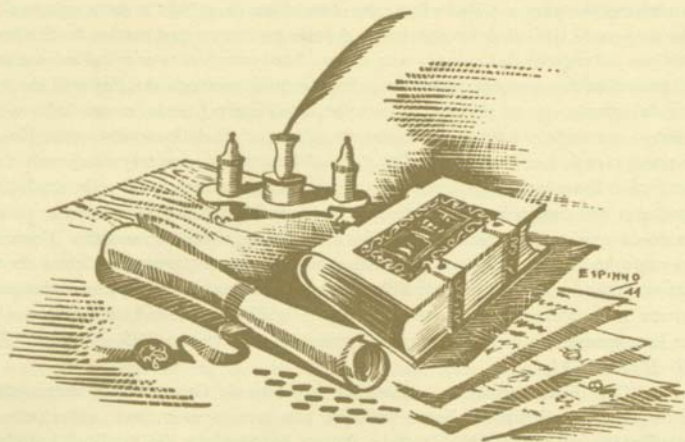
Um locutor consegue, acercar-se, respeitosamente, do Presidente do Brasil e pede-lhe algumas palavras, as suas últimas palavras para o povo português. O sr. dr. Café Filho, verdadeiramente emocionado, mostra-se confuso e diz não saber como expressar o que lhe vai na alma. E acrescenta: «*A verdade é que vou partir e já estou cheio de saudades*».

Seguidamente, o sr. Presidente da República acompanhou o Chefe de Estado brasileiro ao avião.

Já no alto da escada, à entrada da aeronave, o sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil permaneceu ainda uns momentos acenando com o chapéu, a agradecer as aclamações, que, das varandas da estação, da pista, da avenida e de longe, milhares de pessoas lhe dirigiam agitando bandeirinhas dos dois países e lenços brancos num derradeiro adeus de despedida.







# O COLÉGIO BENEDITINO DA ESTRELA NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XIX

## UMA QUESTÃO MONÁSTICA

*(Continuação do número anterior)*

MS. 433 DA BIBL. DA UN. DE COIMBRA

### 1.º REQUERIMENTO

28 Senhor=O Collegio de Nossa Senhora da Estrella fundado em 1571 <sup>(1)</sup>, por beneficio, e debaixo da Real Protecção do Senhor Cardeal Rei, e de sua Serenissima Irmam a Senhora Infanta D. Maria <sup>(2)</sup>, foi a primeira Caza Religioza que a Ordem Benedictina de Portugal, Logo depois da sua Reforma Geral começada em 1566 teve nesta Corte e Cidade de Lisboa. Por esta razão de Primazia, e muito mais pela eminente qualidade de seus Reaes Bemfeitores, mereco sempre esta Caza a toda a Ordem hum particular disvello pela sua Conservação (1). Com effeito, sem embargo de poder ella parecer superflua desde o anno de 1615, em que ficou dezerta, por se mudarem então os Monges que a habitavão para o Mosteiro de S. Bento da Saude, novamente edificado na sua proxima vizinhança, á custa do Patrimonio dos outros Mosteiros; julgou todavia a mesma Congregação, digo a mesma Ordem, que cumpria conservalla, para ser Caza de Estudos, que devia de necessidade ter na Corte. (2)

Desta mesma necessidade estavam tão altamente persuadidos todos os Prelados, e mais Religiozos, que naquelles tempos, tão proximos á sua Reforma governavão a Congregação, que dezejosos de verem em Portugal resuscitada a Gloria que os seus Maiores tinham em mais felices tempos adquirido, por meio da sua applicação ás Sciencias; expressamente mandão nas Constituições por elles publicadas em 1628, que haja sempre Cursos de Estudos não só no Collegio de Coimbra, por estar na Universidade, mas tambem no Mosteiro de Lisboa por estar na Corte, e no de Santarem, talvez por ser proximo a ella (\*): e alem destes Mosteiros, em outros mais quando o Capitulo Geral o julgasse necessario. (3).

Por (\*) alguns annos se conservarão estes Estudos no Mosteiro de S. Bento da Saude, athé que no Capitulo Geral de 1629 (por ter mostrado a experiencia, que a Disciplina Literaria em muitos pontos não podia bem observar-se dentro de hum Mosteiro, onde o principal exercicio era o Coro) se determinou, que a Caza de Nossa Senhora da Estrella fosse *particularmente* destinada para *Collegio*, e que nella só rezidissem Mestres, e Discipulos athé o numero de 20: e para este mesmo fim se estabeleceu então a renda necessaria.

Para mais segurar esta Determinação Capitular o Papa Urbano 8.º para sempre a confirmou na Bulla = *Religiosos Viros* = dada em Roma aos 13. de Janeiro de 1635, *rezervando a si* a auctoridade de a mudar, ou dispensar, como no fim da mesma Bulla se declara. Em virtude desta *Confirmação Pontificia* ficou *perpetuamente fixo* o Estabelecimento do Collegio de Nossa Senhora da Estrella, de modo que os mesmos Capitulos Geraes da Ordem o não podem alterar. (6)

Neste mesmo Estado se conservou constantemente o dito Collegio com grande Credito dos Mestres e aproveitamento dos Discipulos, que nelle cultivavão os Estudos das Sciencias proprias do seu Instituto, pelo longo espaço de 125 annos, (7) athé o de 1755 em que foi quazi inteiramente arruinado pelo fatal Terremoto de 1.º de Novembro.

Apezar das excessivas despezas, que nessa occasião se fizeram em todos os Mosteiros para reparar os estragos do Terremoto, (8) nunca a Congregação perdeu de vista a reedificação do sobredito Collegio porque da existencia delle dependião em grande parte os progressos Litterarios e a boa Reputação dos seus Religiozos. (9) Quando porem ella queria entrar nesta empresa, foi obrigada pelo Ministerio a empregar na continuação do Edificio de S. Bento da Saude a contribuição annual de 8 Contos de reis, que podia, e por ventura intentava applicar para edificar o Collegio. (10)

(10) (\*) No anno de 1785 (\*), a rogos dos Religiozos doutos, e Zelozos dos bons Estudos, pôz o D. Abbade Geral que então era o Dor. Fr. Jozé Joaquim de Sta. Thereza na Prezença da Rainha Augusta Mai de Vossa Alteza Real, hum Plano sobre o Estabelecimento Economico, e outro sobre o Regulamento Literario do Collegio.

Ambos estes Planos meracerão a Real *Approvação* (11) pela forma declarada no Avizo de 15. de Dezembro de 1785 (†) (12) que se acha transcripto nas Actas do Capitulo Geral do mesmo anno (\*), nas quaes em cumprimento do Regio Avizo, se estabeleceu com Auctoridade *Legitima*, alem do subsidio interino para a Construção do Edificio, o Rendimento *Perpetuo* para a sua conservação e mantença dos Mestres e Discipulos que devem habitallo.

O mesmo e pelas mesmas palavras se *confirmou* solememente nos dois Capitulos Geraes seguintes de 1789 e 1792, como se vê das suas Actas. Por effeito desta Determinação declarada em tres Capitulos Geraes sucessivos ficou *Confirmada a renda do Collegio por Lei fixa* a qual só pode ser alterada por duas das tres partes dos votos em outros tres Capitulos Geraes, (13) (\*) precedendo com tudo para isso expresso consentimento de Vossa Alteza Real, visto estar ainda em vigor a allegada Ordem Regia de 15. de Dezembro, que auctoriza o que está feito.

Sendo que a respeito da Reedificação do Collegio fôra auctorizado com a *Real Approvação* (14) e mandado *cumprir* por Capitulos Geraes se executou em menos de sinco annos.

No de 1792. achavasse o Edificio do Collegio em termos de poder ser habitado: as Aulas feitas e acabadas, muitos Religiozos promptos a ensinar (sendo para isso escolhidos) as Humanidades, a Filosofia, a Theologia, às quais já com esse fim de propozito se tinham applicado: e todos os outros Religiozos, ao menos os que amão os Estudos, estavam impacientes de ver restaurado por este modo na Corte o bom Credito Litterario de sua Congregação.

O Empenho porem da mesma Congregação procedido das despezas feitas com o Edificio do Collegio, e a occupação da maior parte delle pelo Hospital dos Inglezes, forão por mais de nove annos os principaes estorvos, que athé agora encontrarão as reiteradas instancias do Director Geral dos Estudos, o qual por obrigação do seu Officio nunca cessou de pedir com a maior e mais constante efficacia aos seus Prelados Maiores, que abrissem os Estudos naquelle Collegio (15) em conformidade das Actas Capitulares, das Constituições da Ordem, da Bulla Pontificia, da Real Approvação, que acima se allegarão, (16) e muito mais declaradamente em conformidade do Novo Plano dos Estudos, roborado pelo Alvará de 25 de Fevereiro de 1789, e por repetidas Ordens Regias a elle posteriores, que Vossa Alteza Real foi Servido mandar passar, as quaes se achão registadas na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino (10).

Mas estes mesmos dois estorvos já felizmente se achão de todo desvanecidos: os setenta e tantos Contos de reis, que emportarão as Obras do Collegio desde o anno de 1786, estão satisfeitos; e os Mosteiros alliviados da Contribuição triennial (11) dos oito Contos para as ditas Obras: e alem disso o Hospital dos Inglezes, que occupava a maior parte do Edificio, já não está nella. (17)

Persuade-se portanto o Director Geral dos Estudos, que achando-se as coisas nestes termos, pode respeitadamente recorrer a Vossa Alteza Real (18) em consequencia da auctoridade que lhe dá o Novo Plano dos Estudos da sua Congregação (19) e muito mais ainda pela obrigação que Vossa Alteza Real he Servido impor-lhe na Ordem Regia de 13 de Junho de 1792.

Prostrado pois ao pés do Real Trono o mesmo Director Geral em nome de todos os seus Confrades, que cultivão o Estudo das Sciencias, e que por meio dellas dezejão fazer-se uteis á Igreja e ao Estado. (20)

P. a Vossa Alteza Real que por effeito singular da Justiça, Clemencia e Piedade que animão o seu Augusto Coração, Haja por bem ordenar que possuão estabelecer-se os Estudos Monasticos no sobredito Collegio de Nossa Senhora da Estrella em conformidade das Soberanas e Reaes Ordens, das Actas Capitulares, da Bulla Pontificia, das Constituições da Ordem, e do Plano dos Estudos, que fielmente allega (21) nesta sua supplica. (12) (22) (13)

E. R. M.

## 2.º REQUERIMENTO

SENHOR=Com o mais profundo respeito chega segunda vez aos pés do Real Throno o Director Geral dos Estudos da Congregação de S. Bento movido por vozes vagas que prezenzamente correm sobre ter sido apontado o Edificio do Collegio de Nossa Senhora da Estrella, para assento de hum Hospital Militar.

30 Sendo isto assim do Real Agrado de Vossa Alteza, suspende desde já o mesmo Director as humildes supplicas, que ha pouco fez a Vossa Alteza, com o unico fim de sustentar e promover os Estudos da sua Congregação. Esta prezando sempre em muito a gloria de se fazer util ao Publico, sacrificará de bom grado não só aquelle Collegio, mas ainda, se necessario for, todo o seu Patrimonio ao Bem do Estado, e ao Serviço de Vossa Alteza Real.

Animado todavia com a consideração da Alta Clemencia que tão grandemente distingue a Vossa Alteza Real entre todos os Soberanos, não duvida o mesmo Supplicante representar novamente com a devida submissão: 1.º Que, supprimido aquelle Collegio, fica a Congregação

Benedictina de Portugal sem huma Casa de Estudos nesta Corte, onde a deve ter, e sempre teve com particular reputação desde antes do anno de 1628, e onde á custa de avultadas despesas acabava de restauralla para cumprir o que expressamente mandão nos lugares já allegados as suas proprias Constituições, a Bulla de Urbano 8.º, os seus Capitulos Geraes, e o Plano dos seus Estudos: 2.º: Que todo o sistema Litterario deste mesmo Plano approvedo, e mandado observar sem alteração alguma no Alvará de 25 de Fevereiro de 1789, faltando aquella Caza de Estudos, fica inteiramente impraticavel: 3.º: Que, supprindo-se esta falta, como athé agora se tem feito, com Collegios provizionaes nos Mosteiros de Aldeia, cedo terá a mesma Congregação o desgosto de vér de todo arruinados os seus Estudos, os quaes já por esta razão se achão em grande decadencia <sup>(14)</sup>: 4.º: Que, perdendo este Collegio perde justamente com elle as melhores esperanças, que tinha de tinha de mostrar a Vossa Alteza Real o dezejo de fazer uteis á Igreja e á Nação os Estudos de muitos dos seus Religiozos: 5.º: Que esta perda finalmente lhe he mais sensivel, por lhe parecer, que della pouca ou nenhuma utilidade resultará ao Estado, visto ser improprio para assento de hum Hospital Real similhante Edificio, mal construido por incuria dos Architectos, e por demaziada economia, ou mesquinhez dos Administradores, que dirigirão a construção <sup>(15)</sup>.

E com effeito julga o mesmo Supplicante ser obrigado a declarar a Vossa Alteza Real, que todos os tectos e divisões interiores dos corredores, cazas e apoentos naquelle Edificio são feitos de tabique, e como taes expostos ao perigo de incendios; que os alicerces de todo o frontispicio, com o rebaixamento do pateo ficarão á flor da terra, e que ainda hum socalco feito depois junto ao pano exterior do mesmo frontispicio, lhe não da toda a segurança; e que finalmente para converter o dito Collegio em Hospital que mereça o nome de Real, será preciso talvez fazer muitas e grandes despesas.

Á vista por tanto de tudo o que acaba de expor:

P. a Vossa Alteza Real o Director Geral dos Estudos da Congregação de S. Bento, que não desmerecendo esta nova Representação a Graça de ser attendida, Haja Vossa Alteza Real por bem mandar, que se restabeleção *na Corte* os Estudos da mesma Congregação, pela forma já proposta, e supplicada.

E. R. M.

MEMORIA/SOBRE O COLLEGIO BENE-/DICTINO DE NOSSA  
SE-/NHORA DE ESTRELLA/

*Si de veritate scandalum sumitur, uti-/lius  
permittitur nasci scandalum quam ve-/ritas re-  
linquatur./Greg. Magn. Homil. VII in Ezech.  
§ 5.*

MEMORIA/  
Sobre o Collegio Benedictino de Nossa/Senhora  
da Estrella/

1. O collegio de Nossa Senhora da Estrella, fundado pelos annos de 1571 debaixo da Soberana Protecção do Senhor Cardeal Rey, e Sua Serenissima Irmaã a Senhora Infanta D. Maria, foi a primeira Caza Religioza, que nesta Corte e Cidade de Lisboa teve a Congregação Benedictina; a qual se desvelou sempre em conservalla, por ser o illustre Solar da sua Reforma Geral, começada no mesmo tempo (a).

2. Pelo espaço de 44 annos fora esta Caza huma Escóla de Virtudes, e por ventura tambem de Estudos proprios da profissão Monastica; mas, como o seu edificio era desde a primitiva fundação, alem de pouco seguro, muito apertado; Ordenou a Congregação do Capitulo Geral de 1596, que na sua vizinhança se edificasse outra Caza de melhor construção e maior capacidade; na qual, sem perturbação dos officios conventuaes da Comunidade, podesse a mocidade Religioza ser exercitada nos Estudos Monasticos <sup>(17)</sup> (b).

3. Em cumprimento desta Determinação Capitular se deo principio em 1598 à grande obra do Mosteiro de S. Bento da Saude, a qual á custa de enormes despezas extrahidas com prudente economia das rendas dos outros Mosteiros, foi continuado por 17 annos até o de 1615, em que parou quazi no meio, por ter falecido pouco antes o D. Abbadé Geral, que a tinha emprehendido e começado (c).

4. No fim do mesmo anno de 1615, passou com todas as suas rendas, e pertenças para este novo Mosteiro a Comunidade, que antes habitava aquella antiga e primeira Caza Benedictina de Lisboa; a qual desde então ficou dezerta, fexada e entregue aos destroços do tempo por 13, ou 14 annos inteiros (d).

5. Neste intervallo athé 1629 permaneceu em parte do Edificio do novo Mosteiro de S. Bento da Saude, o Collegio da Estrella, que a Congregação Benedictina desde os felizes tempos mais chegados á sua Reforma Geral julgou sempre necessario ter na Corte <sup>(18)</sup> além do que sempre teve, e tem ainda na Universidade de Coimbra, e do que então já tinha na Villa de Santarem. Ao menos as nossas Constituições pelas quaes a mesma Congregação hoje em dia se governa, ordenadas e publicadas em 1628 <sup>(19)</sup>, não suppoem sómente haver Estudos nomeadamente nestas trez Cazas; mas expressissimamente mandão, que em todas ellas tenham *rigorozo* e effectivo exercicio (e).

6. No Capitulo Geral do anno seguinte de 1629. se determinou que o antigo Mosteiro, já então quazi inteiramente arruinado, se reedificasse para ser *perpetuamente* Collegio de Estudos, e se dotasse com renda sufficiente para congrua sustentação de hũ Prelado, com titulo de Reytor, e mais vinte Religiozos entre Mestres, e Discipulos (ff).

7. Sem embargo das excessivas despezas que a Congregação pouco antes havia feito com a nova construção de dous Sumptuosos, e magnificos Mosteiros de S. Bento da Saude em Lisboa, e de S. Bento da Victoria no Porto, e das que ainda continuava a fazer nestes mesmos dous Mosteiros, e nos de Tibães, Coimbra, Santarem, e outros: acharão todavia os Prelados daquelle tempo na sua sobria economia os meios de cumprirem tão prompta, e exactamente aquella Determinação Capitular, que logo no anno seguinte de 1630. <sup>(20)</sup> principiou este novo Collegio Benedictino intitulado então de Nossa Senhora da Estrella, a ter os seus exercicios Literarios, com *grande Credito, e honra da Religião* como se exprime o Chronista Fr. Leão de Santo Thomaz; a quem principalmente, por ser Religiozo douto se deve com o estabelecimento fixo dos Estudos na Corte, a conservação da primeira Caza Religioza, que nella teve a Ordem de S. Bento de Portugal (g).

8. Para segurar ainda mais o estabelecimento deste Collegio, e a conservação desta Caza, pedio em nome de toda a Congregação, o Capitulo Geral de 1632 ao Santissimo Padre Urbano 8.º, que *confirmasse* entre outras aquella Determinação do Capitulo antecedente sobre o mesmo objecto: o que fez Sua Santidade na Bulla *Religiosos Viros* dada em Roma aos 13 de Janeiro de 1635 (h).

9. Em virtude desta *Confirmação Pontificia* ficou o mesmo Estabelecimento do Collegio, e a Conservação da Caza de Nossa Senhora da Estrella <sup>(21)</sup> independente, não digo já da auctoridade subalterna dos Abbades Geraes, mas da auctoridade superior dos mesmos Capitulos Geraes

futuros: os quaes de nenhuma sorte podem legitima, e validamente deslocar o dito Collegio, e muito menos, alhear a dita Caza, sem que preceda para ambos estes dous effeitos, ou para qualquer delles, expressa Dispensa da Sé Apostolica, como no fim da Bulla se declara a respeito de todas as Constituições nella Confirmadas (i).

10. Em nenhum dos 55, ou 56 Capitulos Geraes, que se tem celebrado desde a data da mesma Bulla se lembrou athé agora a Congregação Benedictina de pedir á Sé Apostolica esta Dispensa da *Confirmação Pontificia*; a qual muito pelo contrario esteve sempre, e ainda esta hoje em seu inteiro vigor, apezar de algumas tentativas, que debalde se tem feito para illudir a sua observancia.

11. O certo he que esta mesma Caza de Nossa Senhora da Estrella, fundada em 1571, abandonada em 1615, restaurada em 1630, para ser *Collegio de Estudos*; e como tal *confirmada* por huma Bulla Pontificia em 1635, se conservou sempre neste ultimo estado de Collegio por mais de 125 annos (22) athé o de 1755, em que foi arruinado pelo Terremoto de 1.º de Novembro.

12. A mesma Congregação, que athé esta época por quazi dous Séculos, contados desde a sua Reforma Geral tinha sustentado esta desaventurada, e por tantas razões respeitavel Caza; procurou logo levantalla do meio das suas ruinas para nella restabelecer novamente o necessario Collegio de Estudos. E com effeito ajudada com os generozos socorros do Ex.<sup>mo</sup> Bispo do Rio de Janeiro D. Fr. Antonio do Desterro, que tinha sido Abbade e Lente de Theologia nesta Caza, pôde a Congregação em menos de sinco annos reedificar o frontispicio da Igreja, e todo o Dormitorio que facêa com elle da da [sic] parte do meio dia.

13. Nesta mesma pequena parte reedificada quiz em 1761 abrir Estudos (para os quaes havia já sufficientes commodidades) o Doutor Fr. Fernando de Jesus e Maria Jozé, sendo a primeira vez Geral, por que, além de ser Religiozo douto, e além de ter sido por muitos annos Prelado, e Lente do mesmo Collegio, conhecia perfeitamente quanto era necessario o seu restabelecimento, em observancia das Actas Capitulares, das Constituições e da Bulla, que mandão haver Estudos nomeadamente em *dous lugares*, em *Lisbôa*, e em *Coimbra*. Mas as rectas e sabias intenções deste Zelozo e nunca assaz louvado Prelado, não chegarão a ter a dezejada execução, por se opporem a ellas as idéas dos que então influíão mais do que elle na administração do Governo da Congregação.

14. Por effeito destas idéas ficou segunda vez abandonada a Caza de Nossa Senhora da Estrella, e entregue a trez, ou quatro Religiozos com um Abbade; os quaes, por serem poucos, e alguns delles privilegeados, não podião formar huma Comunidade Regular, nem por consequencia fazer actos conventuaes, que servissem ao menos de alguma edificação ao Publico.

15. Neste na verdade triste estado, que nada tinha de Collegio e pouco ou nada de Mosteiro, permanecco, a despeito dos reparos, e talvez das murmurações de dentro e de fora, por mais de 22 annos, a primeira Caza Benedictina onde a Corte admirára ao principio as virtudes de Monges Reformados, e onde continuou depois por muito tempo a admirar as Luzes de grandes Mestres, e a instrução de bons discipulos nas funções Literarias que acreditávão a Congregação.

16. E na verdade em todo este longo intervallo de mais de 22 annos apenas apparecerão por trez vezes os Religiozos Benedictinos em Lisboa com Thezes publicas, não no Collegio de Nossa Senhora da Estrella, o qual de Collegio, só conservava o nome; mas no Mosteiro de S. Bento da Saude, onde apenas havia hum simples Mestre de Moral. Das primeiras duas Thezes foi defendente hum Corista, professo pouco antes, o qual ainda não tinha começado a Carreira dos Estudos domesticos; nas terceiras Thezes foi defendente hum Clérigo Secular, por não haver no Mosteiro hum Religiozo que o pudesse, ou quizesse fazer.

17. Parece que, para restaurar o desdouro, que desta tão prolongada, e tão publica suspensão dos ditos Estudos em Lisboa, devia forçosamente rezultar a toda a Congregação Benedictina quiz a Providencia, que no Capitulo Geral de 1783 fosse eleito em Abbade Geral hum Religiozo acreditado na Corte, e Universidade, pelas suas Virtudes e Letras; o qual logo desde o principio do seu governo abrio Estudos na mesma pequena parte já edificada do então Collegio de Nossa Senhora da Estrella, desmentindo por este modo os affectados pretextos, com que até então havião sido arbitrariamente supprimidos.

18. Para segurar porem de huma vez o dezejado restabelecimento deste Collegio, e desvanecer de antemão todas as futuras tentativas contra a sua conservação; julgou este Sabio Prelado, que era indispensavelmente necessario não só acabar de todo a construcção começada do seu Edificio, mas tambem applicar-lhe huma renda *perpetua*, fixa, e independente do arbitrio de algum dos seus Sucessores, que fosse menos affeioado aos Estudos. Com tão louvavel fim poz elle em 1785 na Prezença de Sua Magestade hum Plano Economico, no qual propunha á mesma Senhora o methodo o menos gravozo á Congregação de executar esta empreza verdadeiramente digna do seu Zelo (1).

19. Por Ordem Regia de 15 de Dezembro de 1785 Foi Sua Magestade Servida *Approvar* o dito Plano Economico, em quanto á restauração do referido Collegio, Estudos, e applicação das rendas para elle destinadas na forma proposta: declarando no mesmo passo; que o Dom Abbade Geral podia proceder á referida instauração dos Estudos, e ao effeito das applicações (das rendas), tudo na forma das Concessões Apostolicas, e Constituições da Congregação. e segundo o seu theor e letra (m).

20. Em outra Ordem Regia de 25 de Abril de 1786., dá bem a conhecer Sua Magestade que não *permitt*e simplesmente, mas que *efficazmente quer*, que o sobredito Plano Economico se cumpra na forma por Ella mesma declarada (24). E com effeito depois de manifestar nesta segunda Ordem, que he sua Real Vontade, que na Congregação dos Monges de S. Bento Floreção as Virtudes e Letras; e consequentemente convem, que o mesmo Dom Abbade Geral que as tinha procurado promover no Triennio, que se estava concluindo continue por outro Triennio o seu governo, para nelle acabar o que tinha felizmente começado; He servida não só *accordar* na forma costumada o Seu Real Beneplacito; mas tambem prestar o Seu Regio Auxilio ao Breve do Nuncio Apostolico do 22 do mesmo mez, e anno para que (em quanto ao effeito da nova elleição do dito D. Abbade Geral) tenha a sua devida execução, sem duvida ou embaraço algum (n).

21. A vista destas duas Ordens Regias se estabeleceo *nemine discrepante* com legitima e indisputavel auctoridade no Capitulo Geral immediato de 1786., álem do subsidio para a construcção do Edificio, a *renda perpetua* para subsistencia do Collegio. O mesmo se determinou nos dous Capitulos Geraes seguintes de 1789, e de 1792; tudo na Conformidade da *Concessão Apostolica* de Sixto 5.º na Bulla *Injunctum Nobis* de 24 de Novembro de 1587, e das *Constituições da Congregação*; como Sua Magestade houve por bem Mandar declarar, e como no Plano Economico, munido com a Sua Real *Approvação* se acha proposto (o).

22. He sem duvida que este estabelecimento da *renda perpetua* do Collegio de Nossa Senhora da Estrella, depois de ser assim ordenado em trez Capitulos Geraes Plenos, ficou sendo na forma do Direito Comum, e do particular das Constituições Benedictinas, huma *Lei Confirmada*, ou huma verdadeira *Constituição* (25); a qual persiste ainda em todo o seu vigor, e nelle persistirá sempre em quanto a sua *abrogação* não for proposta, e approvada ao menos por duas partes dos votos e outros trez Capitulos Geraes Plenos (p): o que até o presente nem se fez nem se principiou a fazer.

23. Deve advertir-se ao menos de passage [sic], que esta *renda perpetua* do Collegio de Nossa Senhora da Estrella, foi estabelecida na applicação de dous Contos de reis, extrahidos do rendimento do pequeno Mosteiro de Arnoia; e na outra applicação de hum Conto, e quarenta mil reis das antigas congruas, que athé então pagavão ao Mosteiro de S. Bento da Saude os de Santo Thirso, Rendufe, e Travanca; não fallando na pequena Congrua de Tibães, que foi transferida outra vez para o Mosteiro de S. Bento da Saude no Capitulo Geral de 1789 (q). A primeira destas applicações já não he gravoza ao Mosteiro de Arnoia; por que só o que resta excede quazi em dobro ha muitos annos a esta parte todo o rendimento que tinha em 1786. A outra applicação das Congruas, álem de tambem não ser hoje gravoza ao Mosteiro de S. Bento da Saude, cujo rendimento tem subido muito, devia quazi de justiça restituirse ao dito Collegio, por ter sido primitivamente a elle feita antes de ser Collegio nos primeiros tempos da Reforma Geral da Congregação, há mais de dous Séculos.

24. Deve tambem advertir-se que estas applicações não forão feitas sem exemplo; por que em muitos Capitulos Geraes antecedentes, se tinhão feito outras semelhantes em virtude da mesma Bulla de Sixto 5.º, a qual sempre esteve, e está ainda em sua inteira observancia. No Capitulo Geral de 1593, se applicou para o Mosteiro de Lisboa (hoje Collegio de Nossa Senhora da Estrella) huma grande parte das rendas dos Mosteiros de S. Romão, e Palme. No mesmo Capitulo Geral de 1593 applicou-se igualmente quazi toda a renda, que então tinha o Mosteiro de Arnoia, para o Collegio de Coimbra. No Capitulo Geral de 1599 applicou-se para o Mosteiro do Porto a maior parte do rendimento do de Pendurada. Por Commissão do Capitulo Geral de 1608. applicou Fr. Anselmo da Conceição, eleito então em D. Abbadé Geral para o Collegio de Coimbra hum Conto de reis das rendas dos dous Mosteiros de Basto, e Travanca. Em hũ dos Capitulos Geraes anteriores ao anno de 1628., em que se publicarão as Constituições da Congregação, tinhão-se applicado para o Collegio de Coimbra todas as rendas do Mosteiro de S. Claudio. No Capitulo Geral de 1629, applicarão-se rendas tiradas de outros Mosteiros para o de S. Bento o Velho, o qual então se reedificou, e destinou para Caza de Estudos, com o novo titulo de Collegio de Nossa Senhora da Estrella, como já fica dito. No Capitulo Geral de 1656 applicarão-se para o Mosteiro de S. Bento o Novo ou da Saude varias Congruas extrahidas das rendas de outros Mosteiros, para sustento de hum Collegio de Theologia, que se abriu, e continuou por muitos annos no dito Mosteiro, sem com tudo cessar o de Nossa Senhora da Estrella (26). Podião apontar-se muitos mais exemplos; mas bastam estes sete dados em outros tantos Capitulos Geraes no curto espaço de pouco mais de sessenta annos, para sobejamente justificar a legitima e prudente Rezolução do Capitulo Geral de 1786 sobre o estabelecimento da *renda perpetua* do Collegio de Nossa Senhora da Estrella.

25. Em consequencia desta Rezolução Capitular, e em conformidade della deo-se logo principio no Outubro de 1786 á nova Construção do dito Collegio, cujo edificio já no Outubro de 1789. se achava quazi de todo reconstruido, e em termos de poder ser habitado por hum competente numero de Mestres, e Discipulos. Para regular com a devida uniformidade os Estudos Monasticos, que devião cultivar-se não só neste restaurado Collegio, mas tambem no de Coimbra, e nas Cazas de Educação de toda a Congregação Benedictina, tinha posto pouco antes o mesmo Zelozo, e Sabio Prelado na Augusta Presença da Raynha o Plano Geral dos Estudos para que a mesma Senhora, não o julgando indigno desta Graça, Houvesse por bem roborallo com a Sua Real Auctoridade. E com effeito, *achando Sua Magestade ser o referido Plano digno da Sua Real Approvação, Ha por bem approvallo, e confirmallo como parte do Alvará de 25 de Fevereiro de 1789; ordenando, que se cumpra e observe na forma, que nelle se contem; não se*



*podendo innovar, nem alterar qualquer das suas Disposições, sem que a mesma Senhora Haja de prestar para este effeito o Seu Real Consentimento; ficando de nenhuma observancia, o que sem elle se innovar ou alterar (r).*

26. Hé huma destas Disposições do Plano, que em nenhum tempo se poderão abrir cursos de Filosofia, ou de Theologia, que não seja nos dous Collegios de Coimbra, ou da Estrella; com inteira exclusão dos Mosteiros de Aldéa ainda que vizinhos de Villas, e Cidades (s). Como athe agora nem Sua Magestade, nem Sua Alteza Houverão por bem prestar o Seu Real Consentimento para o effeito de innovar, ou alterar a sobredita Disposição do Plano; he sem duvida que ella obriga com toda a força que lhe dá o Regio Alvará; e por consequencia, que será nulla, e de nenhuma observancia qualquer outra Disposição, que sem Auctoridade Soberana se opponha á Conservação do restaurado Collegio.

27. He outra Disposição do mesmo Plano, que o Director Geral terá o Direito de inspecção não sómente sobre tudo o que pertence ao Literario dos dous Collegios (de Coimbra, e de Lisboa), e das Casaz de Educação; mas tambem sobre os mais Estudos dos outros Mosteiros da Congregação; e que por tanto a elle COMPETIRÁ PRINCIPALMENTE PROMOVER A OBSERVANCIA DO PLANO em todas as suas partes, e das Constituições, Actas Capitulares, Pastoraes, e Costumes legitimos, que disserem respeito aos Estudos, e não contrariarem ao que no mesmo Plano se determina (t). Como tambem não precedeo athé o prezente o necessario Real Consentimento para se innovar, ou alterar esta DISPOZIÇÃO, he o mesmo Director Geral obrigado a observalla cumpridamente, e será nullo, e de nenhuma observancia qualquer estorvo, que sem Auctoridade Regia succeda impedir-lhe o uzo deste seu Direito e Competencia, e embaraçar-lhe a obrigação, que delles resulta.

28. Para satisfazer pois o Director Geral a esta obrigação do seu Officio, pedio instantemente ao Seu Preládo Maior, que em conformidade do dito Plano por elle mesmo pouco antes promulgado na Pastoral de 26 de Setembro de 1789 (u); fizesse abrir na sobredita Caza de Nossa Senhora da Estrella os Estudos, para os quaes unicamente fóra destinada desde o anno de 1629 (x) e de novo presentemente edificada com despeza de quazi oitenta Contos. Não podendo conseguir tão justas supplicas a merecida attenção, continuou a mesma Caza de Nossa Senhora da Estrella a servir de abrigo a trez ou quatro Religiozos dispensados dos exercicios publicos de Commuidade, assim como o tinha sido por 23 annos desde o de 1761 athé o de 1783.

29. Este amplo e vazio Edificio recentemente construido, e levantado em hum dos sitios mais descubertos de Lisboa, era hum padrão que excitava o reparo do Publico, e as Criticas, os murmurações dos Censores do Estado Monastico. Pelo menos os mais prudentes julgavão que era superfluo hum Convento quazi dezerto, e tão vizinho doutro da mesma Ordem pouco povoado: o que por certo não julgarião, se, vendo praticar no de S. Bento da Saude as obrigações da vida Monacal, vissem que neste de Nossa Senhora da Estrella se cultivavão os Estudos Regulares.

30. Como se passarão dous annos sem que esta Caza primitivamente destinada, e ultimamente reedificada para Collegio apparecesse exercicio algum Literario; lembrou-se no Agosto de 1791 o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e de Guerra occupalla com hum Quartel Militar. Suspendeo-se porem o effeito desta lembrança, á força de humildes supplicas do Director Geral dos Estudos; o qual fiado na promessa do seu Preládo Mayor segourou ao mesmo Ministro do Estado, que no Outubro seguinte intentava a Congregação abrir nesta Caza o suspirado Collegio.

31. Como esta promessa não chegou a verificar-se, continuando por mais cinco annos (a despeito das repetidas instancias do Director Geral) a estar ocioza, sem Estudos, e quazi sem destino algum aquella Caza de novo construida; lembrou-se com razão segunda vez o mesmo

Ministro do Estado de servir-se della para emprego do Real Serviço. E com effeito por Avizos de 2 de Fevereiro de 1797, mandou Ordem de Sua Magestade ao D. Abbade da dita Cazza que a *fizesse despejar sem a menor perda de tempo*, para nella se alhojar o Hospital das Tropas Inglezas; e ao D. Abbade do Mosteiro de S. Bento da Saude, que fizesse transportar para elle os Monges que a habitavão (y).

32. Em attenção aos instantes rogos do D. Abbade desta Caza, Houve Sua Alteza Real por bem permitir que aos quatro Monges de que se compunha toda a Comunidade nella rezidente, se deixassem livres com a Igreja, dous Dormitorios, e algumas Officinas, ficando o resto do Edificio separado para alojamento do Hospital da Tropa Ingleza: tudo em conformidade da Carta, que de Ordem de S. A. R. escreveo o mesmo Ministro de Estado, ao dito D. Abbade em data de 12 de Fevereiro de 1797 (z).

33. Nesta situação se conservou por cinco annos inteiros até o de 1802. a Caza de Nossa Senhora da Estrella, occupada em parte por quatro Monges sem exercicio algum de funções publicas, ou Monacaes, ou Literarias, e em parte por hum Hospital de Inglezes. He sem duvida que nestes mesmos cinco annos podião muito commodamente abrir-se os Estudos nos dous Dormitorios, que ficarão desimpedidos, e que se achavão de todo acabados, pois que em hum só Dormitorio, e esse mal acabado se tinhão aberto e conservado os mesmos Estudos por outros cinco annos desde 1783. até 1788, como acima se disse. Com tudo as instancias que a esse respeito continuou a fazer o Director Geral, bem longe de serem ouvidas, forão muito pelo contrario desprezadas por imprudentes, e importunas.

34. Era muito natural que assim succedesse: por que desde os principios do anno de 1796, como foi publico em toda a Congregação, se procurou arbitrariamente alhear a dita Caza de Nossa Senhora da Estrella, sem embargo de que os Capitulos Geraes antecedentes, com auctoridade legitima a tinhão mandado reedificar á custa de grandes despezas, unicamente para ser Collegio de Estudos. Conservou-se todavia ao menos o Edificio desta Caza, por se haverem felizmente malgrado as deligencias, que então se fizeram por vendello, primeiramente á Provincia Benedictina do Brazil (não se sabe para que fim); e pouco depois á Meza Patriarcal, para nelle se collocar o Seminario [do Patriarcado] (27). Como havião pois de ser ouvidas de bom grado as supplicas do Director Geral a favor do restabelecimento dos Estudos em hum Collegio, que então se pertendia vender?

35. Apenas sahio deste mal fadado Collegio o Hospital da Tropa auxiliar Ingleza no principio do anno de 1802. logo o Preládo, e todos os outros Religiozos nelle Conventuaes (aa) começaram a instar com o dito Director Geral, a que por obrigação do seu officio requeresse a S. A. R. que houvesse por bem Ordenar, que em Conformidade das Suas repetidas Raes Ordens, e das Leis particulares da Congregação, se restabelessem nelle os Estudos até então indevidamente suspensos. Iguaes, e similhantes instancias lhe fizeram alguns Religiozos do Mosteiro de S. Bento da Saude, e outros muitos dos que sinceramente se interessam ainda pelo bem Commum, e Credito Literario da Sua Congregação.

36. Não duvidou o Director Geral dos Estudos condescender com tão justas, e em todo o sentido louvaveis instancias; e sem procurar medeação alguma foi elle mesmo immediatamente pôr na Augusta Presença de Sua Alteza Real, em Audiencia Publica de 3 de Agosto de 1802. hum bem simples Requerimento; no qual depois de apontar succintamente com toda a *boa fé, e verdade* os principaes factos, que até agora se tem exposto, com mais extensão nesta Memoria, unicamente pede a Rua Alteza Real, que *Haja por bem Ordenar, que possão restabelecer-se os Estudos Monasticos no sobredito Collegio de Nossa Senhora da Estrella em conformidade das Soberanas, e Reaes Ordens, das Actas Capitulares, da Bulla Pontificia, das Constituições da Ordem, e do Plano de Estudos que elle fielmente allega* (bb).

37. Hum Requerimento, no qual *unicamente* se pede ao Soberano a faculdade, ou licença para se executar, o que já está mandado por Elle mesmo, e determinado em Leis particulares, que Elle mesmo quer se observem: hum Requerimento cujo *unico* objecto he a restauração dos *Estudos Monasticos* em huma Caza Religioza para elles destinada ha quazi Seculo e meio, e para elles mesmos ha pouco reedificada com Real *Approvação*, á custa de grandes despesas: hum Requerimento em que não se trata de interesse algum particular, mas só da utilidade, e reputação Geral de huma Corporação inteira: hum similhante Requerimento, não podia deixar de ser bem recebido por hum Principe verdadeiramente amigo da Religião, da Justiça, e das Letras. E com effeito foi Sua Alteza Real servido, depois de ouvir o que neste Requerimento se pedia, acceptallo com as mais benignas demonstrações do Seu Real Agrado.

38. Contentava-se o Director Geral com haver por este modo satisfeito á obrigação do seu Officio, e juntamente aos instantes rogos dos Seus Confrades, e sem deligenciar Protecções, sem expôr este negocio a algum dos Ministros de Estado, nem ainda mesmo ao da Repartição competente, que então se achava distante da Corte; esperou em Silencio com a devida Submissão, que Sua Alteza Real Houvesse por bem deferir ao dito seu Requerimento, como melhor lhe aprouvesse, e mais justo fosse.

39. Constando-lhe todavia neste meio tempo que o edificio do dito Collegio tinha sido novamente *inculcado* para assento de hum Hospital Militar, e receando encontrar-se com algumas Ordens Superiores de que não tivesse noticia; poz em outra Audiencia de 11 de Agosto aos pés do Real Throno segundo Requerimento; no qual, depois de suspender as humildes Supplicas, que havia feito no primeiro, ainda se affoutou a implorar respeitozamente a Soberana Clemencia de Sua Alteza Real, não já com segura esperanza de salvar o *inculcado* Edificio de Nossa Senhora da Estrella; mas ao menos com o fim de restaurar, se tanto pudesse, os Estudos da sua Congregação *na Corte*. Pois que estabelecendo-se estes (no cazo de ser necessario o dito Edificio para algum Emprego do Real Serviço) no Mosteiro de São Bento da Saude; vinha a cumprir-se do modo possivel o que declaradamente está mandado nas Constituições, e no Plano de Estudos da mesma Congregação sobre os dous Collegios que ella sempre teve, e deve ter, e conservar em *Coimbra*, e em *Lisboa* (cc).

40. Dignando-se Sua Alteza Real aceitar este segundo Requerimento com Singular Benignidade, com a mesma se dignou dizer ao Requerente, que sobre o primeiro tinha mandado informar, e que sobre o destino da Caza de Nossa Senhora da Estrella para Hospital Militar, de que se fazia menção neste segundo, nada tinha rezolvido; e ao mesmo tempo lhe Ordenava que fallasse a este respeito com o Ministro Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra.

41. Em cumprimento desta Real Ordem, procurou o Director Geral pela primeira vez falar sobre este negocio ao dito Ministro de Estado; o qual não duvidou dizer-lhe, que, sem embargo de se ter expedido hum Officio ao D. Abbade Geral, para nomear Pessoa, que em seu nome convencionasse a *Venda* do Collegio da Estrella; com tudo ainda Sua Alteza Real não tinha decidido a este respeito couza alguma; que primeiro se havia de mandar proceder ás medições, e avaliações necessarias para se saber se convinha ou não ao Real Serviço a *Compra* do dito Collegio: que finalmente na suppozição de se effectuar esta compra podião muito bem abrir-se os Estudos no *Vasto* edificio do Mosteiro de S. Bento; e que para isso concorreria elle tambem da sua parte.

38

42. Desde então deo o Director Geral por acabadas as deligencias do seu officio, esperando com o mais profundo acatamento, que Sua Alteza Real á vista das sobreditas medições, e avaliações, Fosse servido por effeito singular da sua Alta Clemencia Rezolver, q̄ se restabelessem *na Corte* os suspensos, dezejados, e requeridos Estudos da sua Congregação; ou no Collegio

de Nossa Senhora da Estrella, que he a sua Caza propria, e para elles destinada, ou (sendo esta necessaria para Hospital Militar) no Mosteiro de S. Bento da Saude, onde (como já se fez vêr) tinham estado por muitas vezes, e por muitos annos até o de 1726.

43. Nesta firme esperança descansou o Director Geral, sem dar mais hum só passo a respeito deste negocio, até o primeiro de Outubro, em que chegou repentinamente á Corte o seu Preládo Maior. Logo no dia seguinte ao da sua chegada; quiz elle dar-lhe, como cumpria, huma conta fiel dos Officios, que acabava de fazer a bem do Collegio da Estrella. Muito ao contrario porem, do que esperava, teve elle de sofrer o desgosto de ser pouco attendido, nada louvado, e de algum modo reprehendido; e o desgosto ainda maior de ver regeitadas com rosto crime [sic] pelo seu Preládo as Copias, que quiz francamente nesta occazião entregar-lhe dos mesmos dous Requerimentos, que com tanta benignidade tinha pouco antes recebido da sua mão o Seu proprio Soberano!

44. Julgava até então o Director Geral, que tinha feito não só a sua Obrigação, mas tambem hum Serviço á sua Congregação, em solicitar, por meios tão sincéros, tão legitimos, e tão nobres a Conservação do primeiro Convento que ella teve na Corte; e o restabelecimento dos Estudos, que nelle tanto a tinham acreditado por quazi século e meio. E quando não quizesse algúem aceitar-lhe esta sua acção em Conta de Serviço, julgava elle que ninguem poderia arrazoadamente estranhar-lhe o ter procurado imitar com elle o exemplo de muitos Preládos, e de alguns Religiozos *particulares*; os quaes desde o anno de 1628, até o de 1797. (como em outra Memoria se mostra) (*dd*) sustentarão com prudente *energia* em diversas occasiões esta mal olhada Caza: huns oppondo-se com fortaleza ás desregradas Contradições domesticas, e outros conseguindo a poder de supplicas, e representações, que se suspendessem os efeitos de algumas Ordens superiores que tendião á sua *alheação*.

45. Não tardou muito porem que o Director Geral não tivesse fundamento para conjecturar a cauza deste imprevisto desagrado do seu Preládo Maior; por que (para dizer a verdade sem offensa do devido respeito) o mesmo Ministro Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e de Guerra na segunda audiência, a que o admittio, lhe disse estas formaes palavras: *O seu Geral solicita com effeito (ee) a venda do Collegio*. Parece increvel [sic], que este Preládo fizesse huma couza, que debaixo de penas gravissimas, e com expressa declaração de *nullidade* lhe he prohibida por Direito Canonico, e pelas Constituições particulares da Sua Congregação, ás quaes elle está sujeito, como qualquer outro Religiozo (<sup>30</sup>); mas por não entrar em questões pessoais, e por concertar-se dentro do estreito Circulo das obrigações do seu Officio (o qual só se refere ao Literario, e não ao economico) contentou-se o Director Geral com dizer ao Ministro de Estado, que elle já não *solicitava* se não o restabelecimento dos Estudos da sua Congregação na *Corte*, quando menos no Mosteiro de S. Bento da Saude, se o da Estrella fosse necessario para o Real Serviço; e que com este unico fim implorava a mesma Protecção, que Sua Excellencia lhe tinha offerecido, e prometido.

46. Á vista daquella desagradavel noticia, que não soffria a menor duvida, por ser dada por hum Ministro de Estado de tão grande auctoridade, e que acabava de confirmar outras semelhantes, que ao mesmo respeito se tinham muito antes espalhado; perdeu de huma vez o Director Geral o pequeno resto de esperanza, que ainda então conservava de salvar o Edificio do desgraçado Collegio de Nossa Senhora da Estrella, e deo de mão inteiramente a todas as diligencias ulteriores por lhe parecer, que todas ellas serião, além de inúteis, odiozas. Assim mesmo o declarou desenganadamente ao Preládo, e mais Religiozos do dito Collegio, que com as suas repetidas, e Louvaveis instancias o tinham methido nesta empresa: e assim mesmo o executou á risca por muito tempo, em quanto por Ordem Superior não foi obrigado a fallar sobre esta materia em defesa da sua *boa fé e verdade*, que debalde se pretendeo deslustrar, e desmentir com sofismas.

47. Por este mesmo tempo se fez publico q. Sua Alteza Real, por impulso unicamente e sua alta Clemencia, e sem que fosse requerido, Houvera por bem Mandar remetter o primeiro Requerimento do Director Geral ao Ex.<sup>mo</sup> Bispo Conde Reformador Reitor na Universidade, para sobre elle informar interpondo o seu parecer (ff). Tambem então se fez publico, que este recto e sabio Prelado tinha informado que tudo o que no dito Requerimento se expunha era a pura verdade demonstrada cõ irrefragaveis documentos, e superior a todas as duvidas; e que, o que, no mesmo Requerimento se pedia, era do interesse não só da Congregação Benedictina, mas ainda da Igreja, e do Estado; e como tal muito digno da Benevola Attenção e Sua Alteza Real (gg).

48. Em Consideração, e á vista de tão authorizados Informe, e Parecer, Foi o mesmo Senhor Servido Rezolver decididamente, *que se restabeleção os Estudos no Collegio de Nossa Senhora da Estrella em conformidade do plano roborado com o Alvará com força de Ley de 25 de Fevereiro de 1789, e munido com repetidas Ordens Regias, a elle posteriores, a quaes todas se achão em seu vigor: e foi outro sim Servido confirmar a Ordem Regia de 15 de Dezembro de 1786. e Roborar com a Sua Real Authoridade as Actas que em observancia della se estabelecerão nos trez Capitulos Geraes successivos de 1786, 1789, e 1792, sobre o rendimento perpetuo do Collegio (hh).*

49. Esta Soberana Rezolução participada ao D. Abbade Geral por Avizo de 3 de Fevereiro do prezente anno de 1803, foi recebida com universal applauzo, e com as mais sincéras demonstrações de gratidão, e de respeito, por todos os Religiozos Benedictinos, á exceção de alguns, que ou por desamor ás Letras, ou por força de partido, ou por caprixo, ou, não sei por que interesses pessoaes, se oppoem conhecidamente ha mais de dez annos a esta parte ao restabelecimento dos Estudos *na Corte*; e que por isso mesmo não tem cessado de procurar por caminhos encubertos a *alheação*, e inteira ruina do sobredito Collegio; sem embargo de saberem que ha mais de cento e setenta annos elle fóra destinado para Collegio, e ha pouco mais de dezasseis annos só para esse fim reedificado á Custa da Congregação, com excessivas despesas.

50. No dia 12 do mesmo mez de Fevereiro recebeo o Director Geral hum Regio Avizo, com a data de 10, no qual de Ordem de Sua Alteza Real lhe participa por Copia a referida Rezolução do mesmo Senhor; *para que pela parte que lhe compete como Director Geral dos Estudos da Sua Congregação, elle haja de fiscalizar, e promover a prompta execução do sobredito Restabelecimento em Conformidade da mesma Ordem Regia, a qual lhe deve servir de regra. E para remover quaesquer estorvos, que se possão suscitar em Contrario a esta Real Disposição, He Sua Alteza Real Servido Ordenar pelo mesmo Avizo que o dito Director Geral os faça constar pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, afim de se darem as providencias, que Sua Alteza Real Houver por bem, e julgar opportunas (ii).*

51. Persuadio-se o Director Geral, que pela obrigação de Subdito devia participar ao seu Prelado Maior este Regio Avizo: o que logo fez no Correio immediato, pedindo ao mesmo seu Prelado, *que lhe insinuasse o que devia fazer para cumprir a Ordem de Sua Alteza Real.* Mas pela resposta que teve, vio elle claramente que a Real Rezolução não tinha sido recebida em Tibaës, como fóra no Collegio da Estrella, e no Mosteiro de S. Bento da Saude; e como depois constou que o fóra tambem em outros Mosteiros da Congregação, e (o que mais he) em muitas Communidades de outras Ordens Religiozas; as quaes na mesma Real Rezolução, descobrirão os beneficios Sentimentos do Augusto Coração do Seu Soberano a favor dos Regulares em Commum, e dos seus Estudos em particular.

52. Não era então facil adivinhar a verdadeira Cauza do desagrado, com que parecia ter sido recebida especialmente em Tibaës esta Providentissima Rezolução Regia; pois que por ella bem longe de impor Sua Alteza Real alguma nova obrigação ao D. Abbade Geral, muito pelo contrario só lhes Ordena que execute o que já estava ordenado quatorze annos antes no

*Plano dos Estudos roborado com hum Alvará, e munido com repetidas Ordens Regias; e o que já tambem estava ordenado em outra Ordem Regia, e nas Actas dos trez Capitulos Geraes; isto he, só Ordena Sua Alteza Real ao D. Abade Geral que execute o mesmo que antes elle já tinha obrigação de executar como Vassalo, e como Religiozo.*

53. No Avizo dirigido ao Director Geral nada ha, que possa, e muito menos que deva excitar a emulação, e por consequencia o desagrado de algum; pois que por elle não lhe he dada authoridade nenhuma de novo; e só lhe he mandado que uze a respeito de hum objecto particular da mesmissima authoridade que elle já tinha; por que Sua Alteza Real Fôra servido dar-lha em geral muitos annos antes. E na verdade que authoridade se confere neste Avizo ao Director Geral? *A de fiscalizar, e promover, a prompta execução do rezolvido Restabelecimento dos Estudos?* Mas essa mesma já lhe he dada no Plano dos Estudos roborado com o referido Alvará de Fevereiro de 1789. pelo qual tem elle o *direito de inspecção... sobre tudo o que pertence ao Literario dos dous Collegios* (de Coimbra, da Estrella) *das Casaz de Educação... e dos outros Mosteiros: a elle compete principalmente promover a observancia do mesmo Plano... das Actas Capitulares, Pastoraes, e Costumes Legitimos, que diíferem respeito aos Estudos:* he elle (e ainda o Director particular) o *Fiscal de tudo o que diz respeito á Conservação, ao adiantamento, e ao Credito dos Estudos dos Collegios.* (II) Que mais authoridade lhe he conferida no sobredito Avizo? *A de fazer Constar pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino quaesquer estorvos, que se possam suscitar em contrario á sobretida Real Rezolução?* Mas essa mesma authorityade já Sua Alteza Real tinha sido Servida dar-lhe na Ordem Regia de 13 de Junho de 1792., em termos muito mais *energicos*; pois que nella Ha por bem o mesmo Senhor Commeter nomeadamente a elle, como Director Geral, e a ninguem mais, a honroza incumbencia de Zelar, ou *fiscalizar a observancia* do Alvará de 25. de Fevereiro, e consequentemente do Plano dos Estudos por elle roborado; Ordenando, *que se não concedão dispensas, nem sejam admittidas interpretações, ou ampliações relativas ao que no mesmo Plano está mandado, sem que primeiro seja ouvido aos mesmos respeito elle Director Geral, para q̄ sendo necessario elle possa fazer presente a Sua Magestade pela Secretaria DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO REYNO A SUA INFORMAÇÃO* (mm).

54. Esta Providentissima Rezolução de Sua Alteza Real, foi para o Director Geral huma especie de prodigio, por ser muito além do que então esperava, e ainda mesmo contra toda a esperanza. Por mais de sinco mezes, quantos vão dos fins de Agosto de 1802 até os principios do mez de Fevereiro de 1803., em que lhe foi participada esta Soberana Rezolução, nenhuma deligencia tinha elle feito pelo despacho do seu primeiro Requerimento, ao qual unicamente elle se refere. Nem ao Principe, nem a Pessoa alguma, que houvesse de prestar-lhe o seu patrocínio, fallou o Director Geral sobre a materia do referido Requerimento em todo este intervallo de tempo; pois que só ao Ministro Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e de Guerra tinha elle fallado sobre a materia, não do primeiro, mas do segundo Requerimento pela primeira vez no Agosto de 1802, e pela segunda, e ultima vez nos fins de Dezembro do mesmo ano; como já acima se disse.

55. Por todas estas razões se persuadio o Director Geral, que para o effeito da Grande Mercê, que Sua Alteza Real naquella Sua Soberana Rezolução Houvera por bem fazer á Congregação Benedictina, concorrera muito este Ministro e Secretario de Estado com o Seu Alto Patrocínio, o qual generosamente lhe havia offerecido, e promettido. Nesta persuazão pois julgou-se elle obrigado a dar-lhe as devidas Graças por tão abalizado beneficio; o que fez em Carta de 26. de Fevereiro dirigida a Salvaterra de Magos, onde se achava então a Corte.

56. Indo nesse mesmo tempo, ou pouco depois, precipitadamente, e com misteriozo Segredo a Salvaterra o D. Abbade do Collegio de Nossa Senhora da Estrella; correo logo voz, que de Tibaes o tinham encarregado de Officios contra a Soberana Rezolução de Sua Alteza Real, afim de frustrar, ou quando menos, de suspender a sua execução. (*nn*) Não podia então, nem pode bem ainda hoje crêr o Director Geral que se encarregasse de similhantes officios este mesmo Prelado, que tão altamente havia declarado contra a intentada *alheação* do seu Convento, que se prezava em publico de se ter escuzado desta Commissão do D. Abbade Geral para assistir á sua venda, que dizia ter feito grandes deligencias por haver á mão as chaves da parte do Edificio separada para alojamento do Hospital da Tropa Ingleza; que tinha trabalhado zelozamente como Procurador Geral da Congregação em formular Petições sobre o mesmo assumpto; que não cessara de pedir ao Director Geral, que fizesse e entregasse o Requerimento, que elle fez, e entregou a Sua Alteza Real, e que em fim á vista de todos os seus Subditos tinha poucos dias antes mostrado receber com a devida Gratidão a Graça, que na referida Ordem Regia de 3 de Fevereiro Ha por bem Sua Alteza Real fazer especialmente a elles, e em geral a todos os Religiozos Benedictinos.

57. Nenhum caso fez o Director Geral de similhante noticia, nem a julgou digna de ser averiguada; por que estava certo que hum negocio tão serio, e tão seriamente tratado; do qual Sua Alteza Real pela Sua Singular Clemencia Houve por bem tomar immediacto Conhecimento, Mandado informar-se, e rezolvendo decididamente afinal, o que á vista da informação julgou ser de Justiça; que hum negocio, digo, desta natureza não era para se impugnar por hum simples Procurador, e muito menos para se reformar em virtude de Officios clandestinos. Nesta Certeza descansou o Director Geral, esperando que a Soberana Rezolução de Sua Alteza Real viesse a tér o seu effeito, quando cumprisse, e mais conveniente fosse.

58. Com tudo, sabendo pouco depois o mesmo Director Geral, que havia quem por caminhos occultos, e por medeação de agentes procurava adulterar as expressões dos seus dois Requerimentos, combater com sofismas as suas razões, fazer odioza a precaria auctoridade do seu Officio com affectados receios de abuzos; e (o que parece incrivel) atacar com indiscretas falsidades a sua *boa fé*, a sua *verdade*, a sua reputação, e a sua Pessoa perante dous Ministros de Estado; foi sem demora pôr na Prezença de hum e outro as Copias fiéis dos mesmos dous sobreditos Requerimentos, para que ambos vissem nelles, alem da Justiça, em que se fundão, e Sinceridade, e lizura, com que são concebidos, sem a mais leve sombra de offensa de terceiro. Esta foi a unica, e a mais honrada apologia, que por então elle podia, e devia fazer em abono da sua innocencia; rezervando para outro tempo responder a cada huma das Criminações contra elle intentadas, se chegassem á sua noticia, e fossem dignas de resposta.

59. Por de então he que o Director Geral procurou fallar algumas vezes ao Ministro e secretario de Estado dos Negocios do Reino, por quem tinha sido expedido a Rezolução de Sua Alteza Real sobre o Restabelecimento dos Estudos no Collegio de Nossa Senhora da Estrella, não para o importunar com supplicas a respeito desta materia, já decididamente rezolvida; mas para abonar na sua Prezença, e pedir-lhe por especial mercê, que abonasse na Prezença do Soberano a *boa fé e verdade*, com que elle tinha procedido, de que Sua Excellencia mesmo era testemunha; e que a malquerença pertendia sem cauza alguma desfigurar, e desmentir com artificios.

42

60. Passarão-se mais de quatro mezes, sem que o Director Geral fizesse officio algum a respeito de Estudos; por vêr que as suas razões sinceramente expostas á Luz do dia, erão atacadas ás escuras por caminhos escondidos, que elle inteiramente desconhecia; e combattidas com a força de Protecções poderozas, que elle nem tinha nem deligenciava. Entregando pois

á Soberana Justiça de Sua Alteza Real, e ao Patrocínio do Ministro de Estado dos Negocios do Reino a Cauza Geral do restabelecimento dos Estudos da sua Congregação *na Corte*, julgou elle que devia dar hum só passo em defesa da Cauza particular, e especial da sua *boa fé e verdade*. Com este unico fim procurou no dia 18 de Julho a honra de beijar a mão a Sua Alteza Real, e expondo em breves palavras quanto lhe pareceo bastante para justificar-se na Sua Augusta Prezença, Foi o mesmo Senhor Serviço Ordenar-lhe com singular Benignidade, que fizesse sobre o exposto huma *Memoria*, e a entregasse ao Visconde Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno (oo).

Em cumprimento de tão respeitavel Ordem, formou logo o Director Geral dos Estudos da Congregação de S. Bento esta *Memoria*, na qual por huma simples exposição de factos innegaveis só pertende mostrar: 1.º a verdade em que funda o Requerimento, que poz na Prezença de Sua Alteza Real: 2.º a *boa fe* com tem procedido nesta deligencia do seu Officio. Para mostrar rezumidamente huma Cauza, e outra deduz aqui dos principaes factos acima expostos os dous seguintes argumentos.

#### PRIMEIRO ARGUMENTO

Em abono da *Verdade*, em que funda  
o Director Geral o seu 1.º Requerimento

As Constituições Benedictinas publicadas em 1628 mandão declaradamente, que além do Collegio de *Coimbra* haja outra em *Lisbôa* o qual antes e depois do sobredito anno até o de 1726 esteve por differentes occaziões, e por muitos annos no Mosteiro de S. Bento da Saude (§. 1.-5.)

O Capitulo Geral de 1629. determinou que a Caza de Nossa Senhora da Estrella fosse restaurada, e dotada com *renda propria* para ser *perpetuamente* o Collegio Benedictino de *Lisbôa*: a qual Determinação Capitular, álem de ser executada logo no anno seguinte de 1630, foi a pedimento de todo o Capitulo Geral de 1632. *confirmada, e reservada* á Sé Apostolica por Urbano 8.º em Bulla de 1635, cuja Superior, e *inviolavel* auctoridade foi sempre reconhecida, como de Direito devia ser em todos os 55., ou 56. Capitulos Geraes, que desde a sua data se tem celebrado. (§. 6.-10)

Em observancia desta *Confirmação Pontifica*, conservou a Congregação a dita Caza de Nossa Senhora da Estrella em estado de Collegio por 125 annos até o de 1755.; logo depois do Terremoto, em que foi arruinada, principiou a sua reedificação; na parte reedificada abrio em 1783 Estudos, que continuarão até 1788; e para segurar a Conservação deste necessario Collegio, lhe determinou no Capitulo Geral *Pleno* de 1786. com previa *Approvação* Regia, huma renda *perpetua*, a qual foi *Confirmada* nos dous seguintes Capitulos Geraes *Plenos* de 1789., e 1792., ficando por isso mesmo esta renda perpetua estabelecida como *Lei fixa*, ou verdadeira Constituição (§. 11.-24.)

Em observancia da mesma *Confirmação Pontifica* expressissimamente se manda no Plano dos Estudos roborado com força de *Ley* pelo Alvará de 25 de Fevereiro de 1789., e munido por repetidas Ordens Regias, que em toda a Congregação não haja mais que os dous Collegios nomeados pela Bulla de Urbano 8.º; o de *Coimbra*, e o de *Lisbôa*; com absoluta e inteira exclusão dos Collegios provisioaes em Mosteiros de Aldêa. (§. 25.-27.)

Em Conformidade desta determinação do Plano dos Estudos, e do Alvará e Ordens Regias que o auctorizão, Foi Sua Alteza Real Servido por Sua Immediata Rezolução de 3. de Fevereiro deste anno de 1803., decididamente Ordenar, que se restabeleção os Estudos no dito Collegio de Nossa Senhora da Estrella, e Roborar com a sua Soberana Auctoridade a renda *perpetua* que lhe fora legitimamente applicada e estabelecida nos trez sobreditos Capitulos Geraes Plenos (§ 48.-54.)



Ora a todas, e a cada huma destas diferentes Determinações estão sujeitos não só os Abbades Geraes, mas ainda mesmo os Capitulos Geraes, e toda a Congregação Benedictina, em quanto não forem abrogadas, ou alteradas pelas superiores e competentes Auctoridades donde dimanarão: o que athé agora não se verificou.

Logo pelas suas proprias Constituições, por huma Bulla Pontificia, por huma Lei Confirmada, pelo Plano dos seus Estudos, pelo Alvará, e Ordens Regias, que o roborão; e muito principalmente pela ultima Rezolução do seu Soberano está obrigada a Congregação Benedictina a conservar *na Corte* hum Collegio de Estudos, ou na Caza de Nossa Senhora da Estrella, para este mesmo fim destinada ha mais de 170 annos, e ha mais de 15. annos reedificada com avultadas despezas, ou (sendo esta occupada com objecto de Real Serviço, e em quanto o for) no Mosteiro de S. Bento da Saude.

Isto mesmo e nada mais he o que diz o Director Geral no Requerimento, que pôz na Augusta Prezença de Sua Alteza Real, e por consequencia tudo o que nelle representa ao Seu Soberano, he a *pura verdade* superior aos sofismas com que alguém pertendeo escurecella, os quaes já forão descobertos, combatidos, e dissipados.

## SEGUNDO ARGUMENTO

Em abono da *boa fé* com que o  
Director Geral tem procedi-  
do nesta deligencia

Desde o anno de 1787. quando já se achava a Caza de Nossa Senhora da Estrella quasi de todo reedificado, athé o anno de 1797, quando já o Hospital da Tropa Ingleza occupava huma grande parte do Edificio, não cessou o Director Geral de pedir aos seus Prelados maiores, que pozessem nella os Estudos; com bem podião, e devião (§. 28.-35.)

Depois que esta Caza ficou dezembraraçada do dito Hospital, fez o mesmo Director Geral a rogos do Prelado, e mais Religiozos nella rezidentes dous simpleses Requerimentos, em que unicamente pedia a Sua Alteza Real a facultade de se restabelecer o Collegio (na forma das Suas Reaes Ordens, e das Leis particulares da Congregação) ou na dita Caza de Nossa Senhora da Estrella, ou no Mosteiro de S. Bento (§. 36.-40.)

Contentando-se com ter satisfeito por este modo á obrigação do seu Officio, sem importar os Ministros de Estado, sem procurar protecçoens, sem se queixar de Pessoa alguma, sem se valer de alhêas Conjecturas, que tocassem com terceiro esperou em Silencio por sinco mezes, que Sua Alteza Real Hovesse por bem deferir aos seus Requerimentos, como lhe aprouvesse, e mais justo fosse. (§. 41.-50.)

Sem embargo de lhe ser participada a Soberana Rezolução de 3 de Fevereiro do presente anno; para elle pela parte que lhe competia, como Director Geral dos Estudos, *promover, e fiscalizar a sua completa execução*; e sem embargo de ser elle novamente auctorizado por Sua Alteza Real a dar conta na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino dos *estorvos*, que por debaixo de mão se opunhão contra esta execução, continuou todavia por outros sinco mezes a guardar prudentemente o mesmo silêncio, athé que vendo que havia quem pertendia deslustrar o seu Crédito, foi obrigado a justificar-se de viva voz na Augusta Prezença do mesmo S.<sup>o</sup>, em cuja Real Clemencia achou o Benigno acolhimento que esperava. (§. 51.-60.)

He certo pois, que o Director Geral nesta deligencia do seu Officio procedeo com toda a *boa fé*, fazendo unicamente por meios Legitimos, sincéros, e honrados, o que em consciencia tinha estreita obrigação de fazer a bem dos Estudos da sua Congregação, e em abono das leis particulares della, e das repetidas Ordens de Sua Alteza Real.

[NOTAS]

- (a) Benedictina Lusitana Tom. II. pág. [419] (14).  
 (b) Benedictina Lusitana Tom. II. pág. [428].  
 (c) Benedictina Lusitana Tom. II. pág. [428].  
 (d) Benedictina Lusitana Tom. II. pág. [432].  
 (e) Constitution. Ord. S. Bened. Const. VI. Cap. I. N. 2.  
 (f) Benedictina Lusitana Tom. II. pág. [433].  
 (g) Benedictina Lusitana Tom. II. pág. [433].  
 (h) Docum. Tit. II. N.º 2.º, e 3.º.  
 (i) Docum. Tit. II. N.º 4.º.  
 (l) Docum. Tit. III. (22) N.º 1.º.  
 (m) Docum. Tit. I. N.º 1.º.  
 (n) Docum. Tit. I. N. 2.  
 (o) Docum. Tit. III., N. 1., N. 2., e N. 3.  
 (p) Docum. Tit. II. N. 5.  
 (q) Docum. Tit. III. N. 1., N. 2., N. 3., N. 4., e N. 5.  
 (r) Docum. Tit. I. N. 3.º.  
 (s) Docum. Tit. II., N.º 7.º.  
 (t) Docum. Tit. II., N.º 8.º, e N. 9.º.  
 (u) Docum. Tit. III. N. 1.  
 (x) V.º supra §. 6.  
 (y) Estes dous Avizos existem no Most.º de S. Bento da Saude, e no Collegio da Estrella.  
 (z) Esta Carta existe no Collegio da Estrella.  
 (aa) Estes Religiozos são o Ex.ºº Arcebispo da Bahia, o D. Abbade, o Procurador Geral da Congregação, o P. M. Procurador Geral da Provincia do Brazil, e os P. P. Fr. Jozé de Santa Anna, e Fr. Agostinho da Graça os quaes todos estão promptos a attestar esta verdade, assim como os Religiozos do Mosteiro da Saude (29).  
 (bb) V. supra o 1.º Requerimento.  
 (cc) V. supra o 2.º Requerimento.  
 (dd) Esta Memoria foi entregue no Maio do Corrente anno de 1803 ao Ministro Secretario de Estado dos Negocios do Reino.  
 (ee) Achava-se presente o Ex.ºº Marquez de Tancos Filho.  
 (ff) Docum. Tit. I. N. 10.  
 (gg) Esta Informação existe na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino.  
 (hh) Docum. Tit. I. N. 11.º.  
 (ii) Docum. Tit. I. N. 12.º.  
 (ll) Docum. Tit. II. N. 7.º, e 8.º.  
 (mm) Docum. Tit. I., N. 4.º.  
 (nn) Desta Voz são Testemunhas todos os Religiozos de S. Bento e da Estrella.  
 (oo) Foi entregue ao dito Ministro e Secretario de Estado no dia 28. de Julho do corrente anno de 1803.

(Continua no próximo número).

*Fr. José de Santa Escolástica Mattoso.*





## AS FESTAS DE LISBOA DE 1955

As tradicionais Festas da Cidade revestiram-se este ano de um brilho especial, em relação aos anos anteriores. Deu-se um primeiro passo no sentido de dotar Lisboa de um período festivo condigno com a sua condição de grande capital imperial. A Comissão Executiva das Festas, a que presidiu com grande dinamismo o Vereador Sr. Aníbal David, elaborou um programa cheio de números de interesse, entre os quais destacaremos o festival *EVOCÇÃO DA LISBOA ROMÁNTICA* e o desfile das *Marchas Populares*, desta vez delineado em novos moldes. A *EVOCÇÃO DA LISBOA ROMÁNTICA* fica ligado o nome prestigioso de Matos Sequeira, escritor e olisiponense ilustre, que já nos dera, em tempos, uma *LISBOA ANTIGA* de saudosa memória. Como que tocado por uma varinha de condão, o Jardim da Estrela surgiu profusamente iluminado, decorado ao modo romântico, animado de forma original. Durante quinze dias, os lisboetas viram desfilar, em palco natural, emoldurado de verdura, as figuras do tempo do Passeio Público, ouviram

música do século XIX em coretos onde os músicos trajavam como era moda há cem anos, assistiram, num delicioso teatrinho, a peças de teatro de sabor romântico, e contemplaram as representações das casas centenárias, apresentando comparações entre as suas actividades antigas e modernas. Nem faltou o famoso «Leão da Estrela» rujindo de quando em quando, mas... a fingir, só para lembrar um tempo que já não volta mais. Como disse um jornal da manhã: «Os portões do belo parque abriram-se para oferecer ao povo da capital uma admirável síntese da Lisboa dos tempos do Passeio Público, essa cidade boémia e indolente, mesquinha e cativante que desapareceu, em escassos cinquenta anos, quase sem deixar vestígios. E o povo compareceu em massa... Uns, loucos, atraídos pelo desejo de reviverem um ambiente que conheceram precisamente quando ele agonizava; outros, enternecidos pela lembrança de figuras e coisas que lhes são familiares através da literatura; a maioria, essa apenas para fazer uma ideia de como «isto» era antes de 1900, na época dos nossos avós.

E todos ou quase todos tiveram certamente razões para sair satisfeitos. O visitante, pobre ou rico, culto ou ignorante, aristocrata ou plebeu, entrava e sentia-se envolvido por um mundo de suaves, perturbadoras sugestões. Tudo era questão da maneira de interpretar. Uns percebiam e outros não percebiam. Mas, afinal, na velha Lisboa romântica, tal com hoje, muitas pessoas viviam e morriam sem conhecer o que as rodeava.

Balões verdes, amarelos, azuis, vermelhos, *féerie* luminosa semeada aqui e ali, em recantos sabiamente escolhidos de nostálgicos lampeões a gás... O histórico «leão da Estrela» que Paiva Raposo trouxe de África, «rurgia» na sua jaula de ferro, saudosos das salas poeirentas do Museu da Faculdade de Ciências.

Santo António, S. Pedro, S. João, entre jarras de flores e miríades de pequeninas lamparinas de azeite, sorriam enlevados nos seus tronos. Para eles o tempo não conta; a Lisboa da Feira Popular presta-lhes, precisamente, as mesmas homenagens do que a que ia aos touros ao Campo de Santana.

Mas, ao longo das áleas frescas, sob o dossel verde dos álamos e das faias, a Lisboa romântica impõe-se, triunfa. São as barracas das casas centenárias, os quiosques que vendem bugigangas e petiscos de antanho; são as porcelanas da época que a Vista Alegre apresenta, os antigos pastéis de Belém, as máquinas de escrever que fabricavam em 1873... Nos pavilhões das Oficinas de S. José, separados do público pelos balcões toscos, há gentis vendedeiras, vestidas como há meio século. Têm um pé no passado e outro no presente, tal como os seus nomes, que são velhos e de muitos séculos: duas infantas de Bragança — D. Filipe e D. Adelaide — e as duquesas de Palmela e de Cadaval.

Os guardas municipais, passeiam de bigodes fanfarrões... Há, um café-concerto, uma esplanada, um teatro.

O café debruça-se sobre as águas límpidas do lago. Uma luz amarela reflecte-se na folhagem das árvores e banha de uma claridade pálida os rostos dos visitantes. Ali naquele ambiente que, ao tempo, devia ter vagas pretensões a imitar a Paris da Place du Tertre ou do Bois de Boulogne, vai dançar-se a «polka» e a «mazurka» e a Santuzzi Monti cantará canções brejeiras da época que pela sua ingenuidade comoveram o público de Rose Rouge». Leitão de Barros, o mago dos grandes espectáculos, o organizador ideal para as grandes manifestações de ar livre, deu às Marchas Populares um carácter inteiramente novo, procurando vestir as Marchas dos diferentes Bairros com trajes tradicionais. O Maestro Jaime Silva (Filho) orientou o aspecto musical das Marchas. E as Marchas surgiram assim, subindo a avenida, ao mesmo tempo populares e tradicionais, coloridas e alegres, típicas e ricamente vestidas. O mesmo jornal, o *Diário de Notícias*,

dizia no dia seguinte ao desfile: «Lisboa, toda a Lisboa, por assim dizer quase o seu milhão de habitantes, veio para a rua, encheu a Baixa, desde o Cais do Sodré até ao Rossio e desde o Rossio até à Praça Marquês de Pombal. A exibição mormal das marchas galvanizou a multidão, em plano de interesse poucas vezes igualado. Primeiro, foi um delírio contido, no gesto do menino traquinas a quem se recomendou boas maneiras por causa das visitas. Mas quando os primeiros arcos surgiram e os primeiros trens rodaram, vistosos, com figuras do princípio do século, em deliciosa parada romântica, a gente perdeu a cabeça deu palmas, trauteou a música saborosa ilustrada pelos versos de Silva Tavares. Lá se foram as tais prevenções, e com elas o desejo formulado de mera presença — para ver, ouvir e comentar. E «Lisboa, a menina bonita de quem tem olhos para ver», contemplou-se a si própria e achou-se garbosa e com jeito pinoca, qualquer coisa de galante mas inconfundível, «sui generis».

Havia rostos formosos de raparigas nos grupos alacres do desfile, ao lado de rapazes simpáticos. Havia genica, vontade de agradar, bairrismo às carradas — um despique louvável, aquele ciúme sem motivo dos namorados que muito se querem. Bem ponderadas as coisas — e tudo foi visto e revisto com agrado inegável, a traduzir um êxito de categoria para a organização — o desejo de primazia andava no ar, era evidente, saltava da apresentação de qualquer das marchas, de qualquer dos bairros, de qualquer dos responsáveis de cada grupo. E a verdade é que esses anseios tiveram plena realização. O povo gostou de todas as marchas, a todas distinguiu, a todas abraçou na mesma simpatia.

Quinze marchas e quinze primeiros prémios — em apreciação sumária. Esta a votação unânime dos Lisboetas — por certo mais mas muito mais, de meio milhão de pessoas que encheram ruas e passeios, que se comprimiram dos Restauradores à Rotunda, que se encavalitaram em árvores, automóveis e tapumes.

Passaram as marchas. Moças e moços bem postos, cor e fantasia, graça e estilização, arcos pimpões. Elas donairosas, talvez nos olhos uma pontinha de vaidade — ou não fossem femininas dos pés à cabeça — eles convencidos e convincentes. Aconteceu assim com Alcântara, pares no jeito de 1900, com Alfama marinheira, com o Alto do Pina em estilo popular vistoso. Outros grupos — motivos diferentes, salvo a nota quase genérica a marcar a época romântica, patente, no grupo delicado do Bairro Alto. Até os salois de Benfica abandonaram o traje das exhibições anteriores para aparecer naquele enquadramento, embora sem exclusão das características típicas da região dos subúrbios da capital. Diga-se que a vivacidade, que tanta fama deu anteriormente àquele conjunto, não desapareceu. Mudou apenas de feição — eis tudo. A Bica debruçada sobre o rio, trazia nos pares e nos arcos recordações ribeirinhas. Tipos arrancados de gravura velha, talhada em madeira. Campo de Ourique marcava pela originalidade dos trajes — talvez um arzinho evocativo da presença napoleónica, marcado nos bicórnios. Campolide falava das antigas hortas. O cartaz vinha nos vestuários aldeãos, evocativos da década que precedeu o ingresso da freguesia na zona urbana. Pares arrancados de estampas, em sugestão domingueira, curiosa. Quanto à Graça — era uma sinfonia de graça. Distinção e fidalguia nas saias de balão e nas casacas rendadas. Pintura de classe, Madragoa falava dos pescadores, da vizinhança do Tejo, Barretes e calções. Canastras e saias arrepanhadas um pouco antes da cintura. Típico certo. Marvila deu o soldado imponente do princípio do século e a rapariguinha ataviada com simplicidade aliciante. Mouraria deixava a impressão, embora esbatida, do meio fadista. Laivos de tourearia. Severas estilizadas.

Bigodes, espada comprida e dragonas, eis um retrato do soldado da marcha de Santa Catarina, emproado e de braço dado com a antecessora da actual criada de servir. Um encanto de sugestão, quase uma caricatura inofensiva. São Vicente recordava outra paisagem encantadora da Lisboa antiga, deliciosamente vestida.

HOMENAGEM DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA A CAMÕES, POR OCASIÃO DO 375.º ANIVERSÁRIO DA SUA MORTE



INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO «LISBOA E OS POETAS» — 10 DE JUNHO DE 1955 — CONFERÊNCIA DO DR. JOÃO DE CASTRO OSÓRIO NO PALÁCIO GALVEIAS



INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO «LISBOA E OS POETAS», NO PALÁCIO GALVEIAS





EVOCAÇÃO DE LISBOA  
ROMANTICA  
NO JARDIM DA ESTRELA



SOLENE «TE-DEUM»  
E PROCISSÃO  
A SANTO ANTÓNIO,  
PADROEIRO DA CIDADE



CONFERENCIA  
DE FREI DIOGO CRESPO,  
SOBRE SANTO ANTÓNIO,  
NO SALÃO NOBRE  
DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE LISBOA

DESFILE DAS MARCHAS  
POPULARES



A BANDA DOS  
CHARAMELEIROS



O ANDOR DE SANTO ANTONIO



UMA FIGURA TIPICA  
DO SÉCULO PASSADO





MARCHA DA BICA  
—PRIMEIRO PREMIO



UM CARRO TÍPICO,  
GARRIDAMENTE  
ORNAMENTADO



UM DOS ELEMENTOS  
DA MARCHA DE ALVALADE,  
REPRESENTANDO  
A LISBOA MODERNA

CONCURSO DAS JANELAS  
FLORIDAS —  
AUGUSTO MARQUES RIBEIRO  
— RUA DAS MADRES, 80, 1.º  
— PRIMEIRO PREMIO



CORRIDA DOS OFÍCIOS



RAPAZES DOS JORNAIS



EMPREGADOS DE CAFÉS



CONCURSO DOS TRONOS A SANTO ANTÓNIO  
 — MARIA CELESTE E VITOR MANUEL —  
 CALÇADA SÃO LOURENÇO, 23  
 — PRIMEIRO PRÉMIO



CONCURSO DOS TRONOS  
 A SANTO ANTÓNIO —  
 MARIA CESALTINA DOS  
 SANTOS PINTO — RUA  
 CARLOS DA MAIA, 43  
 — SEGUNDO PRÉMIO

Eis, em traços rápidos, breves apontamentos das marchas dos bairros, da indumentária, de seus pares e de sua apresentação, que ia do mais simples, mas nem por isso menos expressivo, até ao arrebicado. Em tudo isto havia o talento, a intuição, o saber, o requinte dum artista incomparável, dum organizador experiente, habituado a espalhar às mãos-cheias, nestas e noutras manifestações, verdadeiros tesouros de bom gosto. A referência a Leitão de Barros torna-se justíssima. Merece-a por todos os motivos, nesta breve apreciação do seu trabalho notável. Lisboa deve-lhe uma noite gloriosa inesquecível». O povo de Lisboa seguiu com entusiasmo e até com paixão, o desfilé para a classificação final das Marchas dos bairros, para a qual contou, como habitualmente, o desfile na Avenida da Liberdade e as exibições no Pavilhão dos Desportos. Reunido o júri, ao qual presidiu o Sr. Vice-Presidente do Município, a Marcha da Bica, consangreou-se vencedora, seguida das Marchas de Alcântara e de Alfama. Seguidamente classificaram-se, pela ordem indicada, as seguintes Marchas: Benfica, Campolide, Alto do Pina, Mouraria, Marvila, Santa Catarina, S. Vicente, Madragoa, Campo de Ourique, Graça e Bairro Alto.

De entre os outros números incluídos nas Festas da Cidade de 1955, destacamos entre os culturais, o preito de homenagem a Camões, pelo Presidente e Vereação, junto do seu monumento; a exposição «Lisboa e os Poetas» no Palácio Galveias, que reuniu, não apenas completa bibliografia dos poetas de Lisboa, mas também um conjunto de obras de arte, constituindo valiosíssima iconografia e uma galeria de belas fotografias, ilustrando alguns dos mais belos versos que sobre a nossa cidade se escreveram; a notável conferência do escritor João de Castro Osório, sobre «Camões e os Poetas de Lisboa», na inauguração da referida exposição; e ainda a eloquente oração que o franciscano Frei Diogo Crespo pronunciou sobre «Santo António» no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Entre os números populares, alguns já tradicionais nas Festas de Lisboa, sublinhamos: o CONCURSO DE TRONOS DE SANTO ANTÓNIO aberto às crianças dos bairros da Mouraria, Alfama, Graça, Madragoa, Campo de Ourique, Bairro Alto e Bica, tendo sido classificados em primeiro lugar os concorrentes: Maria Celeste e Vítor Daniel, de Alfama; Maria Cesaltina dos Santos Pinto e Ana Maria dos Santos Pinto, de Campo de Ourique; e Carlos Antero Gomes Abreu Castelo, do Bairro Alto. NO CONCURSO DAS JANELAS ILUMINADAS E ENGALANADAS A BALÕES para os moradores dos Bairros Alto, Alfama, Madragoa, Graça, Bica e Mouraria, os melhores classificados foram: Augusto Marques Ribeiro; Eduardo Frias Martins e Malaquias Gomes Ferreira, todos da Madragoa. No típico Largo do Menino de Deus esteve aberto, em quase todos os dias do período festivo, um arraial popular, montado com o sentido pitoresco e decorativo de Matos Sequeira, que animou extraordinariamente, não só o Bairro do Castelo, mas também os bairros limítrofes, como Alfama, Graça, ou a Mouraria. É claro que muitas ruas, largos e bairros da Cidade organizaram também os seus arraiais, dando a Lisboa um ar alegre e festivo.

As ruas da Baixa apresentaram, por outro lado, um aspecto inédito, pois foram artisticamente decoradas com motivos coloridos, e garridos, que muito agradaram a todos, pelo sentido alegre e vivo com que foram concebidos. O Concurso das Montras, que foi acompanhado por uma Semana das Indústrias Portuguesas, obteve um grande êxito junto da população, tendo sido premiadas as montras dos seguintes estabelecimentos: *Último Figurino* (Prémio de bom gosto); *Fotocolor, Ltd.* (Originalidade); *Carnaval de Veneza* (Sentido comercial); *Loja das Meias* (Cor e movimento); *Casa Africana* (Sabor popular); e *Instituto Pasteur de Lisboa* (Divulgação e Propaganda). Ao mesmo tempo, montou-se um coreto no Rossio, onde se exibiram, perante a curiosidade e o interesse dos lisboetas amadores de música, as bandas da Casa Pia de Lisboa, das Oficinas de S. José, do Batalhão de Caçadores 5, o Regimento de Infantaria Um, da Polícia de Segurança Pública e da Companhia Carris.

As Festas de 1955 tiveram ainda uma forte representação desportiva. Entre os números desportivos mais salientes, figuraram as animadas «Corridas dos Offícios» na Avenida da Igreja, em Alvalade, que, disputadas com grande entusiasmo, tiveram este ano os seguintes resultados: Padeiros: Filipe Luís; Criados de mesa: Francisco José; Cantoneiros do Município: Adérito Gonçalves; Vendedores de jornais: Equipa do «Diário de Lisboa»; Boletineiros ciclistas: Equipa dos C. T. T.; Peixeiras: Equipa do Mercado de Arroios; Engraxadores: Guilherme Teles Alves; Galinheiras: Equipa do Mercado do Rato; e Floristas: Equipa do Mercado do Rato. Além da «Corrida dos Offícios», disputaram-se, com a cooperação técnica de várias entidades desportivas, as seguintes provas: o I *Rallye* do Distrito de Lisboa (concentração turística), orientado pelo Automóvel Clube de Portugal, de que saíu vencedor Joaquim Filipe Nogueira, e ao qual concorreram 80 automobilistas dos concelhos do distrito de Lisboa; a Volta a Lisboa em ciclismo, seguida entusiasticamente pela população e organizada pela Associação de Ciclismo do Sul, com as seguintes classificações: Luís Gomes (Iniciados), do Clube Bombarralense; Júlio Ferreira (Seniores) do Sport Lisboa e Benfica; Casimiro Santos (Populares) da União Operária do Bombarral; o Dia Popular de Natação, na piscina do Clube Nacional de Natação, constituído por provas entre os representantes dos Bairros de Lisboa, com os seguintes resultados: Clube da Cova da Piedade (Taça Câmara Municipal de Lisboa); Clube da Cruz Quebrada (Taça do Jornal «A Bola»); e ainda o Circuito Ciclista de Alvalade, que precedeu as «Corridas dos Offícios» e que foi ganho por Alves Barbosa, do Sangalhos.

No dia de Santo António houve um solene «Te-Deum» na igreja de Santo António da Sé, seguido da tradicional Procissão. E, um pouco à margem do programa oficial, o Comando Distrital da Legião Portuguesa organizou, na Praça da Figueira, uma demonstração de Defesa Civil do Território, com a colaboração das Forças Aéreas, Bombeiros e Serviços Públicos.

As Festas de Lisboa de 1955 foram inauguradas a 9 de Junho, com a abertura do Festival *EVOCACÃO DA LISBOA ROMÂNTICA* e encerraram-se a 29 de Junho. A Comissão Executiva das Festas, presidida pelo Vereador Aníbal David, foi constituída pelos Senhores: Dr. Jorge Felner da Costa, Dr. Lucas de Sousa, António Pereira Dias, Virgílio da Fonseca, Alberto Toste, Armando de Aguiar, Alfredo Cândido, Dr. Jaime Lopes Dias e os funcionários municipais Dr. António de Quadros Ferro, Mário Lopes da Silva, Júlio da Silva Duarte e Vicente da Costa Ribeiro Rodrigues.

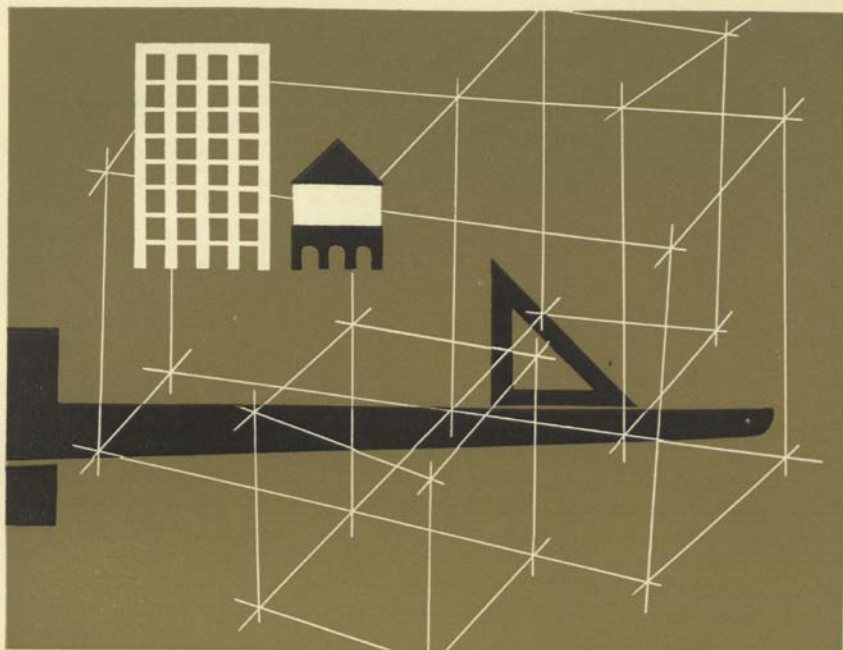




*(Do Museu Nacional de Arte Contemporânea — Lisboa)*

*CAIS DO TEJO (LISBOA)*

*(Pintura a óleo por Alfredo Keil)*



PRÉMIO JÚLIO CÉSAR MACHADO

## A ARQUITECTURA DA CAPITAL GENERALIDADES

**C**omeçarei por pedir a VV. Ex.<sup>as</sup> que admirem a minha coragem de vir aqui falar sobre a nossa cidade, onde tantas pessoas ilustres já se fizeram ouvir acerca destes assuntos, pondo no caso a sua erudição, o seu prestígio, o seu brilho literário.

Compreendo, no entanto, que, perante tão momentoso tema como é o da Architectura de Lisboa, não seja de mais ouvirem-se algumas vozes diferentes, mesmo quando pouco possam acrescentar de inédito ao muito que já tem sido apresentado e discutido. Há sempre vantagem em virar o motivo que nos interessa para todos os lados, para que a luz incida sobre ele em variados ângulos revelando um ou outro aspecto que, embora possa não ser dos mais importantes, contribua contudo para perfazer ou aclarar o objecto no seu conjunto.

Seja portanto a nossa vez de dizermos por que é que está na berlinda a cidade de Lisboa.

Nesta metrópole, a brusca transição por que o Mundo está passando manifesta-se de maneira atenuada. Valha-nos isso ao menos, que os sintomas desta transição não se apresentem com aquela crueza ou violência que se observa noutras cidades, nomeadamente nalgumas da América latina. — Para quem não viva inteiramente alheado da Natureza, transformações bruscas têm sempre qualquer coisa de doloroso ou assustador. Na Natureza, as alterações violentas, imediatas, sem transição, são sempre catastróficas — os terremotos, as derrocadas, os aludes, ciclones, trovoadas fulminantes, etc.

Assistimos portanto a uma transformação lenta e não catastrófica (a não ser em certos casos limitados) da fisionomia lisiponense — transformação que de certo modo se justifica plenamente, pela mudança dos modos de vida, pelo acréscimo da população, pelo desenvolvimento — em número e velocidade — dos meios de transporte, etc. Já agora digamos que há também motivos menos justificáveis que têm influído na transformação da cidade, como — por exemplo — o empenho, um tanto pueril, de dotar a capital — sem motivo plausível — de aspectos que se podem etiquetar de figurino modernista, na suposição de que este estilo de construções, só por si, representaria espírito de actualidade — desprezando-se assim muita vez ideias porventura mais originaes, e certamente mais interessantes aos olhos do viajante culto que, em geral, vê as coisas com mais objectividade.

Revela-se nisto, neste gosto irreflectido pelo que se faz lá fora, em qualquer parte, como que um traço provinciano que não é próprio de grande capital. Digo provinciano sem desdouro dos que vivem na província. Existe provincianismo em Lisboa, como se pode encontrar também requinte de civilização em qualquer terra da província. É questão de cultura e educação.

Ocorre-me um caso passado comigo há anos, que bastante me surpreendeu. Um amigo levou-me a visitar uma senhora titular que vivia modestamente numa quintarola do lado de lá do Tejo, e que se ocupava em dirigir a sua pequena lavoura. A dona da casa tinha tanto de modéstia como de distinção e, pela tarde fora no decorrer da conversa, com a maior naturalidade veio a propósito referir-se ao facto de na semana anterior ela haver almoçado em Bruxelas com... o rei da Bélgica. É escusado dizer que naquela modesta vivenda não se respirava provincianismo de espécie alguma.

Manifestação de provincianismo, das mais ingénuas e evidentes, é aquela ânsia que por vezes se dá nas mais pequenas terras de criarem qualquer via-pública, ou trecho de rua que seja, ao qual se possa, sem grande escândalo, dar a designação de Avenida. Ou então o empenho de dotar os lugares públicos com nomes novos, sugestivos de modernidade, de progresso — conforme diriam —, eliminando para isso a velha toponímia tradicional. Belo exemplo da mentalidade contrária, mais esclarecida, tem-no dado a cidade de Evora, que não só mantém as inscrições tradicionais como soube também adoptar um tipo de letreiro característico, prático, e que não é cópia dos de qualquer outro sítio.

52 O provincianismo que ainda se encontra em Lisboa corresponde naturalmente a certa falta de espírito cultivado e ao pouco conhecimento que há do que se passa noutras capitais. Mas é admirável o que se tem conseguido melhorar neste sentido nos últimos anos, como por exemplo, no corregimento da escala em que haviam sido traçadas algumas das vias-públicas e no aspecto geral das construções novas. A escala acanhada tem sido uma das nossas pechas nos tempos modernos. A falta de escala generalizada e a ausência de tipos architectónicos bem definidos são sintoma de fraquezas de vária espécie que não vem para o caso deslindar agora.



A escala é de importância capital, e não admira que, querendo nós tratar de Architectura, esta particularidade nos ocorra logo de princípio. A sua existência é sintomática e fundamental.

Creio já ter dito uma vez que, sempre que atravesso a nossa fronteira, impressiona-me a escala bem vincada do país vizinho. Tudo ali parece maior, mais largo e avantajado, e corresponde a um sentimento peculiar de grandeza que caracteriza a Espanha e que a nós nos falta por completo. Somos propensos a confundir extensão ou tamanho com grandiosidade, dependendo esta — como se sabe — menos das dimensões do que da proporção.

Nas mais pequenas coisas se revela este nosso defeito. Já VV. Ex.<sup>as</sup> devem ter reparado, por exemplo, que quase nunca, raramente, só por acaso se vê uma bandeira nacional arvorada que pelas suas dimensões dê a nota de solenidade que aquele símbolo devia conferir onde quer que se ache desfraldada. Nunca atinge o tamanho suficiente. A ninguém ocorre o aspecto estético visual da questão.

Quando, pelo encerramento do Ano Santo, o Legado do Papa desembarcou no Terreiro do Paço, haviam armado um pavilhão bastante sumário para os primeiros cumprimentos, e lá estavam dos dois lados uns magros pinheirinhos em que na ocasião própria içaram as pequeninas bandeiras dos dois Estados. Nada direi da dificuldade que houve naquela tarde ventosa em levar a cabo esta simples formalidade, para a qual foi necessária a intervenção de um bombeiro. Apenas notarei que me parecia absolutamente inverosímil que em circunstâncias idênticas tal exhibição se pudesse dar em qualquer dos oito ou dez países da Europa que melhor conhecemos.

Seja dito para honra da classe, que nenhum artista havia sido incumbido de organizar a encenação desta solenidade.

Escala bem definida dentro das características próprias da terra não é qualidade exclusiva da Espanha. Outros países a possuem também. A Holanda, a Flandres, países retalhados por canais, têm uma escala pequena, reduzida, mas não mesquinha nem tão-pouco isenta de requintes de proporção.

Num mesmo país, por vezes, há escalas diferentes, características de certas regiões. Na Itália, Roma tem uma escala que, como não podia deixar de ser, está sujeita à influência do contacto directo, constante com os monumentos da antiguidade romana. Tive ocasião de ver a maneira magnífica por que os architectos italianos, durante e apesar da última grande guerra, levantaram edificios estupendos para fins comerciais, que ombreavam com os monumentos antigos da Cidade Eterna, sem perda do seu carácter de actualidade. Eram grandes edificações construídas completamente de um tijolo de tipo miúdo e de cor discretíssima, desataviados — como era de esperar — de qualquer material caro, e que representavam na sua robusta nudez uma virtude afim da velha magnanimidade romana, não da que se manifestava na pompa dos palácios luxuosos, mas antes na das obras utilitárias de que tantos exemplares ainda restam. É evidente, estas obras inspiram-se, não na arqueologia erudita, no estilo da velha Roma com os seus mármore e mosaicos, mas nutrem-se da presença viva das ruínas, diante das quais não se pode deambular com indiferença.

E tão certo isto é que, já em Florença, as construções modernas, mesmo os grandes blocos de habitação, ostentam outro carácter, submetendo com virtuosismo a sua fisionomia à escala particular daquela cidade.

E isto leva-me a falar da lusa Florença, de Coimbra, que também esta cidade tem, ou antes — tinha a sua escala bem sensível; uma escala delicada, gentil, feminina, que fazia lembrar obras de ourivesaria e que dava à cidade universitária aspectos de jardim mimoso com seus pavilhões burilados a dominarem a lírica paisagem.

Isto de escala, não é coisa que se decreta; reconhece-se, aprecia-se, mas não pode ser imposta por regulamentos. Contudo, é esta mesma condição que se acha na base da harmonia arquitectónica; nasce espontaneamente da índole de um povo e cultiva-se por disciplina do sentimento. Tenho para mim que os países mediterrâneos são berço da simetria, qualidade difícil de definir e que melhor se traduz talvez por sentimento da justa medida. Têm-no inveterado os povos dos países banhados pelo Mediterrâneo, cada um com suas características, — os Italianos, plenos de virtuosidade no cultivo de todas as Artes; os Gregos, no encantamento da luz que os ilumina e que os concilia consigo próprios e com o Universo; os Franceses, na racionalização do seu equilíbrio natural; e ainda os Espanhóis, com a sua hereditária tendência para a largueza, a anchura em todas as obras que planeiam.

Será o caso de nós, neste extremo da Europa, nos ressentirmos do afastamento do Mediterrâneo e da subjugação que o Atlântico nos impõe, com o seu clima, as suas tradições, o seu apelo ao desterramento e a sua atracção para a aventura! Quero crer que assim seja. Há muitos aspectos na nossa capital que revelam essa ausência de balança, essa instabilidade, falta de equilíbrio ou simetria (que — repito — não quer dizer réplica inversa, mas antes sentido da justa medida). Assim somos levados a imaginar quando se nos deparam certos panoramas incompreensíveis de Lisboa de há 40 anos. Há neles um tal alheamento de cuidados formais, de convencionalismo decoroso, de dignidade profissional, que só nos parece estarem estes trechos da cidade virados do avesso, tão dissemelhante é o seu aspecto daquilo que estamos habituados a ver nos outros países. Repare-se, por exemplo, na perspectiva do Bairro Camões apreciada da Avenida da Liberdade, a nossa mais luxuosa artéria. Que trapalhada de casario, sem ordem, sem qualquer graça de pitoresco, positivamente sem decoro e desprezativo e ignorante das mínimas exigências do sentimento estético visual! Por má sorte, quis a desgraça que estes barbáricos produtos urbanísticos se hajam fixado justamente em pontos eminentes da capital, estragando-nos a eventualidade de alguma vez os podermos valorizar. Houve o culto da rua, porém as vistas curtas nunca chegavam a alcançar o panorama de um bairro inteiro, ou de uma colina.

Mas, por felicidade, esta despreocupação nascida da falta de instinto pode-se corrigir, e é que se corrigiu mesmo até há cerca de setenta anos, sem milagre, apenas por influência da escola. Não me refiro à escola das primeiras letras, mas ao que se entende por escola nas actividades profissionais artísticas, com a instituição das corporações, o respeito das categorias, com sua mestranga, oficialato, aprendizagem, etc.

É justo abrimos um parêntese para mencionar um exemplo excepcional que existe em Lisboa e que não se repetiu. É o grupo de vivendas do Torel, construído no limiar da balbúrdia arquitectónica que deformou a cidade nos princípios do século corrente. Seja qual for o interesse que se queira ver nestas casas, que pertencem a uma época ultrapassada e liquidada, não deixam, na sua disposição em conjunto, de constituir sempre um bom exemplo da compreensão dos valores panorâmicos, além das outras qualidades urbanísticas que distinguem a sua implantação e o seu tratamento arquitectónico.

Este pequeno bairro tão civilizado foi inteiramente criado por Italianos e, como já dissemos, sem que o seu exemplo jamais frutificasse.

Resultante da falha apontada, quanto a urbanização na sua parte propriamente arquitectónica, somos forçados a reconhecer que a Lisboa moderna não soube prevalecer-se da sua topografia acidentada. Parece considerarem as célebres colinas como um grande aborrecimento para quem tem de planejar qualquer coisa no acidentado terreno, e julgar-se-ia que preferem aplanar tudo bem primeiro para só depois então, comodamente, distribuírem os arruamentos. Nem para jardins ou parques se tem sabido aproveitar o interesse dos acidentes topográficos.

O mal agrava-se por não nos querermos convencer de que Lisboa não é, está longe de ser uma cidade monumental, e por desprezarmos as qualidades picturais que até certo ponto poderiam ajudar a compensar aquela ingrata condição. Quando em muitas das grandes capitais se nos defrontam constantemente edifícios imponentes, ricos, monumentais, às dezenas e dezenas — tantos, que nunca chegamos a saber a que servem na sua maior parte —, cá por Lisboa apontam-se e contam-se pelos dedos as edificações que se impõem pelo seu porte arquitectónico e pela sua importância monumental.

Uma das maneiras mais imediatas e económicas de atenuar a modéstia da arquitectura citadina, é o uso do arvoredado, que é também um notável elemento dispensador de harmonia, tão apreciável e eficaz que é de espantar não ocorrer mais propositada e frequentemente. Não é a primeira vez que tenho ocasião de chamar as atenções para o efeito do arvoredado que se espalha por toda a cidade de Roma, muito contribuindo para o encanto da sua atmosfera e da sua paisagem. Em parques públicos, colinas suburbanas, praças e não poucas alamedas, predominam três essências que são regionais e estabelecem como que uma base harmónica sobre que assentam os elementos do canto arquitectónico urbano. Pinheiros mansos, ciprestes e uma espécie de azinheiros — constituem o acorde musical que entoia o inteiro panorama da cidade.

De tantas ocasiões que tenho tido de passar pela nossa Avenida do Aeroporto, aliás sempre no ritmo imposto pelos transportes mecânicos, ainda não consegui fixar muitas das variegadas e multifárias arquitecturas que por lá se encontram, porque de todas as vezes se me vão os olhos na beleza, na suave harmonia dos outeiros que por detrás e acima das construções nos atraem e prendem com a sedução das suas linhas harmoniosas e manchas calmantes de vegetação autóctona ou regional. Como são belas estas colinas, com que subentendida harmonia se acumulam as copas das oliveiras e das figueiras no adorno dos cômodos arredondados, deixando os pequenos colos e desfiladeiros para o abrigo de laranjais e outros pomares! Como aqueles olivedos se harmonizam com as casas das velhas quintas, bem arreigadas no terreno e de tão discreta compostura!

Não compreendo que não exista ainda o Grupo dos Amigos dos Outeiros suburbanos de Lisboa. Mas tenho toda a esperança que depois do belo êxito do revestimento vegetal do Castelo de S. Jorge, a orientação que presidiu a todo aquele arranjo se estenda a outras colinas e encostas da cidade. Reconheço como bom augúrio o facto de haverem sido plantados um pinheiro e um sobreiro à frente do Palácio da Independência.

Também devo dizer que não nos sabemos prevalecer do uso das plantas trepadeiras que poderiam decorar de maneira tão económica e atraente os paredões, as banalidades e — atrevo-me a dizer — alguns dos nossos monumentos. Talvez não se tenha reparado bastante no que certos aspectos de cidades estrangeiras devem àquele género de plantas. Quero recordar um curioso exemplo: em Estocolmo, uma das cidades de mais civilizado aspecto de entre todas as nossas conhecidas, numa praça que poderá corresponder, pela situação e pelo trânsito, ao nosso Rossio, tive ocasião de ver uma construção bastante elevada, toda recoberta de verdura, de alto a baixo!

Há ainda uma determinação de carácter geral que influi bastante no aspecto arquitectónico da capital. Esta obrigação, que se repete em períodos regulamentares e por zonas, é a da chamada limpeza dos prédios. É verdade que ela deve ter nascido do propósito de dar trabalho aos empregados e pessoal da construção civil, à custa dos proprietários. Mas esteticamente, esta regra tem também qualquer coisa de provinciano e talvez se justifique apenas nas construções que são tão miseráveis de espírito e tão pobres materialmente que, sem esse processo obrigatório de limpeza, se tornariam indecorosas. Mau sinal é quando as construções necessitam deste tratamento para

não ficarem repugnantes à nossa vista. — Mas toda a cidade sujeitada assim a esta barreira periódica, fica um tanto amesquinhada na sua categoria architectónica, só me lembrando aquelas casas de solho tratado a coco e piassaba, que se chamam casas de esfregar. A nossa Lísbia é de certo modo também uma cidade com fachadas de esfregar, circunstância que não acrescenta muita nobreza aos seus títulos de interesse.

Não acabámos ainda de dizer que o elemento pitoresco é recomendável para compensar a falta de outros recursos mais opulentos ou dispendiosos de onde deriva a monumentalidade. É a esta luz que se deve também apreciar o colorido das casas. Se Lisboa fosse uma cidade monumental, este elemento da cor não teria naturalmente a importância que assim se lhe tem de reconhecer. A policromia usada nestes últimos anos no tratamento das frontarias pode conferir certa alacridade aos bairros da capital, mas não nos devemos esquecer de que é um meio barato, um estratagemma vulgar com o qual se obvia à desagradável impressão que, sem esse elemento da cor, a pobreza imaginativa de certas casas não deixaria de provocar. E, como sucede com outros acabamentos da actual construção, quando o processo empregado não seja da melhor qualidade, a sua deterioração — com desbotamentos e descascamentos — deprecia o panorama das vias-públicas da maneira mais antipática. — Enfim, estes coloridos fáceis exigem as repinturas periódicas, que assim acabam por se justificar num círculo vicioso.

Tal qual na pintura de Arte, em que o colorista não é o pintor que emprega muitas tintas, assim o interesse colorístico das cidades não se obtém pela aplicação de todas as tintas que se acham à venda na droguaria. Na maior parte das cidades dos países mediterrâneos, a cor característica de cada uma é dada pela aplicação assaz discreta de uma escolha de poucos tons, quase sempre terras naturais, sem emprego de óleo. Onde se encontra maior variedade de cores é sempre com feição popular em pequenas modestas povoações.

Estaria agora talvez chegada a altura de acrescentarmos qualquer coisa mais sobre o estilo, propriamente dito, das casas, apresentando uma espécie de programas que porventura fossem de recomendar para a architectura metropolitana. Mas, temos falado já tanto de construção, de materiais, cores e acabamentos, que só me parece ter estado a redigir um caderno de encargos, e VV. Ex.<sup>as</sup> devem estar secados de tanto condicionamento... Se falássemos agora um pouco de coisas muito diferentes, para variar; se falássemos de música — por exemplo?

Tivesse eu de dirigir uma filarmónica, antes de pensar nos programas, havia de me preocupar primeiro muito mais com a qualidade dos músicos que os teriam de executar; havia de querer conhecer a sua formação musical, saber se são dotados de ouvido apurado, se cultivam a boa música — e também o seu espírito, se possuem óptimos instrumentos, deles conseguindo tirar uma sonoridade rica e nobre, etc. Só depois me importaria com os programas. os melhores trechos, mal executados, deixam de ser o que o papel promete, o que o programa anuncia. Não há nada que se pareça menos com uma coisa bem executada, que a mesmíssima coisa mal interpretada.

Ora eu creio que toda a obra de Architectura só muito raramente será produto de um artista que a conceba inteiramente à sua vontade. Regra geral é que a obra architectónica corresponda à criação de um consórcio entre o Architecto e a entidade que promoveu ou que custeia o empreendimento; e há-de ser muito difícil, entre nós, obterem-se resultados coroados de êxito artístico que, postos em correnteza, constituam um daqueles sectores de urbanização a que, com propriedade, se possa chamar uma rua, avenida, praça ou bairro harmonioso. Quanto menos então, com o nosso conhecido feio e a nossa desprezada deficiência cultural, poderíamos por sombras aspirar a uma harmonia generalizada em toda a urbe. — É certo que se têm atingido resultados

muito satisfatórios em bairros construídos em circunstâncias especiais pelo sistema usado em Alvalade, mas lá onde impere o livre arbítrio, caímos na exibição do que chamei as variegadas e multifárias arquiteturas, onde certamente alguma coisa há de aproveitável, mas em que se não podem descobrir sinais de uma harmonia de conjunto ou de uma conciliação com os elementos paisagísticos locais.

Todo o instrumento de que se pretenda tirar o melhor efeito possível, precisa da sua caixa de ressonância. Não basta imaginar-se um belo projecto. Quem executa precisa de o saber interpretar; quem o aproveita há-de secundá-lo com a sua compreensão, o seu apreço e até a sua colaboração nas partes acessórias ou complementares; e a obra assim acabada só vibrará plenamente na sua idealidade quando possa reflectir o espírito de quem dela dia a dia se acerca. — E de aqui o difícil. O nosso mal é faltar em absoluto aquele mínimo de cultura artística sem o qual não pode existir a tal ressonância indispensável que uma obra de Arte em geral, e uma obra de Arquitectura em especial, exige para viver para além do papel sobre que é desenhada. E sou em dizer que esta congruência entre a criação do artista e a apreciação dos leigos é o segredo da prodigiosa perpetuidade de que gozam as melhores obras de Arte; para o explicarmos, seria preciso sondar o misterioso fundo étnico das afinidades.

Se ao menos se conseguisse certa discreção e calma nas construções que se alinham ao longo dos mais pretensiosos arruamentos, evitando ao transeunte a exibição de uma fantasia exacerbada que contende com o sistema nervoso de cada um! Dá-nos vontade de exigir delicadamente aos construtores de casas o que com diplomacia se observa no canto inferior dos cartões de convite dirigidos às pessoas da sociedade: «trajo de passeio»... por favor!

Em vez disto, da elegante sobriedade que se esperaria lá onde as obras architectónicas parece que deveriam assumir mais responsabilidade representativa; em lugar de um certo parentesco entre as construções que seria natural corresponderem um pouco ao estilo do nosso trajar masculino, o qual na cidade se não distingue por cores berrantes ou por feitiços extravagantes, — em vez disso, algumas ruas há que nos sugerem positivamente um baile de máscaras, em que encontramos tudo, desde a casa mais patrasana chamada «à antiga portuguesa» (cuja responsabilidade insistem em me querer assacar), até à vivenda da última hora construída em estilo «automotora».

De nada serve o admirável exemplo das construções cidadinas de há pouco mais de cem anos, com a sua escala sempre acertada, a sua discreta compostura, a honestidade dos seus elementos architectónicos e dos seus processos construtivos, o seu ar seguro, civilizado, europeu. Nem sequer se pode invocar este exemplo, porque a superficialidade do nosso feito e a pronta suficiência da nossa mentalidade, logo estabeleceriam a fatal confusão entre o que aqui se oferece como paradigma eficiente e uma suposta selecção de moldes para serem copiados, mais ou menos escrupulosamente.

Não está certo que se inculpe tanta vez, sempre tão levemente, a Câmara Municipal como tendo responsabilidade neste estado de coisas. Se a discussão encetada sobre «Arquitectura de Lisboa» não representa um simples devaneio ou passatempo, não se espere remediar as nossas deficiências nesse campo só com regulamentos ou qualquer programação de boa vontade. O mal não pode ser tratado pela rama; há que descer ao fundo das suas origens e reconhecer que a Arquitectura — Arte social, colectiva, por excelência —, posto que influenciada pelas circunstâncias de ocasião, precisa de haurir as suas forças vitais dos fundos subconscientes da psicologia de um povo. É como a árvore que, embora sacudida pelas intempéries, não perde as suas características

e vive enraizada no húmus em que se criou. E, como acima já o dissemos, a ressonância geral é indispensável, imprescindível para que exista uma arquitectura definida, forte em sua substância, representativa de alguma coisa mais do que de caprichos do gosto individual ou de correntes devaneadoras. O que é preciso primeiro é que surja essa *alguma coisa mais*, e para tanto é necessário que se proporcionem os elementos educativos que permitam uma formação mental completa, integral, dos indivíduos, com possibilidade de desenvolvimento de todas as suas faculdades sensitivas.

Evidentemente, esta missão não compete à Câmara Municipal.

*Raul Lino.*

★

A conferência que acima se publica obteve o prémio municipal Júlio César Machado, em 1953, foi proferida na Sede do Grupo Amigos de Lisboa, em 29 de Janeiro de 1953 e publicada em *Olisipo* n.º 62, de Abril de 1953. Publicando-a prestamos a nossa homenagem a um dos mais devotados colaboradores da Câmara Municipal.



# ACONTECIMENTOS CITADINOS

POSSE DO DIRECTOR DOS SERVIÇOS  
DE URBANIZAÇÃO E OBRAS  
ENGENHEIRO JOÃO MARIA SILVA  
DE OLIVEIRA E SOUSA



NO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO  
DE LÚCIO DE AZEVEDO:  
DESCERRAMENTO DA LÁPIDA COMEMORATIVA,  
NO PRÉDIO DA AVENIDA DE BERNE, 9



INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO  
CULTURAL NO PALÁCIO GALVEIAS



VISITA DA PRESIDÊNCIA  
E VERAÇÃO AOS EDIFÍCIOS  
RELACIONADOS COM  
O ABASTECIMENTO DA CAPITAL

NA CENTRAL PASTEURIZADORA DE LEITE



NO MATA-  
DOURO FRIGO-  
RÍFICO DOS  
OLIVAIS



O VICE-PRESI-  
DENTE DA  
CAMARA  
MUNICIPAL  
DE LISBOA  
DISCURSANDO  
NO ACTO  
INAUGURAL  
DO BUSTO  
DE CESÁRIO  
V E R D E



INAUGURAÇÃO  
DO BUSTO  
DE CESÁRIO  
V E R D E





AGRADECIMENTO DO GINÁSIO  
CLUBE PORTUGUÊS  
À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
PELO AUXÍLIO DADO  
À CONSTRUÇÃO  
DO SEU NOVO EDIFÍCIO-SEDE



NOVO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA  
DE SANTA ENGRÁCIA



INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA  
MUNICIPAL DE PEDROUÇOS  
CONSTITUÍDA POR ESPÉCIES  
BIBLIOGRÁFICAS OFERECIDAS  
PELO REV. PADRE RUELA POMBO

VISITA DA PRESIDENCIA  
E VERAÇÃO DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE LISBOA AS OBRAS  
MUNICIPAIS EM CURSO



EXERCÍCIO PARA A DEFESA CIVIL  
DO TERRITÓRIO NA PRAÇA DA FIGUEIRA



DESCERRAMENTO DA LÁPIDA  
DE HOMENAGEM À MEMÓRIA  
DO INTENDENTE PINA MANIQUE,  
NO SEU 150.º ANIVERSÁRIO





INAUGURAÇÃO DO PAVILHÃO  
DO MUNICÍPIO NA FEIRA POPULAR,  
COM A PRESENÇA  
DO SR. MINISTRO DO INTERIOR



UM ASPECTO DO PÚBLICO JUNTO  
DA PLANTA DA CIDADE DE LISBOA



OUTRO ASPECTO DO PÚBLICO  
A VOLTA DA MAQUETA  
DA TRANSFORMAÇÃO DO PERFIL  
DA AVENIDA DA LIBERDADE



## NOTA ETNOGRÁFICA

# OS PREGÕES POPULARES DA S RUAS DE LISBOA

(ADITAMENTO)

Com este mesmo título, foi publicado um pequeno estudo no último número da *Revista Municipal* (págs. 35 a 43).

Por lapso, sempre lamentável, muitas vezes, porém, como neste caso, justificável e justificado, não acompanharam o texto as ilustrações, que lhe cabiam. Frequentemente, as ilustrações dizem mais do que o texto ilustrado por elas; agora, não era bem assim: as ilustrações eram apenas colaboração complementar, como o pode ser o traje ou a compostura, quando se limita à nota secundária de apresentar exterioridade ou apenso ao assunto do texto.

Pregões das ruas de Lisboa requeriam a figuração fortuita dos pregoeiros. Nota de costumes pedia alguma coisa mais que a menção deles. E a curta galeria de vendilhões pregoeiros faria talvez falta. Poderia ela não ser observada, por faltarem chamadas no texto a cada uma delas ou a todas as ilustrações em conjunto.

Falta capital foi a das anotações musicais do Prof. Luís de Freitas Branco. Assunto, ligado a determinadas manifestações de modulação e canto, reclamava tradução musical delas. E essa anotação estava feita para algumas das mais curiosas e sugestivas formas dos pregões da Capital.

Quem se tenha dado à curiosidade etnográfica de ler o texto, deve ter estranhado que nele se mencionasse o apontamento musical do Prof. Freitas Branco, e faltasse onde o esperava. Aconteceu assim com a ilustração musical, e não com as ilustrações de figuras. Por isso era necessário que a pauta surgisse; dispensar-se-ia, afinal, que as figuras dos pregoeiros viessem completar, mais cedo ou mais tarde, o que eram chamadas a fazer.

Decidido que todas, desde que estavam reunidas e prontas a entrar na publicação, fossem publicadas em conjunto, aqui está a razão de completarem neste número o estudo truncado no anterior.

É, pois, um aditamento, que vem preencher as faltas apontadas.

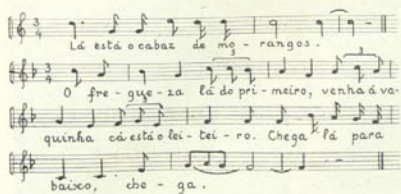
*Luís Chaves.*

## ANOTAÇÕES MUSICAIS DE PREGÕES DE LISBOA, PELO PROF. LUÍS DE FREITAS BRANCO

Pregões de Lisboa

66

VENDILHÕES PREGOEIROS, DE LISBOA



AZEITEIRO



PRETA DO MEXILHÃO



SALOIO DO BURRO



RAPAZ VENDEADOR DE PALITOS  
E ROCAS



HORTALICEIRA



QUINQUILHEIRO



VENDEDEIRA DOS MORANGOS  
DE SINTRA



LEITEIRA — SALOIA



O VELHO DOS PINHÕES



RAPARIGA DOS TREMOÇOS



VENDEDOR DE «ABAT-JOURS»



A MULHER DA FAVA RICA



CAMPINO DO RIBATEJO



O SALOIO QUE VAI À VENDA



O VENDEDOR  
DE «QUENTES E BOAS»



VENDEDOR DE OSTRAS





## A VOZ DA CIDADE

Todas as sextas-feiras às 21.30 horas, ao microfone da Emissora Nacional (Lisboa II):

### PROGRAMA DE ABRIL

#### DIA 1

- *Edital* — Miradouros de Lisboa.
- *Homenagem a Matos Sequeira* — Sobre a homenagem a um grande olisipógrafo.
- *O velho Convento de Xabregas* — Descrição histórica do Convento de Xabregas.
- *Aguarela Lisboeta* — O Largo do Carmo.

#### DIA 8

- *Abertura* — O centenário do nascimento de José Malhoa.
- *Os Mártires, a Páscoa, a Cidade* — Lisboa e a Semana Santa.
- *Lisboa 1584* — Comentário de um italiano, sobre a cidade.
- *Notícias da cidade* — Sobre as várias actividades camarárias.
- *Quadros pitorescos de Lisboa* — A Feira da Ladra.

DIA 15

- *Abertura* — Um campo de hipismo na Serra de Monsanto?
- *Notícias da cidade... há dois séculos atrás* — Coisas, que os tempos não mudaram.
- *A sessão da Câmara* — Sobre a reunião mensal da Câmara Municipal de Lisboa.
- *As festas de Lisboa e outras notícias* — Actividades camarárias.
- *Lisboa Antiga* — Bairros típicos de Lisboa — O Bairro Alto.

DIA 22

- *Edital* — Os transportes fluviais entre as margens do Tejo.
- *O Presidente do Brasil visita Lisboa* — Portugal abraça a Nação irmã.
- *Homenagem a Cesário* — Inauguração do busto de Cesário Verde.
- *O sítio de Chelas* — Sua história e lenda.
- *Lisboa em festa* — Acerca das Festas da Cidade.

DIA 29

- *Abertura* — A Casa dos Bicos, futuro museu da capital.
- *Lisboa recebe o Presidente do Brasil* — Acerca da visita presidencial do Dr. Café Filho.
- *Grandes obras na cidade* — Visita do Município a várias obras, em vias de conclusão, da cidade.
- *Figuras típicas de Lisboa* — O taberneiro de Lisboa.
- *Junho* — *Grandes Festas de Lisboa* — Sobre as Festas da Cidade.

PROGRAMA DE MAIO

DIA 6

- *Edital* — O viaduto da Avenida General Roçadas.
- *Notícias da cidade* — Sobre as diversas actividades camarárias.
- *As Festas da Cidade* — Acerca das Festas de Junho de 1955.
- *As Festas da Cidade de ontem e de hoje* — As danças populares — danças de todos os tempos.

DIA 13

- *Abertura* — Lisboa, cartaz turístico.
- *Acção Cultural* — Sobre a inauguração da Biblioteca de Pedrouços.
- *Notícias municipais* — Actividades camarárias.
- *As festas da nossa cidade* — Acerca das Festas de Lisboa de 1955.
- *O tesouro do Paço da Bemposta* — História e lenda do Paço da Bemposta.

DIA 20

- *Edital* — O cortejo das viaturas do século XIX.
- *A reunião mensal do Município* — Sobre vários assuntos de interesse cidadão.
- *Notícias da cidade* — Acerca das actividades camarárias.
- *Uma Praça de Touros no Salitre* — Um alegre passatempo dos nossos avós.
- *As Grandes Festas da Cidade serão admiráveis espectáculos de cor* — Sobre as Festas de Junho de 1955.

## DIA 27

- *Edital* — Sobre a estátua do Santo Padroeiro de Lisboa.
- *Os ensaios das Marchas Populares de Lisboa* — Sobre a radiodifusão das Marchas Populares lisboetas.
- *Uma romaria a dois passos de Lisboa* — Tomás Ribeiro e o sítio da Senhora da Rocha.
- *As Grandes Festas da Cidade* — Acerca das Festas de Junho de 1955.

## PROGRAMA DE JUNHO

### DIA 3

- *Edital* — Cuidar de uma grande cidade, não é coisa fácil.
- *As Grandes Festas da Cidade* — Sobre as Festas de Junho.
- *Notícias de Lisboa* — Acerca das actividades camarárias.
- *A Exposição «Lisboa e os Poetas», no Palácio Galveias* — Uma exposição, evocando os poetas da língua portuguesa.

### DIA 11

- *Edital* — Junho, no calendário lisboeta, mês dos Santos Populares e dos poetas.
- *O Concurso das Marchas Populares* — O concurso radiofónico das Marchas Populares.
- *Um momento apenas* — Uma data e um nome.
- *Uma figura típica do Passeio Público* — Justino Soares, mestre de dança.

### DIA 17

- *Edital* — O aniversário do nascimento de Machado de Castro.
- *Lisboa e os Poetas* — Sobre a Exposição «Lisboa e os Poetas».
- *Um arraial na Praça da Figueira... ou talvez não* — Acerca da demonstração da Defesa Civil do Território, na Praça da Figueira.
- *Nossa Senhora da Graça, velha devoção alfacinha* — Os pescadores e a Senhora da Graça.

### DIA 24

- *Edital* — A semana dos produtos nacionais.
- *Problemas da cidade* — Sobre a reunião mensal do Município.
- *Notícias da cidade* — Actividades camarárias.
- *A última notícia* — O Pavilhão da Câmara Municipal da Feira Popular.
- *Poetas da cidade* — Lisboa e os seus poetas.
- *Quando a cidade vai ao mercado* — Imagens pitorescas dos mercados citadinos.





# PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS

POSTURAS E  
REGULAMENTOS,  
EDITAIS,  
DELIBERAÇÕES  
E DESPACHOS

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1955



## POSTURAS, REGULAMENTOS E EDITAIS

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1955

POSTURAS E REGULAMENTOS APROVADOS NAS REUNIÕES CAMARARIAS

De 19/5 — Nova redacção do artigo 10.º da Organização de Serviços Municipais.

### EDITAIS

De 6/4 — N.º 8/55 — Faz saber que o projecto do 1.º orçamento suplementar para o ano de 1955 está patente ao público.

De 30/6 — N.º 9/55 — Faz público que foram atribuídos as seguintes denominações: à praça em construção junto à Rua de S. Bento — Largo Hintze Ribeiro; à Rua A, à Calçada do Poço dos Mouros — Rua Neves Ferreira; e ao Largo do Intendente — Largo do Intendente Pina Manique.

## DELIBERAÇÕES E DESPACHOS DE EXECUÇÃO PERMANENTE

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1955

DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

De 14/4 — Aprovando a conta de gerência do ano de 1954.

\* Aprovando o 1.º Orçamento Suplementar para o ano de 1955.

De 19/5 — Aprovando o «Projecto de Construção de Arruamentos da Quinta do Travaços e Alto dos Moinhos».

\* Ratificando a deliberação de 2/1 do corrente ano que aprovou o regime de vencimentos do Decreto-Lei n.º 40.014, de 31/12/1954, e esclarecendo que a mesma deliberação respeita não só às remunerações do pessoal em exercício como também aos reformados e é extensiva às pensões e todas as subvenções a que os funcionários tenham direito por lei ou deliberação municipal.

\* Autorizando a alienação de uma parcela de terreno com a área de cerca de 61.300m<sup>2</sup>, limitada pela Travessa das Laranjeiras, Estrada das Laranjeiras, Caminho de Ferro e Estrada de Benfica, e destinado à construção de parque de material e oficinas do Metropolitano.

De 16/6 — Aprovando uma moção relativa a localização de doca de pesca em Pedrouços e à sua exploração.

### DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Diário Municipal n.º 5.989, de 2/4 — Aprova as condições especiais de alienação de 6 lotes de terreno municipal, situados na Avenida Infante Santo, destinado à construção de prédios de rendimento de tipo médio.

D. M. n.º 6.016, de 5/5 — Determina: a) que os requerimentos de construção nova não têm que ser acompanhados de qualquer prova dos direitos do requerente ao terreno onde a construção se vai implantar; b) que o averbamento e registo dos documentos respeitantes a um prédio só pode fazer-se em nome do seu novo proprietário, em caso de transmissão.

D. M. n.º 6.019, de 9/5 — Autoriza que, até à reforma do «Regulamento de Fardamentos e Distintivos do Pessoal» os sobretudos de pano azul devam considerar-se com duração de 2 anos e que aos continuos, incumbidos de auxiliarem o pessoal encarregado da limpeza das instalações, sejam distribuídas batas, a fim de protegerem os seus uniformes.

D. M. n.º 6.036, de 28/5 — Autoriza a distribuição de batas aos serventes e paquetes encarregados da limpeza das instalações onde prestam serviço, a fim de protegerem os seus uniformes.

D. M. n.º 6.043, de 6/6 — Fixa os modelos, tipo de tecido e prazos de duração dos fardamentos destinados ao pessoal que no Matadouro Municipal presta serviços na matança, carregação e distribuição de carnes ou que trabalha nas oficinas de produtos e subprodutos.

\* Fixa as condições especiais de alienação de um lote de terreno, na Rua Marquesa de Alorna, destinado à construção de prédio de rendimento; de um lote na Avenida Infante Santo; de três lotes na mesma Avenida e destinados a prédios de rendimento de tipo médio; de dois lotes na Encosta do Restelo destinados a moradias; de dois lotes no Bairro de Casas Económicas da Encarnação, destinados a moradias; e de um lote para fins industriais, situado na Avenida Infante D. Henrique.



# LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

**LEIS, DECRETOS  
E PORTARIAS,  
DESPACHOS,  
CIRCULARES  
E OFÍCIOS,  
ACÓRDÃOS.**

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1955



## I

### LEIS, DECRETOS E PORTARIAS DE INTERESSE MUNICIPAL

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1955

Do Ministério das Obras Públicas — *Portaria de 16/8* — Determina que sejam desafectadas da concessão à Companhia das Águas de Lisboa várias parcelas de terreno para serem cedidas por troca à Câmara Municipal de Lisboa. (*D. G., II Série, n.º 77, de 1/4*).

De 4/4 — *Decreto n.º 40.114* — Dá nova redacção ao artigo 34.º do Decreto n.º 36.702, que reorganiza os serviços do Gabinete do Ministério do Interior, da Secretaria-Geral e Direcção-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior. (*D. G., I Série, n.º 74 e D. M. n.º 6.006, de 23/4*).

De 16/4 — *Decreto-Lei n.º 40.137* — Dá nova redacção ao artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 38.065, de 24/11/1950, que introduz alterações nas organizações de serviços das Câmaras Municipais de Lisboa e Porto. (*D. G., I Série, n.º 83*).

De 21/4 — *Decreto-Lei n.º 40.138* — Autoriza o Ministério das Obras Públicas a conceder à Câmara Municipal de Lisboa um subsídio, não reembolsável, para fazer face a parte das despesas com a aquisição e demolição de um prédio da Travessa do Tesouro. (*D. G., I Série, n.º 47*).

De 27/4 — *Portaria n.º 15.868* — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Centro, das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30.335 e de todas as que se destinam ao fundo especial das Comissões Venatórias de determinados concelhos. (*D. G., I Série, n.º 91*).

De 15/6 — *Portaria n.º 15.492* — Determina que seja cobrada em estampilhas do imposto de selo a receita do Estado respeitante ao exame médico a que se referem as instruções sobre o boletim de sanidade, aprovadas pela Portaria n.º 13.412, de 6/1/1951 (boletim de sanidade do pessoal empregado no fabrico e venda de pão). (*D. G., I Série, n.º 130*).

De 21/6 — *Decreto-Lei n.º 40.194* — Actualiza a restrição estabelecida no artigo 49.º do Regulamento do Imposto do Selo, aprovado pelo Decreto n.º 12.700, de 20/2/1926.

\* *Portaria n.º 15.431* — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Sul das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30.335 e de todos os que se destinam ao fundo especial das Comissões Venatórias de determinados concelhos. (*D. G., I Série, n.º 135*)

## II

### DESPACHOS, CIRCULARES E OFÍCIOS EMANADOS DO GOVERNO

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1955

#### 2) — CIRCULARES

##### A) DA DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL

De 18/4 — *N.º G-1/1, L.º 14-A, 2.ª Repartição* — Pela circular desta Direcção-Geral, n.º Z-1/18, L.º 89, de 4 de Fevereiro de 1942, foram expedidas instruções no sentido de se obviar à dificuldade suscitada pela determinação constante da alínea c) da circular da Direcção-Geral da Fazenda Pública n.º 52, de 29 de Maio de 1934 — da remessa das importâncias que os credores residentes fora do concelho têm a receber das câmaras municipais.

Verificando-se, porém, que os interessados, após o recebimento do dinheiro devido, nem sempre effectuam a remessa do recibo a que se refere a circular inicialmente citada, do que resulta não ficar provada a desobrigação por parte da câmara, transmite às câmaras municipais, em complemento da circular n.º Z-1/18, que, o chefe de secretaria deverá juntar ao recibo provisório, no prazo de vinte e quatro horas, talão comprovativo da remessa do dinheiro por vale de correio ou cheque da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Providência.

De 12/5 — N.º X-5/4, L.º 15-A, 2.ª Repartição — Para conhecimento das câmaras municipais transmite os seguintes esclarecimentos acerca da organização do inventário dos baldios a que tenham de proceder:

Ao elaborarem, nos termos do artigo 391.º do Código Administrativo, o inventário dos terrenos baldios existentes no respectivo concelho e para efeito de se definirem as suas condições de aproveitamento e a aptidão cultural quanto à arborização (n.ºs 4.º e 5.º do citado artigo e n.º 1.º do artigo 395.º) devem obter, antes do processo ser exposto ao público para reclamação, pareceres da Junta de Colonização Interna e da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

De 24/5 — N.º Z-1/7, L.º 15-A, 2.ª Repartição — Para conhecimento das câmaras municipais, transmite os esclarecimentos a seguir mencionados, respeitantes a dívidas que, por parte de alguns daqueles corpos administrativos, têm sido levantadas na aplicação do Código da Estrada e seu Regulamento, aprovados, respectivamente, pelos Decreto-Lei n.º 39.672, de 20 de Maio do ano findo e Decreto n.º 39.987, de 22 Dezembro seguinte:

1.º

E devido o adicional de 30 % de que trata o § único do artigo 724.º do Código Administrativo nas licenças a conceder nos termos do artigo 54.º do Código da Estrada, conforme despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Tesouro, de 14 de Abril, p. p.

2.º

A licença de condução de velocípedes, que é do modelo anexo ao Regulamento, habilita o titular a conduzir tanto velocípedes com motor como sem ele, visto o Código não fazer qualquer distinção entre as duas espécies de veículos.

Em face, porém, do disposto na última parte do n.º 2 do artigo 54.º do Código, desde que o impetrante da licença seja menor de 14 anos, na mesma deve ficar consignado que o seu titular só pode conduzir velocípedes com motor auxiliar depois de completar aquela idade.

Sendo a licença para condução de velocípedes uma só, a fixação de taxas diferentes consoante a licença se destinasse a condução de veículos com ou sem motor, como por algumas câmaras chegou a ser admitido, deixou de ter qualquer justificação aceitável.

3.º

A matrícula dos velocípedes e dos veículos de tracção animal não exclusivamente utilizados em serviços agrícolas, é feita mediante a apresentação dos boletins dos modelos anexos ao Regulamento, devidamente preenchidos.

4.º

As assinaturas dos requerimentos (em papel comum) respeitantes à matrícula dos veículos de tracção animal exclusivamente utilizados em serviços agrícolas (artigo 35.º, n.º 2, do Regulamento), devem ser *sempre* reconhecidas por notário.

Igualmente em papel comum e com a assinatura reconhecida devem ser formulados os pedidos, quando escritos, relativos à substituição dos livretes de matrícula, prevista no n.º 7 do artigo 42.º do Código.

5.º

As chapas de matrícula de veículos de tracção animal e de velocípedes têm de obedecer às características do artigo 38.º do Regulamento e aos modelos constantes do quadro n.º 12 a ele anexo, inscrevendo-se nas destinadas aos veículos isentos de impostos de trânsito a palavra «Isento».

6.º

Tais chapas, bem como os certificados de matrícula (livretes), sendo adquiridos pelas câmaras mediante o pagamento do seu custo, não podem ser fornecidos gratuitamente, mesmo tratando-se de veículos de tracção animal empregados exclusivamente em serviços agrícolas.

7.º

Não parece justificar-se a cobrança de taxas diversas pela concessão de cartas, conforme se trate de carroceiros, de cocheiros amadores ou de cocheiros profissionais, desde que se prevê habilitação idêntica e um só documento comprovativo da mesma habilitação para conduzir quaisquer veículos de tracção animal. Sendo assim, deve a taxa a fixar ser de quantitativo uniforme e conter-se no limite de 55\$00.

Outros esclarecimentos se aguardam, e estes relativos a imposto do selo — trata-se de saber se os boletins de matrícula estão ou não sujeitos a imposto do selo e qual o alcance, para o mesmo efeito, da expressão «sem qualquer encargo» contida no n.º 2 do artigo 35.º do Regulamento —, os quais serão oportunamente comunicados. (D. M. n.º 6.040, de 2/6).

De 22/6 — P. Q-6/3, L.º 15-A, 2.ª Repartição — Em aditamento à circular desta Direcção-Geral, n.º Z-1/14, L.º 13-A, de 18 de Outubro de 1954, informa de que, de futuro, deverão ser remetidos em duplicado todos os elementos respeitantes ao lançamento de derramas, inclusive o respectivo pedido.

Aproveito o ensejo para esclarecer as câmaras municipais de que, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 36.448, de 1 de Agosto de 1947, é obrigatória a isenção dos pequenos contribuintes e que, em regra, tem-se adoptado o critério de isentar aqueles cuja colecta anual não exceda 100\$00.



**Da Direcção-Geral da Contabilidade Pública — N.º 268, Série A, de 3/6 — Assunto: Caixa Geral de Aposentações —** Descontos legais a efectuar a subscritores da referida Caixa em face do disposto no artigo 2.º e seu § único, do Decreto-Lei n.º 39.943, de 7/10/1954. Resolução: O Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência concordou com a orientação da 2.ª Repartição desta Direcção-Geral e com a doutrina constante da Circular n.º 1.483, de 24 de Março de 1939 da mesma repartição, de que tudo se faz o seguinte resumo:

Subscritores inscritos anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 39.842, de 7 de Outubro de 1954:

Vencimento superior a 1.200\$00 mensais — A contribuição para a Caixa Geral de Aposentações é de 6 % sobre o vencimento e outras remunerações acessórias sujeitas a desconto de quota;

Vencimento igual ou inferior a 1.200\$00 mensais — A contribuição para a referida Caixa é de 5 % sobre o vencimento e outras remunerações acessórias sujeitas a desconto de quota;

Subscritores inscritos posteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 39.842 de 7 de Outubro de 1954:

A contribuição para a Caixa Geral de Aposentações é sempre de 6 % quer o vencimento seja inferior, igual ou superior a 1.200\$00, mensais a incidir sobre o vencimento e outras remunerações acessórias, sujeitas a desconto de quota.

Enquanto, porém, os quantitativos das remunerações acessórias não forem revistos, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 39.842, a contribuição relativa a estas remunerações será de 4 %.

Subscritores providos em novos cargos e quadros e que estejam beneficiando da taxa reduzida de 5 %: Relativamente a servidores já subscritores da Caixa Geral de Aposentações anteriormente a 1 de Outubro de 1954, e que estejam beneficiando da taxa reduzida de 5 %, se, posteriormente, vierem a ser providos noutros cargos dentro do mesmo quadro ou em quadro diferente, a que corresponda, também, vencimento igual ou inferior a 1.300\$00 mensais, é de manter a contribuição de 5 %, ainda que, para poderem ser providos nos novos cargos, tenham de pedir a exoneração dos cargos que exerciam antes.

Em relação, porém, aos servidores que pedirem a exoneração e só mais tarde voltem ao serviço do Estado, deverão ser considerados, para efeitos do artigo 2.º e seu § único do Decreto-Lei n.º 39.843, de 7 de Outubro de 1954, como novos funcionários e sujeitos à contribuição de 6 %.

Assalariados: Seguem-se as mesmas regras, tendo, no entanto, em atenção que a taxa de 5 % ou 6 %, segundo os casos, deve incidir, directamente sobre a importância do salário abonado. Se o salário for reduzido por motivo de doença, nos termos do artigo 2.º e seus §§ 1.º e 2.º, do Decreto-Lei n.º 26.334, de 4 de Fevereiro de 1936, a respectiva taxa de desconto para a Caixa Geral de Aposentações, deve incidir sobre a totalidade do salário a que teria direito se estivesse na efectividade do serviço.

Observações a apor nas folhas de vencimentos:

Para efeitos de conferência deverá indicar-se sempre, nas folhas, quando delas constem servidores abrangidos pelo § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 39.843, de 7 de Outubro de 1954, a observação de que já eram subscritores da Caixa Geral de Aposentações anteriormente a 1 de Outubro de 1954.

Ficam revogadas as circulares da 2.ª Repartição desta Direcção-Geral n.ºs 3.831 e 1.485, respectivamente de 18 de Outubro de 1938 e 24 de Março de 1939 nesta reproduzidas, em ordem a integrar a doutrina delas constante, depois de devidamente adaptada, na colecção de circulares da série A, iniciada em 21 de Fevereiro de 1948. (D. M. n.º 6.085, de 28/7).

### III

## ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

PUBLICADO DE 1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1955

De 9/7/1954 — Nenhuma dúvida sofre que o recorrente ocupa aquele lugar (escriturário do quadro privativo) na Câmara Municipal de Vila Viçosa e que, na doutrina, são funcionários públicos os funcionários administrativos.

Todavia, a lei distingue entre uns e outros e reserva aquela designação para os funcionários do Estado, como se infere do confronto entre o n.º 2.º do artigo 460.º do Código Administrativo e o § do mesmo artigo.

Quer dizer que a equiparação feita no Código Administrativo entre os funcionários do Estado e os funcionários administrativos, para o efeito de isenção de limite dos 35 anos de idade, diz respeito ao pessoal referido no artigo 455.º do citado código, e não aos funcionários de administração central. (D. G., II Série, n.º 90, de 16/4).

De 16/7/954 — Naquelas condições, o recurso hierárquico, usado pelo recorrente, era facultativo, e sempre se tem julgado que esse recurso é irrevelante para efeitos contenciosos.

Com efeito, uma vez que o decurso do prazo peremptório faz extinguir o direito ao recurso (artigo 146.º do Código de Processo Civil), o despacho recorrido limitou-se a confirmar uma decisão que fez trânsito e já não pode ser afectada pela apreciação jurisdicional do despacho confirmativo.

Procede, pois, a deduzida excepção, o que prejudica o conhecimento do mérito do presente recurso, cuja resolução, aliás, não melhoraria a posição do recorrente, já porque este na sua defesa de fls. 22 a fls. 26 confessa a existência material do facto da agressão e não pode deixar de classificar-se de acto de indisciplina ou insubordinação grave; já porque o não terem sido ouvidas as testemunhas de defesa sobre o seu bom comportamento anterior, além de as mesmas testemunhas não terem sido arroladas, nos termos prescritos no § 2.º do artigo 32.º do regulamento de 1913, o relatório do inquiridor deu como provado esse bom comportamento; já porque a omissão na nota de culpa das disposições legais infringidas não foi articulada na petição e o recorrente tinha dela conhecimento quando a elaborou, nem era irregularidade que afectasse as garantias legais de defesa do arguido. *[D. G., II Série, n.º 91, de 18/4].*





# BIBLIOGRAFIA

**REGISTO DE  
PUBLICAÇÕES COM  
INTERESSE MUNICIPAL  
ENTRADAS NA  
BIBLIOTECA CENTRAL**

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1955



1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 1955

EM ABRIL:

- Metropolitano de Lisboa — Relatório e Contas de 1954.  
Câmara Municipal do Concelho de Manteigas — Relatório da gerência de 1954.  
Dos barcos miúdos de Lisboa, por *Luis Chaves* — Separata do n.º 62 da «Revista Municipal» — Câmara Municipal de Lisboa.  
Câmara Municipal do Concelho de Santa Comba Dão — Relatório de 1954.  
A indemnização comercial nas expropriações por utilidade pública, por *Raul Castro*.  
Câmara Municipal de Aljustrel — Tabela de taxas e licenças — 1955.  
Câmara Municipal do Concelho de Coimbra — Conta da gerência de 1954.  
Câmara Municipal do Concelho de Coimbra — Conta da gerência da zona de Turismo de 1954.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — Ano XX — N.ºs 986 a 989 — Março de 1955.  
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.  
Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal — Boletim n.º 7 — Julho de 1954.  
Diário Municipal — N.ºs 5.961 a 5.987 — Março de 1955 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada — Janeiro de 1955.  
Câmara Municipal de Velas — Regulamento do serviço de abastecimento de água à vila de Velas.

EM MAIO:

- Câmara Municipal de Aveiro — Relatório da gerência de 1954.  
Câmara Municipal de Mealhada — Relatório de 1954.  
O Paço da Ajuda, por *Francisco Cândia* — Fasc. II — 1955.  
Acórdãos da Relação de Lisboa, por *Albano Cunha* — Tomos III e IV — 1954.  
Douro-Litoral — Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História — Sexta série VII-VIII — Edição da Junta da Província — Porto, 1955.  
Câmara Municipal de S. João da Madeira — Relatório de 1954.  
Câmara Municipal de Lisboa — 1.º Orçamento Suplementar ao ordinário de 1955.  
Câmara Municipal de Lisboa — Acta n.º 222 — Reunião de 17 de Fevereiro de 1955.  
Um lisboeta ilustre o conselheiro, capitão-de-mar-e-guerra João António Brissac das Neves Ferreira, por *Américo Cortês Pinto* — Separata da «Revista Municipal» — Câmara Municipal de Lisboa.  
O Quartel do Regimento de Lippe, por *Alfredo Ferreira Nascimento* — Separata da «Revista Municipal» — Câmara Municipal de Lisboa.  
Câmara Municipal de Lisboa — Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento de João Lúcio de Azevedo — 1955.  
Câmara Municipal de Lisboa — Disposições aplicáveis à Cobrança de Impostos Taxas e outras Receitas do Município — 1955.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — Ano XX — N.ºs 990 a 994 — Abril de 1955.  
Câmara Municipal do Porto — Boletim Cultural — Vol. XVII — Fascs. 3-4 — Setembro, Dezembro de 1954.  
Câmara Municipal do Concelho de Armamar — Postura sobre pesos e medidas.  
Câmara Municipal de Vila do Conde — Serviços Municipalizados de Água e Luz — Relatório e contas de 1954.  
Diário Municipal — Ano XX — N.ºs 5.988-6.012 — Abril de 1955 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo — Relatório, balanço e contas do ano de 1953.  
Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso — Postura sobre pesos e medidas — 1954.  
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.

EM JUNHO:

- Câmara Municipal de Portel — Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água à Vila de Portel.  
O Paço da Ajuda, por *Francisco Cândia* — Fasc. III — Ano de 1955.  
Compilação de Acórdãos do Contencioso das Contribuições e Impostos, coordenada por *Guilherme Augusto Coelho* — 57.º vol. — 1954.  
Câmara Municipal de Castelo de Paiva — Relatório da gerência de 1954.  
Câmara Municipal de Évora — Relatório da gerência municipal de 1954.  
Câmara Municipal de Évora — Tabela geral de taxas — 1955.

Câmara Municipal de Lisboa — Acta n.º 223 — Reunião de 17 de Março de 1955.  
Câmara Municipal de Lisboa — Catálogo das Publicações municipais — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Câmara Municipal de Lisboa — 10 Anos de Administração Municipal — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.  
Regime disciplinar dos funcionários civis e administrativos, por dr. *Vitor Manuel Lopes Dias*.  
Boletim da Câmara Municipal do Porto — Ano XX — N.ºs 995 a 998 — Maio de 1955.  
Câmara Municipal de Coimbra — Regulamento do Serviço de Obras da Câmara Municipal de Coimbra — Coimbra, 1955.  
Os banhos da Rocha de Conde de Obidos, por *Alfredo Ferreira do Nascimento* — Separata de «Olisipo» — Ano XVIII, n.º 70, Abril de 1955.  
Câmara Municipal do Porto — Conta de gerência do ano económico de 1954.  
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.  
Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal — Boletim n.ºs 8 e 9 — Agosto e Setembro de 1954.  
Diário Municipal — N.ºs 6.013 a 6.038 — Maio de 1955 — Câmara Municipal de Lisboa.  
Junta da Freguesia de Montelavar — Relatório e contas de 1954.  
Ministério da Justiça — Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — Do registo de veículos automóveis e seu regulamento — Lisboa, 1955.

REVISTAS:

REVISTA DE DIREITO FISCAL:

Ano VII — N.ºs 2 e 3 — Fevereiro e Março de 1955.

O DIREITO:

Ano 87.º — 1955 — Fasc. n.º 1 — Janeiro-Março.

BOLETIM DO MINISTERIO DA JUSTIÇA:

N.º 46 — Janeiro de 1955.



